

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DAIANE DA SILVA DORO

BUSCA ATIVA ESCOLAR:

**Uma Política de Enfrentamento ao Abandono Escolar na Rede Municipal de
São Leopoldo/RS no Contexto Pandêmico da Covid-19**

São Leopoldo

2024

DAIANE DA SILVA DORO

BUSCA ATIVA ESCOLAR:

**Uma Política de Enfrentamento ao Abandono Escolar na Rede Municipal de
São Leopoldo/RS no Contexto Pandêmico da Covid-19**

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Educação, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Fritsch
Coorientador: Prof. Dr. Darciel Pasinato

São Leopoldo

2024

D715b

Doro, Daiane da Silva.

Busca ativa escolar : uma política de enfrentamento ao abandono escolar na rede municipal de São Leopoldo/RS no contexto pandêmico da Covid-19 / Daiane da Silva Doro. – 2024.

155 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

“Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Fritsch.

Coorientador: Prof. Dr. Darciel Pasinato”

1. Abandono escolar. 2. Busca ativa escolar. 3. Evasão escolar. 4. Pândemia. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

DAIANE DA SILVA DORO

BUSCA ATIVA ESCOLAR:

Uma Política de Enfrentamento ao Abandono Escolar na Rede Municipal de São Leopoldo/RS no Contexto Pandêmico da Covid-19

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daianny Madalena Costa – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Valdecir Soligo– Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dra. Rosângela Fritsch – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (orientadora)

Prof. Dr. Darciel Pasinato – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (coorientador)

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos meus pais, por todo o amor dessa vida e por nunca me deixarem esquecer das minhas raízes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Rosângela Fritsch, pela sensibilidade, respeito e compreensão dos desafios que permeiam a jornada humana. Expresso também meu reconhecimento ao meu coorientador, Prof. Dr. Darciel Pasinato, pela incansável disposição e colaboração.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Daianny Madalena Costa e Prof. Dr. Valdecir Soligo, pela disponibilidade e contribuições na pesquisa.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Gestão Educacional/Escolar (PPGEe/UNISINOS), em especial aos meus amigos Carina, Henrique e Marcia, por acrescentarem leveza mesmo nos momentos mais desafiadores do percurso da pesquisa.

Aos colegas da Secretaria Municipal de Educação (SMED), em especial ao grupo do Centro Municipal de Educação Inclusiva (CEMEI), por transformarem o trabalho em uma prática diária de constante formação profissional e humana.

À equipe do Núcleo Busca Ativa, pela luta diária na efetividade do direito à educação. Vocês mudam a vida das pessoas!

Aos meus amigos Jader e Renata, pela amorosidade e por compartilharem comigo o sonho e a esperança por um ideal de humanidade. Vocês personificam o verdadeiro significado da palavra irmandade.

A todos os meus alunos e alunas que já passaram pelo meu percurso, deixando clara a importância e o sentido da minha função enquanto professora, gestora e ser humano.

Ao meu amor, amiga e companheira Patrícia, pelo incentivo e por compreender e sanar minha ausência na prática da vida diária. Tua parceria na vida tornou o sonho do mestrado possível.

Aos meus pais, Paulo e Neli, por me mostrarem o que é humanidade, e aos meus avós e toda ancestralidade, que neste momento ocupam este espaço de conquista junto comigo.

Aos meus filhos, Caio, Mariana e Milena, o amor de vocês é minha inspiração constante na busca por me tornar um ser humano melhor.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. ...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: —Viva a mamãe! A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: —"Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina (Jesus, 1963, p. 29).

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa acadêmica com o propósito de obter o título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Teve como tema uma política pública de enfrentamento ao abandono escolar no ensino fundamental em um sistema municipal de ensino. O objeto de estudo foi o projeto Busca Ativa Escolar, implementado no município de São Leopoldo/RS durante a pandemia da covid-19. A metodologia consistiu em uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso como método. Para coleta de dados, foram utilizados indicadores educacionais do censo, pesquisa documental e banco de dados do núcleo Busca Ativa da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Os dados foram analisados a partir de análise documental (Cellard, 2008) e análise de conteúdo (Bardin, 2006). A fundamentação teórica abordou os conceitos de Política Pública, Busca Ativa e Abandono e Evasão Escolar. A análise dos indicadores educacionais apontou que, apesar de haver uma significativa diminuição nas taxas de reprovação e distorção idade/ano nos últimos dez anos, a taxa de abandono escolar mostrou mudanças menos evidentes, indicando uma maior estabilidade, originada pela complexidade intrínseca dos diversos fatores que estão associados ao fenômeno do abandono escolar. Por meio de coleta no banco de dados da Busca Ativa, foram obtidas informações provenientes de planilhas de encaminhamento de estudantes ao núcleo Busca Ativa da SMED e realizadas entrevistas com equipes diretivas referente ao período de 2020 a 2022, em que foram identificados como principais motivos do afastamento a falta de acesso a tecnologias, mudanças frequentes de domicílio, questões de saúde e a necessidade de trabalho para sustentar a família, revelando a exclusão educacional como consequência da vulnerabilidade social. Ao comparar as taxas em níveis municipal, estadual e nacional, percebeu-se a necessidade de ampliar a capacidade das instituições escolares municipais em lidar principalmente com os desafios relacionados a fatores externos à escola. Ficou evidente que o papel principal exercido pela Busca Ativa foi como mediador entre as famílias, setores internos e externos à Secretaria de Educação, ressaltando a necessidade de outras políticas intersetoriais integradas. Nesse sentido, um dos maiores efeitos da política Busca Ativa foi impulsionar a articulação entre as políticas, culminando na concretização do Centro Municipal de Educação (CEMEI) Paulo Freire, que ocorreu no decorrer desta

pesquisa. Com base em documentos normativos internos, decretos e leis orientadoras das políticas educacionais, foram identificadas seis políticas que se articulam ao Busca Ativa no enfrentamento ao abandono: programa Mais Educa São Leo, Acelera, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Conviver, Núcleo de Apoio à Pesquisa e Processo de Inclusão (NAPPI) e Programa de Sustentabilidade na Cidade (PESC).

Palavras-chave: abandono escolar; evasão escolar; busca ativa escolar; pandemia; políticas públicas.

ABSTRACT

This work is the result of an academic research with the purpose of obtaining the title of Master in Education from the Postgraduate Program in Education at Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). The theme of the investigation was a public policy that tackles school dropout in primary education in a municipal education system. The object of study was the Busca Ativa Escolar project, implemented in the municipality of São Leopoldo (Rio Grande do Sul) during the Covid-19 pandemic. The methodology consisted of exploratory research with a qualitative approach, using the case study as a method. For data collection, educational indicators from the census, documentary research and database from the SMED (the Municipal Secretary of Education) Active Search nucleus were used. The data were analyzed using document analysis (Cellard, 2008) and content analysis (Bardin, 2006). The theoretical foundation covered the concepts of Public Policies, Busca Ativa and Dropout and School Evasion. The analysis of educational indicators showed that despite there being a significant decrease in failure rates and age/year distortion in the last ten years, the school dropout rate showed less evident changes, indicating greater stability, caused by the intrinsic complexity of the various factors that are associated with the phenomenon of school evasion. Through data collection in the Busca Ativa database, information was obtained from student referral spreadsheets sent to the SMED Busca Ativa nucleus and interviews carried out with management teams from 2020 to 2022, in which the main reasons for dropping out were identified: lack of access to technology, frequent changes of residence, health issues and the need to work to support the family, revealing educational exclusion as a consequence of social vulnerability. When comparing rates at municipal, state and national levels, it was clear that there was a need to expand the capacity of municipal school institutions to deal mainly with challenges related to factors external to the school. It was evident that the main role played by Busca Ativa was as a mediator between families, and between internal and external sectors of the Department of Education, highlighting the need for other integrated intersectional policies. In this sense, one of the greatest effects of the Busca Ativa policy was to boost the articulation between policies, culminating in the implementation of the Paulo Freire Municipal Education Center (CEMEI), which occurred during the course of this research. Based on internal normative documents, decrees and laws guiding educational policies, six policies were identified that are

linked to Busca Ativa when dealing with school evasion: the Mais Educa São Leo program, Acelera, Education for Ethnic-Racial Relations, Conviver, the Support Center to Research and Inclusion Process (NAPPI) and the City Sustainability Program (PESC).

Keywords: school dropout; school evasion; busca ativa; pandemic; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caminho metodológico da pesquisa	32
Figura 2 - Etapas da revisão de literatura	35
Figura 3 - Publicação referente às cestas básicas distribuídas logo após a suspensão das aulas	74
Figura 4 - Publicação referente ação da Rede Solidária São Leo.....	75
Figura 5 - Rede Solidária distribui Kits alimentação para pessoas em situações de vulnerabilidade	76
Figura 6 - Orientação a população sobre as medidas de proteção ao contágio do coronavírus.....	77
Figura 7 - Prefeitura anuncia toque de recolher	78
Figura 8 - Anúncio do retorno das aulas na modalidade remota	79
Figura 9 - Undime anuncia possibilidade de aumento do abandono na pandemia ...	81
Figura 10 - Pauta de uma das primeiras reuniões do GT Busca Ativa.....	82
Figura 11 - Planilha utilizada em 2020	83
Figura 12 - Planilha de encaminhamento compartilhada em 2021.....	85
Figura 13 - Divisão da cidade de acordo com a rede socioassistencial	93
Figura 14 - Reportagem sobre a fala do Ministro da Educação na época.....	106
Figura 15 - Fluxo de relação do motivo “desmotivação”.....	116
Figura 16 - Correlação entre os motivos	118
Figura 17 - Intervenções com maior efetividade – 2021.....	126
Figura 18 - Correlações entre as intervenções – 2021Fonte: elaborado pela autora.	127
Figura 19 - Fluxo entre motivos e intervenções.....	133

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Distribuição de kits alimentação na EMEF Edgard Coelho	73
Fotografia 2 - Fundos do primeiro local de trabalho do GT Busca Ativa	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Abandono escolar no ensino fundamental.....	65
Gráfico 2 - Distorção idade/ano.....	66
Gráfico 3 - Reprovação	67
Gráfico 4 - Abandono x Reprovação x Distorção Idade/Ano	68
Gráfico 5 - Matrículas dos estudantes com necessidades especiais no país.....	105
Gráfico 6 - Principais motivos do afastamento - 2021	114
Gráfico 7 - Principais motivos do afastamento em 2022	117
Gráfico 8 - Intervenções em 2021	125
Gráfico 9 - Intervenções realizadas nas escolas com maior abandono - 2021	128
Gráfico 10 - Intervenções realizadas nas escolas com menor abandono - 2021	128
Gráfico 11 - Principais Intervenções realizadas - 2022	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas educacionais mapeadas no município de São Leopoldo	38
Quadro 2 - Escolas selecionadas.....	39
Quadro 3 - Processo de codificação e categorização dos dados das planilhas de Busca Ativa	41
Quadro 4 - Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) de São Leopoldo, por região	62
Quadro 5 - Unidades Básicas de Saúde por região	96
Quadro 6 - Motivos para o afastamento - 2020	113
Quadro 7 - Motivos do afastamento por ano	119
Quadro 8 - Intervenções realizadas na escola - 2020	123
Quadro 9 - Ações com maior êxito - 2020	124
Quadro 10 - Intervenções por ano.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Abandono escolar no ensino fundamental 2012 - 2022	64
Tabela 2 - Distorção idade/ano 2012-2022	65
Tabela 3 - Reprovação 2012-2022.....	66
Tabela 4 - Renda familiar per capita entre crianças e adolescentes fora da escola..	90
Tabela 5 - Famílias com referências no CRAS por região	92
Tabela 6 - Atendimentos nas OSCs por região	95

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AH	Altas Habilidades
AMENT	Ambulatório Especializado em Saúde Mental
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSAD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPSIJ	Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CME	Conselho Municipal de Educação
CMS	Conselho Municipal da Saúde
COMDEDICA	Conselho Municipal de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
COMPIR	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar
COMUDEPE	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Mobilidade Reduzida e das Pessoas com Altas Habilidades ou Superdotação
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
COVID-19	Corona Virus Disease 2019 (Doença do Corona Vírus 2019)
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
EC	Emenda Constitucional
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ESF	Estratégia Saúde da Família
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais ou travestis, queer, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PDDHCA	Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProUni	Programa Universidade para todos
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SD	Super Dotação
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEF	United Nations Children's Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 METODOLOGIA	31
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	33
2.2 REVISÃO DE LITERATURA	34
2.3 PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	37
3 PERCURSO TEÓRICO	43
3.1 O QUE DIZEM OS ESTUDOS DA REVISÃO DE LITERATURA	43
3.1.1 Políticas educacionais de enfrentamento ao abandono	44
3.1.2 Abandono e evasão escolar	47
3.1.3 Educação na pandemia e suas implicações no abandono escolar	50
3.2 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA	51
3.3 CONCEITO DE BUSCA ATIVA	55
3.4 CONCEITO DE EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR	57
4 O CONTEXTO EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO E PRINCIPAIS INDICADORES	61
4.1 A EDUCAÇÃO DE SÃO LEOPOLDO	61
4.2 PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS	63
4.3 UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS	67
5 UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO	70
5.1 A BUSCA ATIVA E O CONTEXTO	70
5.1.1 A Busca Ativa escolar e a assistência social em São Leopoldo	90
5.1.2 A Busca Ativa escolar e a saúde em São Leopoldo	96
5.2 PROGRAMA MAIS EDUCA SÃO LEO	98
5.3 PROJETO ACELERA	100
5.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	101
5.5 PROGRAMA CONVIVER	102
5.6 O NÚCLEO DE APOIO E PESQUISA AO PROCESSO DE INCLUSÃO (NAPPI)	104
5.7 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA CIDADE (PESC)	107
5.8 UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	108
6 A BUSCA ATIVA: MOTIVOS E INTERVENÇÕES	110

6.1 MOTIVOS DOS AFASTAMENTOS.....	110
6.1.1 Ano de 2020	110
6.1.2 Ano de 2021	114
6.1.3 Ano de 2022	116
6.1.4 Análise dos motivos.....	118
6.2 INTERVENÇÕES REALIZADAS.....	120
6.2.1 Ano de 2020	121
6.2.2 Ano de 2021	124
6.2.3 Ano de 2022	129
6.2.4 Análise das intervenções	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A – ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES SELECIONADAS AGRUPADAS POR CATEGORIAS.....	151
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	154

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o tema de uma política pública de enfrentamento ao abandono escolar no ensino fundamental em um sistema municipal de ensino. Tem como objeto de estudo o projeto “Busca Ativa Escolar”, implementado no município de São Leopoldo/RS durante a pandemia da covid-19¹. Ainda, este estudo está inserido no Programa de Pós-Graduação em Educação – História, Políticas e Gestão da Educação, que tem como foco políticas, processos e práticas vinculadas à educação em diferentes configurações históricas.

A Busca Ativa é uma abordagem proativa, ou seja, refere-se a uma estratégia na qual as instituições ou profissionais buscam, de forma ativa e intencional, por determinadas pessoas, em vez de esperar que se apresentem de forma passiva. Inicialmente, a Busca Ativa surgiu na área da saúde e estendeu-se para a assistência social e outras áreas. Em São Leopoldo, consiste em uma política de enfrentamento ao abandono escolar, utilizando como estratégia o monitoramento da frequência, a identificação de motivos e algumas ações coletivas de resgate das crianças e adolescentes em risco de abandono. Assim, a pesquisa justifica-se socialmente pelo fato de o abandono e da evasão escolar serem uma problemática histórica que afeta a sociedade e a educação brasileira, bem como pela necessidade de desenvolver estratégias para alcançar a universalização do direito à educação preconizado na Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), desenvolvida em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20,2% da população de 14 a 29 anos do país não havia completado a educação básica, seja por nunca ter tido acesso a ela, seja por abandono. A PNAD também demonstrou que, na faixa etária de 14 anos, o percentual de jovens passa de 8,1%; e aumenta para 14,1% na faixa de 15 anos (PNAD Contínua, 2019). Isso mostra que o abandono escolar é acentuado na transição do ensino fundamental para o ensino médio.

¹ A COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Segundo a Organização Mundial da Saúde, pode se espalhar pela boca ou nariz de uma pessoa infectada em pequenas partículas líquidas quando ela tosse, espirra, fala, canta ou respira. Disponível em Folha informativa sobre COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (paho.org)

Em 2021, foi divulgado um estudo sobre exclusão escolar, realizado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) e pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Demonstrou-se que, em novembro de 2020, havia mais de cinco milhões de crianças e adolescentes sem acesso à educação no Brasil. Destes, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos de idade, dados semelhantes ao ano de 2000.

No que tange à expansão do acesso e à contenção da reprovação e do abandono escolar, Silva (2015) destaca que a ampliação do acesso deve considerar a diversidade na distribuição de matrículas, assim como nos aspectos de acesso e permanência em diferentes regiões do país. A abordagem das situações de abandono e/ou reprovação certamente requer a compreensão das razões que levam muitos jovens a desistirem da escola.

A pesquisa denominada *Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar – Reprovação, Abandono e Distorção Idade/série*, publicada em janeiro de 2021 pela UNICEF, expõe que a evasão escolar, na maioria dos casos, ocorre após uma soma de fracassos escolares, caracterizada por ciclos de reprovações, abandono, tentativas de retornos e distorção idade-série (UNICEF, 2021).

Do ponto de vista acadêmico, a realização de um estudo sobre a Busca Ativa como política pública de enfrentamento da evasão escolar² que emerge durante a pandemia da covid-19 justifica-se pela lacuna e possibilidade de contribuir significativamente para a produção de conhecimento, visto que a pandemia e seus efeitos ainda estão em curso. Além disso, colabora para identificar estratégias eficazes para enfrentar e/ou prevenir o abandono e a evasão escolar. Justifica-se também pela trajetória pessoal da pesquisadora. A fim de contar um pouco sobre a escolha do tema e a história da pesquisadora, tecem-se os próximos trechos em primeira pessoa.

O abandono escolar é uma problemática que me acompanha desde a minha experiência como estudante do ensino fundamental em escola pública e de periferia. Naquela época, a desistência dos estudos era algo comum e, infelizmente, acabava

² Sem desconsiderar a relação intrínseca do abandono escolar com às questões sociais e econômicas, a presente pesquisa, por questões metodológicas, adota as definições de evasão e abandono escolar propostas pelo INEP (2007), que trata o abandono quando o estudante deixa de frequentar a escola e a evasão quando o estudante se desliga definitivamente do sistema de ensino, não realizando a matrícula no próximo ano.

sendo normalizada. Durante minha graduação, mesmo tendo meus estudos financiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), encontrei inúmeras dificuldades que me fizeram pensar em desistir em diversas ocasiões.

Minha jornada pessoal é um reflexo da realidade de inúmeros jovens brasileiros que enfrentam obstáculos para concluir seus estudos. As desigualdades sociais, a falta de incentivo e apoio, bem como a carência de recursos básicos, são apenas alguns dos desafios que dificultam a permanência na escola. Essas experiências me levam a refletir sobre o quão árduo é, para muitos jovens, especialmente para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, terem acesso a uma educação de qualidade e prosseguirem com seus estudos, haja vista que o abandono escolar é uma questão social que vai além do indivíduo, refletindo desigualdades estruturais em nossa sociedade.

Venho de uma família com pouca formação educacional, de modo que as desigualdades sociais e a falta de recursos financeiros já eram obstáculos presentes antes mesmo do meu nascimento, determinando a exclusão educacional de muitas gerações da minha família. Chamo-me Daiane da Silva Doro. O sobrenome Silva vem do lado materno. Minha bisavó era indígena; foi “caçada” e levada após sua mãe ser morta. Então, foi criada assumindo o papel de empregada da família de meu avô, que, com ela, acabou se casando.

Minha avó era analfabeta. Nunca frequentou uma escola, mas sentia muito orgulho de saber escrever o nome completo, condição que a deixava livre de ter que usar o polegar como assinatura. Minha mãe, por sua vez, foi criada no interior, próximo de Soledade, “largou a roça” aos 14 anos, quando atingiu o ápice dos seus estudos nos padrões de onde vivia, concluindo a quarta série na escolinha da comunidade onde morava. As escolas no campo, além de pouco acessíveis em função da falta de transporte, tinham o intuito de ensinar basicamente as quatro operações matemáticas e alfabetizar. Assim, minha mãe decidiu ir morar na capital a fim de continuar os estudos e trabalhar. Arrumou trabalho, mas nunca voltou a estudar, pois trabalhava até tarde da noite no setor de produção de uma indústria têxtil e alugava um quarto em uma vila na zona norte de Porto Alegre, onde conheceu meu pai, do qual herdei o sobrenome Doro.

Meu avô paterno também nunca frequentou a escola. Foi alfabetizado em casa e sabia o que considerava suficiente para viver, como as quatro operações da matemática. Filho de italiano, havia ido parar na vila, afastando-se de sua família, em

Passo Fundo, quando se apaixonou por uma mãe solteira – a minha avó. Hoje, entendo que a fuga foi a alternativa encontrada pelo casal para enfrentar o preconceito dos amigos e familiares, já que ser mãe solteira ou mulher separada em 1940 era quase que uma condenação ao desprezo da sociedade, sobretudo dos homens, que tinham a virgindade como principal virtude da mulher a ser desposada. Somado a isso, morar na capital sempre era atrelado ao sonho de melhorar as condições de vida, pois uma cidade grande oferecia mais oportunidades.

A vila foi apelidada pelos moradores de “Vila Pau Queimado”. Recebeu esse nome porque antigamente lá havia uma madeireira. E foi lá que quase nasci! Explico: pouco antes de nascer, os moradores foram surpreendidos com um mandado de despejo – e até hoje não entendo como, mesmo ainda estando no ventre materno, tenho vagas lembranças deste dia – ou talvez sejam imagens construídas através de narrativas da família? De fato, tenho visões da minha mãe tirando da casa o que podia e o que dava tempo antes que as máquinas derrubassem a casinha construída no pátio dos meus avós. Minha família acabou sendo acolhida na casa de amigos que viviam em Canoas, e foi lá, no bairro Mathias Velho, que nasci e passei o primeiro ano da minha vida.

Apesar do acolhimento, não podíamos viver lá para sempre. Assim, a alternativa foi novamente voltar para o lugar de onde fomos despejados, visto que, passado um ano, não houve apropriação do lugar. Então, aos poucos, os moradores foram voltando e reconstruindo suas casas. Foi neste lugar e contexto que passei a infância e adolescência. Quando chovia, tínhamos duas escolhas: não ir à aula ou arregaçar as calças e passar por dentro da água. Eu sempre ia porque era a oportunidade de usar minhas galochas e brincar na água. Preocupada ficava minha mãe, pois quando passava algum carro e oferecia carona, tinha que decidir entre largar a filha com um estranho ou deixar que fosse por dentro d’água.

Também lembro da vergonha que tinha em dizer na escola onde morava e da “maloca” simples, cheia de frestas, que, no inverno, preenchíamos com jornais. A desigualdade não é um fator que impacta somente de forma econômica, ela também o faz psicologicamente, pois a pobreza traz estigmas culturais difíceis de romper e que podem ser transmitidos através de gerações.

A escola onde estudei até a quarta série era pequena e a mesma onde meu pai havia estudado. Além disso, minha primeira professora, que se chamava Ana Maria, também havia sido professora dele. Ela contava as peripécias de meu pai e o número

de vezes em que o havia buscado no bar da esquina, quando fugia da aula para jogar sinuca. Era uma professora preocupada, que, no trajeto para o trabalho, não deixava de passar em nossa casa e ver como estávamos.

Tínhamos um vínculo muito forte com a escola anteriormente citada, que não só acolhia a mim enquanto estudante, mas também à família. Da quinta à oitava série, estudei em uma escola maior, situada na Vila Dona Teodora, próximo ao bairro Humaitá. Diferente da anterior, esta escola abrangia um território com muitas outras “invasões” além da que morava. Lá, deparei-me com vulnerabilidades ainda maiores que a minha; lembro que era comum quando um colega “sumia” da escola e ficávamos sabendo que estava na Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM), como era chamado na época o lugar onde os adolescentes iam parar quando cometiam delitos³.

Também tive muitas colegas que engravidaram e não conseguiram seguir adiante. Uma lembrança que hoje tenho como privilégio é a de um projeto desenvolvido na escola, em que estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul implementaram um consultório dentro da escola, para atendimento aos estudantes. Esse projeto era coordenado pelo Moacyr Scliar, que, além de médico especialista em saúde pública, era um dos escritores mais populares da literatura brasileira e que, apesar de, na época, eu não ter a dimensão de quem ele era, sabia e sentia, por meio das professoras, que era alguém “famoso” e que, de alguma forma, significava que estávamos sendo vistos por alguém e que não éramos mais uma escola invisível da invasão.

Aliás, o sentimento de invisibilidade e de não pertencimento, de não “estar à altura” de alguns locais – pela roupa, pela fala ou pela cultura (ou na visão de alguns, a falta dela) – permeia quem mora nestes territórios de vilas que não estão no mapa e não têm endereço. Demorei anos até entender a importância e o sentido de trocar o nome “invasão” por “ocupação” porque, quando se ocupa, não se ocupa só o lugar, ocupa-se também um direito fundamental à dignidade humana: o direito à moradia.

³ No Rio Grande do Sul, a antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem) foi extinguida através da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, que consolidou o processo de reordenamento institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), criando a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase/RS), com uma concepção de atendimento que responde aos dispositivos do ECA, rompendo com o paradigma correccional-repressivo que antes orientava a política do bem-estar do menor.

Mais do que uma simples denominação, o conceito traz a compreensão de que somos sujeitos de direitos.

Outra lembrança é de quando meu pai voltou a estudar. Ele tinha o desejo de cursar o segundo grau, hoje chamado de ensino médio. Na época, eu tinha aproximadamente seis anos de idade e lembro da empolgação dele com os cadernos e com o retorno ao mundo escolar, embora tenha frequentado o primeiro ano e desistido novamente. Infelizmente, a jornada de um pai de família para voltar a estudar e permanecer na escola até o fim é ainda mais difícil. A prioridade sempre foi garantir o sustento da casa, e isso acabou fazendo com que meu pai não conseguisse concluir o ensino médio.

Quando ingressei no segundo grau, hoje chamado de ensino médio, encontrei uma escola completamente diferente, que exigia muita autonomia, mas que era distante e desconectada da realidade de onde eu vinha. Também foi um tempo de convivência com pessoas que vinham de várias partes da cidade ou até mesmo de outras cidades. A escola ficava longe de casa e lembro de minha mãe diariamente juntando os trocados para minha passagem de ônibus. Foi nesta fase que também tive contato com o grêmio estudantil, por meio do qual participei de muitas passeatas que apoiavam a luta dos professores. Era início dos anos 1990. Lembro que as escolas estavam sofrendo intervenções do estado com o rompimento do processo de eleições de diretores, e havia mobilizações na minha escola, tanto dos estudantes quanto dos professores.

Logo que concluí o ensino médio, prestei vestibular para a universidade pública e para uma universidade particular, afinal, apesar das dificuldades da vida, continuava vendo perspectivas, tinha esperança e sonho de continuar estudando. Não passei na universidade pública e, embora tenha passado na universidade privada, a mensalidade alta me impediu de cursar.

O tempo passou, a vida seguiu seu curso e, treze anos após concluir o ensino médio, já mãe de duas crianças pequenas e grávida da terceira, ingressei na universidade por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Essa oportunidade única de acesso ao sonho da universidade, mesmo tendo que dividir o tempo com outras responsabilidades, como a maternidade, era algo que eu não poderia deixar passar. No primeiro ano, eu assistia às aulas com a bebê no colo enquanto amamentava, e, no intervalo, trocava fraldas. A sensibilidade e o

acolhimento tanto dos meus colegas quanto dos meus professores foram fundamentais para que eu não desistisse de estudar.

Fui a primeira da minha família a ter acesso ao ensino superior e provavelmente serei a primeira a alcançar o mestrado, o que significa romper uma série de gerações com histórico de privações educacionais. Essa quebra é mais do que uma ascensão econômica e emancipação pessoal; é uma transformação social. Quando alguém da periferia adentra a universidade, leva consigo os saberes e as percepções de mundo próprios da periferia, essenciais para a humanização da sociedade. Como mulher, o acesso à universidade não apenas me proporcionou independência financeira, como também libertação e empoderamento feminino, algo que pude transmitir a minhas filhas.

Ao ingressar na docência na escola do bairro Feitoria, em São Leopoldo, cidade que abriga a casa do Imigrante e a antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde 300 negros escravizados trabalhavam, fiquei intrigada com a baixa presença de estudantes negros na escola. Como pedagoga, sentia o dever de buscar entender onde estavam e quais eram as condições de acesso à educação para essa população em São Leopoldo.

Durante minha experiência como docente, percebi que a aprendizagem de uma criança é afetada por diversos fatores, como fome, frio e preocupações com a violência doméstica. Vi, por exemplo, que, para uma criança que tem que cuidar de seus irmãos pequenos, é praticamente impossível concentrar-se nas atividades escolares. Compreendi que as condições e oportunidades de aprendizagem para alguns são desiguais e injustas. Foi nesse contexto que entendi o significado de equidade, isto é, que não se trata apenas de oferecer o mesmo acesso a todos, mas de garantir condições igualitárias para que todos possam aprender e se desenvolver.

Foi na escola que conheci minha atual companheira e, juntas, descobrimos todo o universo de preconceitos que atravessam a vida das pessoas LGBTQIA+ dentro e fora do espaço escolar. Infelizmente, a escola muitas vezes reproduz o preconceito estrutural e cultural da sociedade e marginaliza ou "empurra" os sujeitos considerados desajustados para fora. A exclusão pode ocorrer de várias formas, seja de maneira sutil, disfarçada de piada, seja na recusa do uso do nome social. O preconceito é um dos principais motivos do abandono escolar, mas raramente é referido na literatura. É um processo de repulsa contínua que, muitas vezes, começa muito antes do abandono escolar. Quando o sujeito abandona a escola é porque ele

já foi abandonado há muito tempo. Daí a necessidade de criar ambientes escolares acolhedores e inclusivos nos quais todas as pessoas possam sentir-se respeitadas e valorizadas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Desde que ingressei na Secretaria de Educação, sempre me envolvi com a temática dos direitos humanos, defendendo que deveriam ser o eixo central da educação. Realizamos debates, estudos e formações sobre preconceito racial, de gênero, pobreza e exclusão escolar, buscando construir uma escola mais inclusiva e igualitária. Durante a pandemia, fui desafiada a trabalhar na política de enfrentamento ao abandono escolar. Foi visitando as famílias dos estudantes que estavam fora da escola que me deparei novamente com as vulnerabilidades que permearam minha infância, reforçando minha convicção de que a educação é uma ferramenta fundamental na luta por direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A falta de acesso à educação, ao longo de várias gerações na minha família, é um reflexo das desigualdades econômicas e sociais presentes em nossa sociedade. Desde criança, testemunhei a vulnerabilidade que a falta de educação pode trazer, e isso moldou tanto a minha visão de mundo quanto os meus sonhos para o futuro. As histórias dos meus pais e avós aproximam-me dos meus estudantes, orientam meu trabalho e alimentam meu sonho de uma educação acessível e acolhedora na qual todas as crianças e adolescentes possam ter as mesmas oportunidades de aprendizado e possam romper ciclos de desigualdade.

Foi somente em 2011, quando comecei a trabalhar como professora dos anos iniciais na rede municipal de São Leopoldo, que tive a oportunidade de perceber a gravidade do problema do abandono escolar sob uma nova perspectiva. O exercício da profissão trouxe-me um novo olhar sobre a questão e fez-me compreender como ele assola o “chão da escola”. Em 2017, tive a oportunidade de atuar na Secretaria Municipal de Educação, inicialmente, na Assessoria Pedagógica, e, posteriormente, no Eixo dos Direitos Humanos. Esse trabalho me permitiu ter uma compreensão ainda mais ampla e complexa, tanto em relação ao contexto educacional quanto da sociedade em geral.

Por essas razões, o abandono escolar é extremamente importante para mim, pessoalmente e profissionalmente. Acredito que, por meio de pesquisas e ações concretas, podemos fazer a diferença na vida de muitos estudantes que, assim como eu, enfrentam inúmeras dificuldades para continuar seus estudos.

Em março de 2020, com a chegada do vírus da covid-19, foi necessário adotar medidas de distanciamento social para preservar vidas, o que incluiu a suspensão das aulas presenciais. No mesmo ano, quando as escolas começaram a se preparar para a retomada das aulas em formato remoto, fui convidada a participar da implementação do projeto *Busca Ativa Escolar* na rede municipal de ensino de São Leopoldo. O objetivo do projeto era enfrentar o abandono escolar, que, para a Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo (SMED/SL), se tornou uma preocupação ainda mais urgente durante a pandemia. Após dois anos de desenvolvimento do projeto e diante da sua importância durante a pandemia, que levou à sua institucionalização como uma política pública, surgiu a seguinte pergunta orientadora desta pesquisa: quais foram os efeitos da política pública da *Busca Ativa Escolar* no enfrentamento do abandono e da evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo durante o contexto pandêmico da covid-19, no período de 2021 a 2022?

Para responder à pergunta, pretendo seguir o caminho metodológico proposto no capítulo 3, tendo como objetivo geral analisar os efeitos da política pública da *Busca Ativa Escolar* no enfrentamento do abandono e na evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo durante o contexto pandêmico da covid-19 no período de 2020, 2021 e 2022. Para tanto, busco aprofundar a compreensão sobre o tema por meio dos seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar o contexto educacional e as taxas de abandono e evasão escolar na Rede Municipal de Ensino;
- b) mapear e descrever as políticas e as práticas instituídas na rede municipal de São Leopoldo, que podem se articular à Busca Ativa e contribuir para a permanência escolar, prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar; e
- c) analisar a efetividade da *Busca Ativa* como política de prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo.

Esta dissertação de mestrado é composta por sete capítulos que estruturam a pesquisa. O primeiro capítulo consiste na introdução, em que são apresentados o tema; a relevância social, pessoal e acadêmica; o problema de pesquisa; e os objetivos geral e específicos do estudo.

O segundo capítulo descreve a metodologia adotada, que consiste em uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso como método. Além disso, são apresentados os instrumentos e as estratégias que estão e serão utilizados para a produção e análise dos dados.

No terceiro capítulo, aborda-se o percurso teórico que fundamenta a pesquisa. Esse capítulo é dividido em quatro seções dedicadas à discussão e análise dos estudos da revisão de literatura, conceitos de Política Pública, Busca Ativa, evasão e abandono escolar.

Para a discussão do conceito de política pública, foram utilizados os estudos dos autores Rua (1997), Saravia (2006), Secchi (2010), Murta e Carvalho (2017), Mainardes e Marcondes (2009), Ball (2009), Ball (2006), Mainardes e Gandin (2013) e Mainardes (2006), Dardot e Laval (2016), Caetano e Peroni (2016). A abordagem do conceito de Busca Ativa é apoiada nos trabalhos de Torres (2016), Lemke, Silva e Neves (2010), Mattos (2001), assim como em documentos orientadores publicados pelo Ministério da Saúde. Por fim, traz-se a discussão dos conceitos de evasão e abandono escolar, fundamentados nas pesquisas de Pelissari (2012), Freire (1991), Arroyo (2015), Araújo, Silva e Mendes (2014), Silva (2017), Dore, Sales e Castro (2014), Riffel e Malacarne (2010), Vitelli e Fritsch (2016).

O quarto capítulo tem vinculação com o primeiro objetivo específico e, neste momento, apresenta a rede municipal de ensino de São Leopoldo, com vistas a caracterizar o contexto educacional e as taxas de abandono e evasão escolar na rede municipal de ensino.

O quinto capítulo relaciona-se com o segundo objetivo específico e descreve a política de enfrentamento ao abandono escolar na rede municipal de ensino, intitulada "Busca Ativa", além de mapear e descrever as políticas e as práticas instituídas na rede municipal de São Leopoldo, que podem se articular a Busca Ativa e contribuir para a permanência escolar, prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar.

O sexto capítulo diz respeito ao terceiro objetivo, em que se apresentam as discussões e análises dos motivos do afastamento e intervenções realizadas pela Busca Ativa com o propósito de analisar sua efetividade como política de prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar na rede municipal. Por fim, o sétimo capítulo traz as considerações finais.

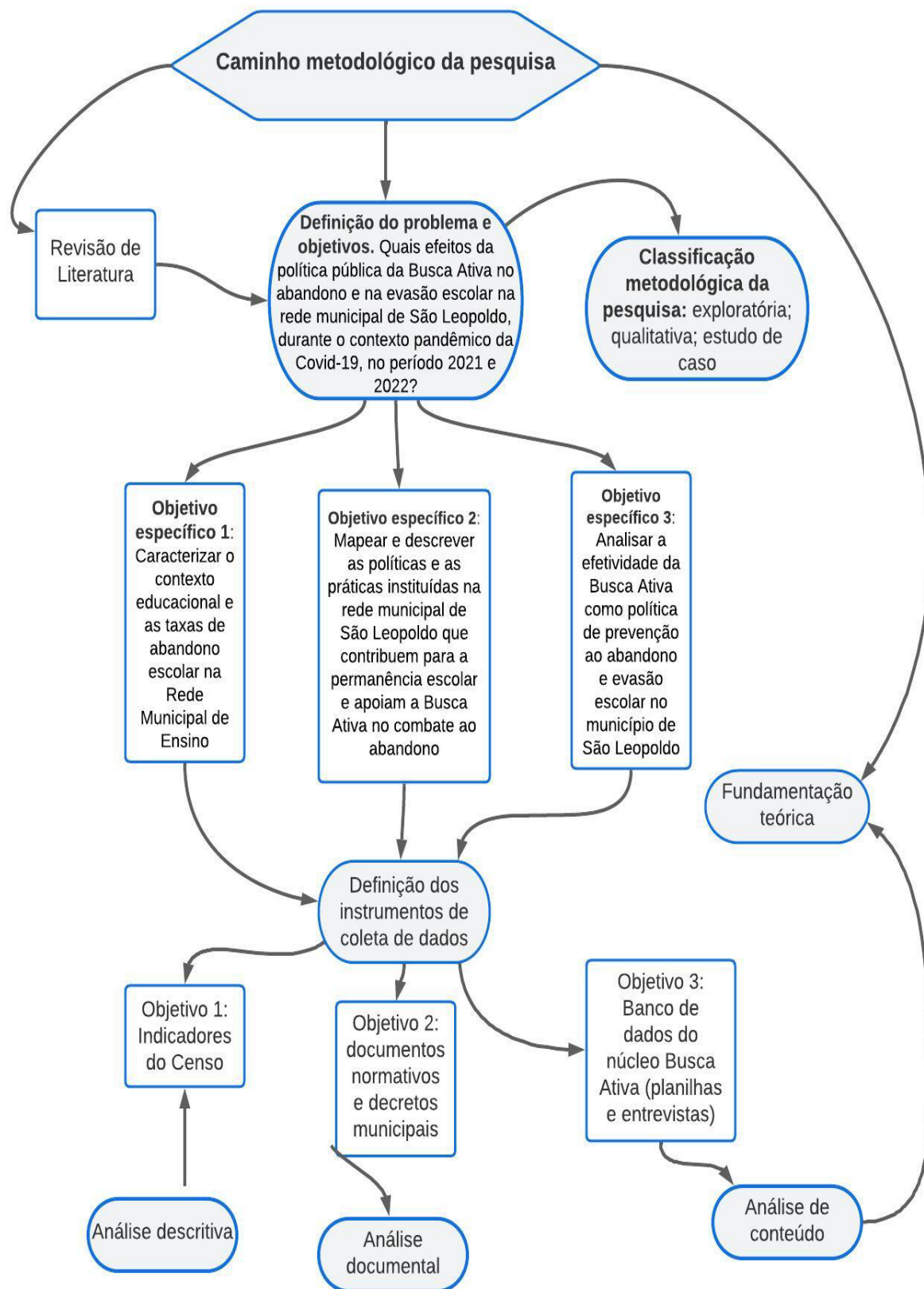
2 METODOLOGIA

De acordo com Minayo (1994, p. 16), “[...] entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, a metodologia não deve ser vista apenas como um conjunto de técnicas e instrumentos, mas sim, como uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. Em outras palavras, para além de um conjunto de técnicas, a metodologia representa a interconexão que envolve todas as etapas da pesquisa.

Para iniciar o caminho metodológico, realizou-se uma revisão de literatura que evidenciou, em síntese, que, apesar dos avanços das políticas de garantia do direito à educação, ainda há muito a ser feito para garantir sua efetividade. Além disso, a revisão bibliográfica permitiu identificar quais fatores socioeconômicos estão diretamente relacionados ao abandono escolar.

A seguir, a Figura 1 apresenta o mapa que mostra, de forma visual, o caminho metodológico adotado pela pesquisa, desde a revisão de literatura até a análise de conteúdo.

Figura 1 - Caminho metodológico da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora.

Na Figura 1, é possível observar que alguns pontos estão diferenciados, caracterizados na forma oval e na coloração cinza. Tais pontos são considerados pela autora como “pontos-chave” e decisivos no percurso metodológico. São eles: definição do problema da pesquisa e objetivos; classificação metodológica da pesquisa; definição dos instrumentos de coleta de dados; análise de conteúdo; e fundamentação teórica, que permeia toda a pesquisa, desde a revisão de literatura até a análise de conteúdo.

Sendo assim, com o objetivo de apresentar o percurso metodológico adotado nesta pesquisa, divide-se este capítulo em três seções. A primeira dedica-se à caracterização metodológica da pesquisa; a segunda discorre sobre o processo de revisão de literatura; e a terceira seção compõe os procedimentos para coleta, seleção, organização e análise, envolvendo a codificação e categorização dos dados.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O processo de pesquisa inicia-se com a fase exploratória. Para Minayo, (2001 p. 26), essa fase:

[...] é o tempo dedicado a interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação.

Desse modo, a presente pesquisa tem um caráter exploratório, visto que buscou uma maior aproximação com as políticas de enfrentamento ao abandono escolar presentes na rede municipal de ensino de São Leopoldo. Com o propósito de compreender a realidade em torno da Busca Ativa enquanto política de enfrentamento ao abandono, foi possível identificar aspectos subjetivos, características e contexto em torno da política investigada e seus efeitos na rede municipal.

Segundo Yin (2005), a utilização da pesquisa qualitativa faz-se necessária em situações que exigem uma abordagem exploratória, em que se trata de relações que se configuram no tempo e no contexto do estudo e não podem ser resolvidas apenas com a análise de dados quantitativos. Portanto, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois buscou compreender a complexidade em torno dos diferentes cenários em que realidade que o afastamento escolar ocorre e que não podem ser quantificados, como afirma Minayo (2001, p. 21):

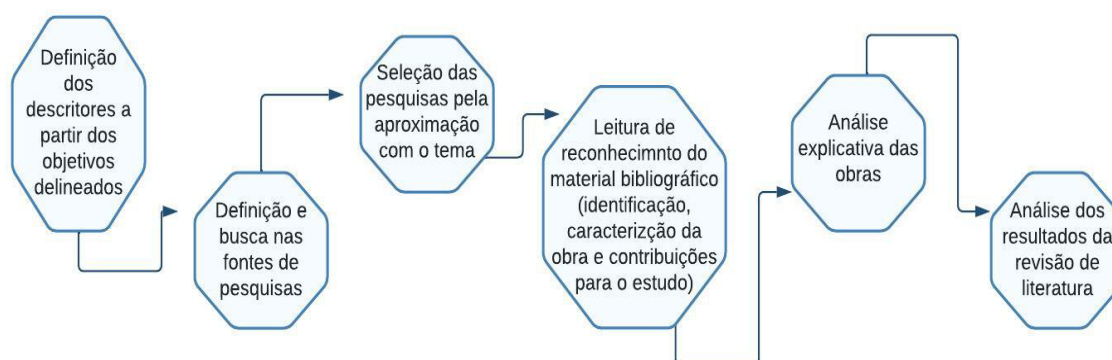
A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O método definido é o estudo de caso, pois pretendeu-se investigar uma política implementada na gestão educacional da rede municipal de São Leopoldo, permitindo compreender, com maior profundidade, os aspectos envolvidos na Busca Ativa enquanto política desenvolvida na educação municipal, assim como as suas relações com o contexto pandêmico. De acordo com Yin (2015, p. 4), “[...] como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. O autor ainda ressalta que uma particularidade do estudo de caso “[...] reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (Yin, 2001, p. 27).

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura foi realizada com o intuito de levantar e dialogar com pesquisas acerca de políticas educacionais de enfrentamento ao abandono escolar, similares ao *Busca Ativa Escolar*, que possam contribuir com a presente pesquisa. Para tanto, com base em Lima e Miotto (2007), que definem uma sequência metodológica no percurso investigativo, a coleta de dados foi iniciada e selecionada a partir da delimitação dos parâmetros relacionados à temática, linguística, fontes de busca, período cronológico. Na sequência, o percurso investigativo foi dividido em duas etapas: levantamento do material bibliográfico, em que, também sob a teoria de Lima e Miotto (2007), busca-se caracterizar a obra, identificar a temática, os objetivos e resultados; e levantar as informações a fim de expor os dados obtidos e a análise dos resultados da revisão de literatura.

Figura 2 - Etapas da revisão de literatura



Fonte: elaborada pela autora.

Para buscar o conhecimento produzido no campo da pesquisa relacionada à temática e ao objeto, foi utilizada a consulta de artigos, dissertações e teses nas bases de dados dos portais Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). A consulta foi realizada a partir dos descritores: “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “ensino fundamental”; “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “educação básica”; “política educacional” AND “abandono escolar” OR “evasão escolar; e “busca ativa”, “abandono escolar” OR “evasão escolar” AND pandemia. Em todas as buscas, o período cronológico foi refinado de 2017 a 2022, resultando no total de 767 artigos, 94 dissertações e 30 teses encontradas.

Durante a pesquisa na Capes, além da delimitação do tempo cronológico de 2017 a 2022, também foi utilizado o filtro “revisado entre pares”. Foram encontrados 30 artigos quando utilizado o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “ensino fundamental”; 100 artigos para “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “educação básica”; 315 para “política educacional” AND “abandono escolar” OR “evasão escolar”; 3 artigos utilizando o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND pandemia; e nenhum resultado quando utilizado o descritor “busca ativa escolar”, totalizando o total de 448 artigos encontrados no portal.

No portal Scielo, o único filtro utilizado foi o tempo cronológico. Foram encontrados oito artigos quando utilizado o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “ensino fundamental”; nenhum artigo para “evasão escolar” OR

“abandono escolar” AND “educação básica”; 292 para “política educacional” AND “abandono escolar” OR “evasão escolar”; nenhum artigo utilizando o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND pandemia; e 57 artigos quando utilizado o descritor “busca ativa”, totalizando o total de 349 artigos encontrados.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), coordenada pelo IBICT, foram encontradas 38 dissertações e 13 teses quando utilizado o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “ensino fundamental”; 31 dissertações e 4 teses para o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “educação básica”; 56 dissertações e 24 teses quando utilizado as palavras-chave “política educacional” AND “abandono escolar” OR “evasão escolar”; 1 dissertação e 1 tese para “busca ativa”; e 6 dissertações e 1 tese para o descritor “evasão escolar” OR “abandono escolar” AND pandemia.

Do total de 767 trabalhos, entre artigos, dissertações e teses, optou-se pela exclusão daqueles enquadrados nos seguintes critérios: distanciamento do tema e objeto da pesquisa; foco no ensino médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio; ensino superior; e educação especial. Também foram descartados os estudos com abordagem em educação no campo e pesquisas em outros idiomas. A leitura dos títulos e dos resumos foi utilizada como suporte para a análise quanto à aproximação do trabalho com a temática estudada. Em suma, foram selecionados 15 trabalhos, sendo 5 artigos, 7 dissertações e 3 teses

Segundo Miotto (2007, p. 43), na fase da análise explicativa, “[...] realiza-se a sua exposição sempre observando os procedimentos metodológicos definidos e as classificações realizadas de modo que esta fase apresente os dados a partir da classificação referente ao conteúdo das obras pesquisadas”. Dessa forma, para realizar uma análise mais abrangente e qualificada das 15 pesquisas selecionadas, optou-se por classificá-las em três categorias principais: a) políticas educacionais de enfrentamento ao abandono; b) abandono e evasão escolar; e c) Educação na pandemia e suas implicações no abandono escolar.

A categoria “políticas educacionais de enfrentamento ao abandono” agrupou sete trabalhos; a categoria “abandono e evasão escolar” teve cinco pesquisas; e a categoria “Educação na pandemia e suas implicações no abandono escolar” contou com três trabalhos selecionados. Os artigos, dissertações e teses selecionados e agrupados por categorias encontram-se no Apêndice A desta pesquisa.

As pesquisas são exploradas no capítulo teórico e discutidas com os resultados desta investigação.

2.3 PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Conforme Minayo (2012), a forma como se realiza uma pesquisa científica depende do objeto de estudo em questão. As questões e objetivos de pesquisa direcionam a escolha dos métodos e técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados.

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados (Minayo, 2012, p. 622).

Para coleta de dados, foram utilizados indicadores do censo, pesquisa documental e banco de dados do núcleo Busca Ativa da SMED. A fim de atender ao primeiro objetivo específico, que consiste em caracterizar o contexto educacional e as taxas de abandono escolar na rede municipal de ensino, a produção de dados apoiou-se nos indicadores educacionais fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para Minayo (2001, p. 22), “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Nesse sentido, buscando melhor entendimento e caracterização do contexto educacional na rede municipal, procurou-se apresentar a evolução dos indicadores de abandono, distorção idade/ano e aprovação e reprovação ao longo dos últimos dez anos, conforme registrado no censo de 2012 a 2022.

Para alcançar o segundo objetivo específico – mapear e descrever as políticas e as práticas instituídas na rede municipal de São Leopoldo que contribuem para a permanência escolar e apoiam a Busca Ativa no enfrentamento ao abandono –, utilizou-se a pesquisa documental (Cellard, 2008). Para tanto, observaram-se documentos oficiais internos normativos e externos da gestão municipal, decretos e resoluções a fim de obter um conhecimento mais amplo sobre as políticas institucionais.

Com base em Cellard (2008, p. 296), que define como documento “[...] tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho” e complementa que se

pode tratar “[...] de texto escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc” (Cellard, 2008 p. 297), especificamente para a descrição da política Busca Ativa, também foram utilizadas fotos e publicações em redes sociais como meio de obter uma melhor descrição do contexto pandêmico histórico em que surgiu a política em São Leopoldo.

A análise documental utilizada como estratégia é fundamentada em Cellard (2008, p. 303), que defende que a análise documental é o “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave [...]”.

No Quadro 1, a seguir, apresentam-se as políticas mapeadas e descritas no quinto capítulo desta dissertação.

Quadro 1 - Políticas educacionais mapeadas no município de São Leopoldo

Busca Ativa Escolar
Mais Educa São Leo
Acelera
Educação para as Relações Étnico/Raciais
Conviver
Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão
Educação para a Sustentabilidade na Cidade

Fonte: elaborado pela autora.

As políticas destacadas no Quadro 1 foram escolhidas após uma análise preliminar de suas propostas nos documentos normativos da secretaria e em decretos. Nessa avaliação, buscou-se identificar, de maneira explícita ou implícita, a conexão dessas políticas com a prevenção ao abandono escolar no município.

Para responder ao terceiro objetivo, que consiste em analisar a efetividade da Busca Ativa como política de prevenção ao abandono e à evasão escolar em São Leopoldo, consultaram-se os dados do banco do Núcleo Busca Ativa. Nesse contexto, definiram-se as escolas que seriam analisadas. Para tanto, adotou-se como critério aquelas com maior e menor taxa de abandono no último censo (INEP, 2022) em cada região, totalizando dez escolas.

Por questões éticas e ainda com base no fato de que, quase que na totalidade, as escolas da rede municipal são dirigidas por mulheres, nesta pesquisa, os nomes das escolas foram substituídos por nomes de mulheres escritoras e militantes das causas sociais. Na sequência, o Quadro 2 expõe as escolas selecionadas e caracterizadas quanto ao tamanho, apresentando a média de estudantes matriculados, o número de servidores de cada uma e taxa de abandono no ano de 2022.

Quadro 2 - Escolas selecionadas

	Escola	Média de estudantes matriculados	Média de servidores	Taxa de Abandono (2022)
Região A	Virgínia Woolf	777	183	3
	Djalma Ribeiro	228	59	0,4
Região B	Carolina de Jesus	604	116	0,7
	Chimamanda	464	117	5,3
Região C	Simone de Beavoir	573	101	3,2
	Nise da Silveira	117	43	0
Região C	Bell hooks	607	86	3
	Conceição Evaristo	228	47	0,5
Região E	Clarice Lispector	1054	112	0,1
	Angela Davis	478	113	3,4

Fonte: elaborado pela autora.

No Quadro 2, buscou-se apresentar a dimensão da escola quanto ao número de pessoas envolvidas diretamente na dinâmica escolar por entender-se que a estrutura escolar pode exercer influência no acompanhamento individual das crianças e adolescentes.

Após a definição das escolas, iniciou-se a busca e organização dos dados informados na Busca Ativa desde 2020 até 2022. Verificou-se que os registros relacionados ao ano de 2020 são insuficientes devido ao fato de a política ainda estar em processo de estruturação. Sendo assim, optou-se por utilizar um banco de dados composto por entrevistas conduzidas ao longo de julho de 2022 sobre a política executada em 2020. As dez pessoas entrevistadas integravam a equipe diretiva das escolas durante o auge da pandemia (2020 e 2021).

As entrevistas foram realizadas tanto presencial quanto virtualmente, de acordo com a conveniência dos participantes. Utilizou-se um roteiro semiestruturado (Apêndice B) composto por 13 perguntas abertas que abordaram a vivência dos profissionais no desenvolvimento do projeto Busca Ativa durante o período

pandêmico, entre 2020 e 2021. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, e cada uma teve uma média de duração de aproximadamente quinze minutos.

O protocolo de entrevistas foi elaborado com o propósito de analisar a contribuição do projeto Busca Ativa no resgate dos estudantes em risco de evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo. Inicialmente, as primeiras perguntas exploraram o perfil dos entrevistados, abrangendo aspectos como gênero, formação, tempo de experiência na escola e carga horária de trabalho. Em seguida, foram realizadas 13 perguntas com o intuito de investigar diversos aspectos do processo de Busca Ativa, como estratégias adotadas, motivos que levaram à evasão de crianças e adolescentes e ações que se destacaram positivamente durante o resgate dos estudantes evadidos.

Para garantir a confidencialidade e o anonimato dos respondentes, estes foram identificados como A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1, D2, E1 e E2 e expressaram seu consentimento na própria gravação. Nesse estágio, ocorreu a organização dos dados obtidos. Com base em Bardin (2006), a pré-análise é a etapa inicial, composta por quatro fases: a) leitura exploratória, que corresponde ao estabelecimento de contato com os documentos coletados, permitindo o conhecimento inicial do texto; b) seleção dos documentos, que envolve a identificação daquilo que será analisado; c) formulação de hipóteses e objetivos; e (d) referência dos índices e elaboração de indicadores, que compreende a determinação de indicadores por meio da seleção de trechos relevantes nos documentos de análise.

Para auxiliar na organização das informações obtidas pelas planilhas da Busca Ativa⁴ e entrevistas, escolheu-se o programa Atlas.ti, ferramenta que possibilitou melhor gerenciamento do banco de dados devido ao maior número de informações e codificações.

Após a organização do material, a segunda etapa da análise de conteúdo foi dividida em duas fases (Bardin, 2006). A primeira fase analítica envolveu a atribuição de unidades de registros a trechos textuais relevantes aos objetivos da pesquisa.

⁴ As planilhas da Busca Ativa são documentos digitais por meio dos quais as instituições encaminham os estudantes infrequentes ou em situação de abandono ao núcleo Busca Ativa. Nessas planilhas também são registradas todas as informações que possibilitam diagnosticar os motivos do afastamento e as intervenções realizadas durante o processo de busca ativa.

Dessa forma, durante a primeira leitura do material, foi possível desenhar a estrutura dos dados e a elaboração de uma lista de códigos.

Por sua vez, a segunda fase analítica foi seguida da codificação e categorização das unidades de registros. Englobou o agrupamento de unidades de registros que expressavam a mesma ideia e assim foram classificadas em categoria agrupadas em dois eixos temáticos: Intervenções realizadas; e Motivos do afastamento. Como os distintos cenários analisados, algumas codificações são específicas de cada ano. Desse modo, a seguir, o Quadro 3 demonstra esse processo de codificação e categorização, usando como exemplo o ano de 2021.

Quadro 3 - Processo de codificação e categorização dos dados das planilhas de Busca Ativa

(continua)

Unidades de registros descritivas	Categorias	Eixos temáticos
Mudanças de endereços, residências distantes da escola, desejo de estudar na EJA ou troca de turno.	Articulação com a Central de Vagas	Intervenções realizadas
Mediação e orientação junto à família	Contato com a família	
Contato ou encaminhamento para outros serviços como CRAS, CAPSi, UBS, CT etc.	Busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial	
Conversas realizadas com a família no dia de entrega de cestas básicas	Contato na entrega de kit alimentação	
Envio de correspondência via correios ou <i>motoboy</i>	Entrega de carta	
Mensagens SMS ou via WhatsApp	Mensagens de texto	
Entrega de atividades impressas como alternativa facilitadora do acesso	Oferta de atividades impressas	
Visita na residência das famílias	Visitas domiciliares	
Estudantes que expressam desinteresse ou desejo de parar com os estudos	Desmotivação	Motivos do afastamento
Estudantes sem apoio pedagógico ou com dificuldades pedagógicas para realizar as tarefas na plataforma online ou nas atividades entregues	Dificuldade para realizar as atividades escolares	

(conclusão)

Famílias com dificuldades de levar os filhos em horários reduzidos ou buscar as atividades nos dias agendados	Dificuldades organizacionais
Estudantes com pouco ou sem acesso às tecnologias digitais	Dificuldades para acesso a plataforma digital
Estudantes ou familiares em tratamento médico, com asma, tuberculose, gripes, depressão, dependência química...	Faltas relacionadas a questões de saúde físicas ou psicológicas do estudante ou de um familiar
Adolescentes que estavam gestantes ou tiveram filhos	Gravidez ou maternidade adolescente
Famílias que não acessavam a escola por receio da covid	Medo de pegar o vírus da Covid19
Mudança de bairro, cidade ou estado	Mudança de endereço
Estudantes que começaram a trabalhar e se afastaram da escola	Trabalho

Fonte: elaborado pela autora.

Após essa fase, deu-se início ao processo de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Neste estágio, conforme destacado por Bardin (2006), os resultados foram processados, com as informações pertinentes sendo condensadas e enfatizadas para posterior análise, culminando em interpretações inferenciais.

3 PERCURSO TEÓRICO

O caminho teórico deste estudo iniciou com a revisão de literatura. As pesquisas examinadas o enriqueceram, proporcionando resultados que ampliaram a compreensão do panorama do abandono escolar. Além disso, ofereceram uma visão mais aprofundada dos impactos da pandemia de covid-19 no percurso educacional, bem como das políticas de enfrentamento à evasão em âmbitos municipal, estadual e federal.

Este capítulo está estruturado em quatro seções. Na primeira, apresentam-se as discussões e análises dos estudos examinados durante a revisão de literatura. Nas seções subsequentes, outros autores contribuem para a fundamentação teórica dos conceitos de Política Pública, Busca Ativa, Evasão e Abandono escolar.

Na segunda seção, que discute o conceito de política pública, foram utilizados os estudos dos autores Rua (1997), Saravia (2006), Secchi (2010), Murta e Carvalho (2017), Mainardes e Marcondes (2009), Ball (2009), Ball (2006), Mainardes e Gandin (2013) e Mainardes (2006), Dardot e Laval (2016), Caetano e Peroni (2016). A terceira seção aborda do conceito de Busca Ativa e apoia-se nos trabalhos de Torres (2016), Lemke, Silva e Neves (2010) e Mattos (2001). Por fim, a quarta seção traz a discussão dos conceitos de evasão e abandono escolar, fundamentados nas pesquisas de Pelissari (2012), Freire (1991), Arroyo (2015), Araújo, Silva e Mendes (2014), Silva (2017), Dore, Sales e Castro (2014), Riffel e Malacarne (2010) e Vitelli e Fritsch (2016).

3.1 O QUE DIZEM OS ESTUDOS DA REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta as discussões e análises provenientes dos artigos, dissertações e teses examinados durante a revisão de literatura. Os estudos realizados nesta revisão foram categorizados em três segmentos: a) políticas educacionais de enfrentamento ao abandono; b) abandono e evasão escolar; e c) Educação na pandemia e suas implicações no abandono escolar. Dessa forma, para abordar cada categoria de maneira detalhada, este subcapítulo está dividido em três tópicos.

3.1.1 Políticas educacionais de enfrentamento ao abandono

A categoria “políticas educacionais de enfrentamento ao abandono” englobou os estudos conduzidos por Cruz (2017), Klein (2018), Limeira (2018), Rodrigues (2019), Prado (2019), Pimentel (2021) e Silva (2021).

Cruz (2017), em sua pesquisa, analisou o Programa Bolsa Família e outras políticas de enfrentamento ao abandono escolar no Brasil e no Amazonas, com foco na Coordenadoria Distrital 6. O objetivo geral da pesquisa foi contribuir para a redução das taxas de abandono escolar na referida coordenadoria, assim como prevenir o abandono nas escolas que a compõem.

A pesquisa de campo foi realizada nas escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 6 do ensino fundamental, do primeiro ao nono ano, com a participação de alunos beneficiários do Bolsa Família e suas famílias, professores e gestores escolares. Os resultados obtidos apontaram para a importância do Programa Bolsa Família na redução do abandono escolar, porém, identificou-se que as escolas selecionadas ainda precisam aprimorar a implementação e o monitoramento da condicionalidade da presença nessas instituições (Cruz, 2017).

Klen (2018), em sua dissertação, buscou analisar as inter-relações entre os formuladores da política de enfrentamento à evasão escolar no Paraná e os atores envolvidos na sua implementação na Rede Estadual de Ensino em São José dos Pinhais. Os resultados da pesquisa de Klen (2018) mostraram que a política de enfrentamento à evasão escolar no Paraná se baseou em uma perspectiva de responsabilização individual dos estudantes e suas famílias pela frequência escolar, sem considerar as condições sociais e econômicas que levam à evasão escolar. Além disso, a política foi implementada de forma desarticulada e sem um planejamento adequado, o que comprometeu sua efetividade. A autora destacou ainda a importância de uma abordagem mais crítica e contextualizada das políticas de enfrentamento à evasão escolar, que leve em conta as desigualdades sociais e econômicas que levam à evasão escolar. Ressaltou também a importância da participação dos atores envolvidos na implementação da política, incluindo os estudantes, suas famílias, os professores e os gestores escolares, para garantir uma política mais efetiva e adequada às necessidades da comunidade escolar (Klen, 2018).

A tese de Limeira (2018) teve foco na análise do Direito à Educação na perspectiva do princípio constitucional de acesso e permanência dos estudantes na escola. O objetivo geral do trabalho foi analisar criticamente e compreender o alcance do Direito à Educação Básica no Distrito Federal, na perspectiva do princípio constitucional de acesso e permanência dos estudantes, a partir da compreensão e da atuação de diferentes atores em sua efetivação e exigibilidade. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o Direito à Educação é compreendido pelos sujeitos pesquisados, em conformidade com os preceitos constitucionais, mas essa compreensão, por si só, não é suficiente para garantir a efetivação e exigibilidade desse direito. A ausência de posturas mais ativas e de auto responsabilização por parte dos atores sociais em relação ao protagonismo das ações necessárias para a efetivação desse direito enfraquece seu potencial de realização (Limeira, 2018).

Rodrigues (2019), em sua dissertação, apresentou um estudo de caso realizado em uma escola situada no município de Chapecó e abordou o enfrentamento ao abandono no município através do programa APOIA, que visa atuar em uma rede que compreende escolas, conselhos tutelares e Ministério Público e tem por objetivo promover o retorno do aluno entre 4 e 17 anos para que conclua a educação básica, além de agir preventivamente para a permanência dos alunos na escola. O estudo de Rodrigues (2019) teve como objetivo analisar a efetividade do Programa APOIA a partir das ações das instituições envolvidas e investigar se as ações estão sendo efetivas em relação às razões que levam os estudantes a abandonar a escola. Esse estudo reconheceu que, embora o Programa APOIA seja um avanço no que diz respeito às políticas públicas de enfrentamento à evasão escolar, suas ações atuais ainda são limitadas para um concreto retorno do aluno à escola, que garanta sua aprendizagem e sua conclusão efetiva da educação básica.

Os estudos de Rodrigues (2019) e Klen (2018) apresentam relação direta com a presente pesquisa, uma vez que ambos analisam políticas de enfrentamento à evasão escolar. Além disso, apontam possíveis caminhos a serem seguidos para garantir a eficácia dessas políticas e prevenir a evasão escolar.

O estudo de Prado (2019) teve como objetivo analisar as percepções dos agentes da educação sobre a efetividade do Programa Agente da Educação no enfrentamento à evasão escolar no Ensino Fundamental I no município de Salvador, Bahia, durante o período de julho de 2015 a dezembro de 2017. A pesquisa concluiu que o Programa tem desempenhado um papel importante no controle da infrequência

escolar e na prevenção da evasão escolar, apesar das dificuldades enfrentadas pelos agentes da educação. Fatores condicionantes positivos e negativos, como o Programa Bolsa Família, a criminalidade e o desenvolvimento social, mais especificamente a condição social relacionada à pobreza, também foram analisados. (Prado, 2019).

O artigo de Marinho e Pimentel (2021) teve como objetivo discutir a efetivação do direito à educação no acesso, permanência e aprendizagem do ensino fundamental das escolas públicas do município de Barreiras, na Bahia. Após análise dos dados, as autoras concluíram que, para um número significativo de estudantes do sistema municipal, o direito à educação não é efetivo e provoca a necessidade de políticas educacionais para melhoria do padrão de qualidade do ensino. Também expõem a carência de ações voltadas para a conscientização das famílias acerca da importância da educação como meio de transformação da condição socioeconômica, assim como ações de incentivo a continuidade das etapas escolares (Marinho; Pimentel, 2021).

O estudo desenvolvido por Silva (2021a) apresentou como objetivo contribuir para o debate sobre os desafios contemporâneos da Sociologia da Educação no Brasil em relação à garantia do direito à educação para crianças, adolescentes e jovens. O autor também examinou os impactos da exclusão social na infância e na juventude brasileiras e argumentou que a exclusão escolar é um fenômeno produzido pelos efeitos perversos da desigualdade social sobre as trajetórias escolares periféricas. Para melhor compreensão, um estudo de caso foi realizado no município do Rio de Janeiro, em que, por meio de um projeto social, atuou-se ao longo de três anos com a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de desvinculação escolar em parceria com a gestão municipal. O projeto identificou 23.735 casos em toda a cidade e produziu um banco de dados detalhado sobre cada um deles por meio de uma estratégia de trabalho de campo, mediação com as políticas públicas e mobilização social (Silva, 2021a).

A análise dos casos mencionados anteriormente permitiu a identificação do perfil deste público e a inventariação das situações de exclusão escolar, destacando sua relação com a exclusão social mais ampla que se manifesta pelos constrangimentos aos demais direitos humanos fundamentais, como o direito à cidade, à segurança, à moradia, ao transporte, à saúde, à assistência, à alimentação, ao trabalho, à cultura, e no limite, ao direito à própria vida e à integridade física.

A fragilidade da relação entre as famílias periféricas e os sistemas públicos educacional e assistencial também foi apontada como um fator de exclusão central na questão, destacando-se problemas relacionados à oferta de vagas escolares adequadas às necessidades familiares, constrangimentos relacionados à circulação nos territórios da cidade, renda familiar deficitária e pobreza extrema. Com isso, este projeto sugere questões importantes para o aprimoramento das políticas sociais e educacionais e contribui para o debate sobre a integração entre as políticas públicas na direção do fortalecimento de uma rede de proteção integral das crianças e adolescentes, em conformidade com a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) e seu legado de afirmação da cidadania para todas e todos. O direito à educação, nesse sentido, aparece como um eixo central em torno do qual gravitam os demais direitos humanos, funcionando como um importante indicador de qualidade de vida ou de exclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias.

Em resumo, a análise das pesquisas selecionadas revelou que, embora as políticas educacionais tenham evoluído em relação à garantia do direito à educação, ainda há muito a ser feito para torná-las mais efetivas. Ademais, foi possível observar que muitas das políticas analisadas ainda não alcançaram seu objetivo principal de enfrentamento ao abandono e à evasão escolar. Essas conclusões têm grande relevância para o objeto de estudo em questão, uma vez que a presente pesquisa também busca analisar a efetividade de uma política educacional de enfrentamento ao abandono escolar, de modo que os resultados das pesquisas selecionadas podem fornecer subsídios importantes para o desenvolvimento desta.

3.1.2 Abandono e evasão escolar

A categoria “abandono e evasão escolar” abordou os estudos de Silva Filho e Araújo (2017), Losada (2017), Rios-Neto e César (2020), Silva (2020) e Dantas *et al.* (2021).

O estudo de Silva Filho e Araújo (2017) teve o intuito de refletir algumas considerações sobre evasão e abandono escolar na educação brasileira, abordando fatores, causas e possíveis consequências. O artigo apresentou, como causas, fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como escolares, provocando a necessidade de refletir sobre a superação dos métodos didáticos e práticas pedagógicas descontextualizadas e sem sentido para os educandos. Também expôs

como alternativa a mediação familiar como forma de intervenção e prevenção ao abandono.

O tema da pesquisa desenvolvida por Losada (2017) foi o acesso e a permanência na escola fundamental obrigatória na rede municipal de ensino de Porto Alegre no período pós anos 1990. Seu objetivo foi investigar a universalização do atendimento no ensino fundamental, com foco nas situações de não ingresso à escola, evasão escolar e reprovações.

A pesquisa documental nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre permitiu compreender os processos de categorização e exclusão escolar. A partir do acompanhamento da trajetória escolar de 74 alunos, entre 2007 e 2015, foi constatado que é possível o aluno se tornar invisível e desaparecer do sistema informatizado. Por fim, foram discutidas duas políticas educacionais voltadas à resistência aos processos de exclusão da/na escola: a Central de Matrículas e a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI). A primeira política garante o acesso à escola pública através do gerenciamento de vagas e demanda, enquanto a segunda política contribui para a permanência na escola, sendo uma política em que os alunos têm nome (Losada, 2017).

O artigo de Gonçalves, Rios-Neto e César (2020) baseou-se em uma pesquisa acerca da trajetória escolar de alunos e alunas matriculados na quarta série do ensino fundamental, em 1999, pertencentes a escolas situadas nas áreas urbanas de microrregiões localizadas em alguns estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Os alunos foram acompanhados até 2003, ano em que deveriam concluir a oitava série. O estudo teve como principal objetivo a identificação e análise dos determinantes da probabilidade de ocorrência da evasão, entre a quarta e a oitava série. Ao término, constatou-se o trabalho como um dos fatores determinantes para a evasão.

Conforme a pesquisa de Gonçalves, Rios-Neto e César (2020), caso o aluno tivesse trabalhado em algum ano letivo entre 1999 e 2002, menor seria a sua probabilidade de permanência na escola, revelando a dificuldade em se conciliar trabalho e estudo. Os autores também referiram o fator socioeconômico, como decisório sobre a evasão. Estudantes cujas famílias não tinham nem os bens duráveis básicos na sua residência estavam mais sujeitos a evadirem da escola. Os resultados obtidos permitiram associar o abandono escolar à participação em atividades laborativas. Ou seja, a situação socioeconômica da família está fortemente

relacionada à evasão escolar. A análise de trajetória dos estudantes também revelou que se o aluno é aprovado sucessivamente, menor sua probabilidade de evadir da escola (Gonçalves; Rios-Neto; César, 2020).

A pesquisa de Silva (2020) pretendeu analisar a relação entre a violência urbana e o fluxo escolar de alunos do ensino fundamental e médio em duas regiões distintas: Rio de Janeiro, RS, e Sertãozinho, em São Paulo. A pesquisa foi dividida em duas partes: na primeira, foi analisado o impacto do aumento da violência urbana sobre os indicadores de fluxo escolar. Para isso, foi investigado se a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro provocou uma migração de criminosos para delegacias policiais vizinhas, o que poderia ter um efeito causal sobre o fluxo escolar dos alunos. Na segunda parte da pesquisa, foi investigado o papel das variáveis socioemocionais como fatores protetivos ou de risco na relação entre a exposição à violência e o fluxo escolar dos alunos. Para isso, foram coletados dados primários em Sertãozinho, em 2012 e 2017, que incluíram informações sobre a exposição dos alunos a diferentes tipos de violência, além de dados administrativos sobre o progresso escolar e as características socioemocionais dos alunos.

Os resultados indicaram que a violência urbana tem um impacto significativo no fluxo escolar dos alunos, com a exposição à violência estando associada a um maior risco de reprovação e abandono escolar. Além disso, as variáveis socioemocionais mostraram-se importantes fatores protetivos contra os efeitos negativos da violência urbana no desempenho escolar dos alunos.

Dantas *et al.* (2021), por meio da adaptação do conceito de afiliação proposto por Coulon (2008), que trata da transição do ensino médio para o superior, buscaram refletir sobre o uso do referido conceito para o sexto ano do ensino fundamental, visando desenvolver uma tecnologia de apoio à transição do quinto para o sexto ano, considerando-se a rede municipal de educação de São Paulo, a gestão escolar e a sala de aula.

O estudo de Dantas *et al.* (2021) revelou que a boa transição entre os anos não é um processo espontâneo e demanda esforço tanto individual quanto institucional. Os alunos na faixa etária analisada – entre 11 e 14 anos – estavam na adolescência, com todas as instabilidades que essa outra transição – de criança para adolescente – causa. Diante disso, apoiavam-se no círculo de amizades (e, por vezes, de inimizades) para conseguirem fazer a passagem. Segundo os autores, a rede municipal de educação deve se envolver na transição. A pesquisa também apontou

que a unidade escolar precisa favorecer o convívio dos alunos em espaços para além da sala de aula para que as redes de amizade, importante elemento de afiliação, se formem e se firmem. Afirmaram ainda que a afiliação dos alunos de sexto ano da educação básica deve ser o foco de políticas públicas municipais, e não apenas ficar restrita a iniciativas bem-vindas de professores e mesmo de escolas (Dantas *et al.*, 2021).

As pesquisas analisadas nesta categoria trazem uma importante contribuição à dissertação, na medida em que confirmam que as questões socioeconômicas têm impacto significativo no acesso à educação. Além disso, auxiliam na identificação do público-alvo do programa Busca Ativa, bem como na análise das estratégias adotadas no programa.

3.1.3 Educação na pandemia e suas implicações no abandono escolar

A categoria “educação na pandemia e suas implicações no abandono escolar” trouxe os trabalhos de Souza, Pereira e Ranke (2020), Rocha (2022) e Moreno (2022).

Souza, Pereira e Ranke (2020), que analisaram os resultados do estado do Tocantins, expuseram que o estado do não tem realizado ações específicas para enfrentamento à evasão, antes ou durante a pandemia. A ausência dessas políticas sociais materializa-se mediante o não cumprimento das metas 1, 2 e 3 do Plano Estadual de Educação (PEE). A pesquisa acrescentou a pandemia como grande agravante da evasão escolar, evidenciando a desigualdade social e aumentando o número de crianças e jovens que ingressam no mundo do trabalho para auxiliar na manutenção das necessidades básicas da família (Souza; Pereira; Ranke, 2020).

O trabalho de Rocha (2022) mostrou que o ensino remoto e o confinamento imposto pela pandemia afetaram as relações familiares de forma significativa. As famílias depararam-se com um convívio quase que em tempo integral, o que trouxe contradições nas relações que permearam diferentes resultados, variando da aproximação afetiva, maior acolhimento e participação na aprendizagem até a negligência do abandono escolar e vulnerabilidade, com abusos e violência. A relação entre a família e a escola precisou ser estreitada, e as crianças continuam sendo o elo mais frágil nas relações (Rocha, 2022).

O estudo de Moreno (2022) teve como objetivo documentar as ações adotadas pelos governos de oito estados brasileiros (Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Bahia,

Pernambuco, Sergipe e Piauí) para fornecer educação aos alunos de suas redes de ensino médio durante o período de suspensão das aulas presenciais, em decorrência da pandemia da covid-19. A hipótese da autora era de que estados com melhores índices socioeconômicos e educacionais teriam uma resposta mais rápida e mais abrangente em relação à implementação de ações educacionais durante a suspensão das aulas presenciais. Os resultados, no entanto, não confirmaram tal hipótese, mostrando que há variações importantes na oferta de ações educacionais emergenciais que não estão relacionadas com o nível de desenvolvimento socioeconômico e educacional do estado em análise (Moreno, 2022).

Os estudos presentes nesta categoria contribuem com esta pesquisa à medida que apresentam resultados que permitem melhor compreensão do contexto e marco temporal deste projeto. Além disso, a análise dos trabalhos evidencia o impacto do ensino remoto e do isolamento social durante a pandemia na educação, contribuindo para o aumento do abandono escolar.

3.2 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA

Para analisar a política municipal de prevenção e enfrentamento ao abandono escolar, é importante entender o conceito de política pública. Esse campo de estudo é resultado de pesquisas realizadas por várias disciplinas, como Sociologia, Ciência Política, Economia, entre outras. Porém, segundo Secchi (2010, p. 2), “[...] qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos.

Para Rua (1997, p. 1), “[...] a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”. Essa definição destaca a importância da política como uma arena de tomada de decisões coletivas e como um instrumento para a busca de soluções que atendam ao interesse público e promovam a convivência pacífica na sociedade.

Para Saravia (2006, p. 28), “[...] uma política pública pode ser entendida como um processo contínuo de tomada de decisões que pode visar a manutenção do equilíbrio social ou a introdução de mudanças destinadas a alterar a realidade”. Essas decisões são influenciadas pelo próprio processo em que ocorrem, bem como pelas

reações e modificações que provocam na sociedade, além dos valores, ideias e visões dos envolvidos na tomada de decisão (Saravia, 2006).

No âmbito da área das políticas públicas, há um debate sobre como diferentes atores e pesquisadores veem o papel do Estado e de outros atores na definição e implementação de políticas públicas. Segundo Secchi (2010, p. 2), “[...] alguns atores e pesquisadores defendem a abordagem estatista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas no que se refere protagonismo no estabelecimento de políticas públicas”.

Na abordagem estatista, a característica definidora de uma política como “pública” é a identidade jurídica do seu criador (Secchi, 2010). Nessa perspectiva, as políticas públicas são compostas por decisões aprovadas ou endossadas por agentes governamentais. Nesse contexto, política pública refere-se às consequências ou resultados dos processos conduzidos pelo governo.

De acordo com Secchi (2010, p. 2), “[...] a abordagem estatista reconhece que atores não estatais podem exercer influência no processo de formulação de políticas públicas, porém, ela não concede a esses atores o privilégio de estabelecer e liderar o processo”. Já na abordagem multicêntrica, o fator determinante para uma política pública não é a identidade do formulador - que pode ser qualquer pessoa – mas sim, a origem do problema que a política visa abordar (Secchi, 2010).

De maneira resumida, pode-se dizer que a abordagem estatista classifica o termo “política” com base no agente responsável pela tomada de decisões, enquanto a abordagem multicêntrica o classifica com base no objetivo da política. Para Murta e Carvalho (2017), somente com a efetivação de políticas públicas eficientes, juntamente com a participação da população, um país consegue fazer justiça social, buscando, assim, uma tributação mais justa.

O Estado existe para servir ao povo. Assim podemos conceituar o Estado como uma instituição que tem por objetivo organizar a vontade do povo politicamente constituído dentro de um território definido, tendo como uma de suas características o exercício do poder coercitivo sobre os membros da sociedade, objetivando o bem comum. O bem comum é atingido por meio da administração pública, que tem como função a execução das políticas públicas e dos planos de ação para que o Estado funcione tendo como referência a sociedade (Murta; Carvalho, 2017, p. 158).

No entanto, sob a luz no neoliberalismo, o Estado tende a adotar práticas de gestão empresarial, buscando eficiência e eficácia semelhantes às do setor privado. Isso pode resultar em uma redefinição das políticas públicas à medida em que impacta

nas instituições governamentais, influenciando a forma como o Estado busca atender aos interesses da sociedade e alcançar o bem comum, como destacam Dardot e Laval (2016, p. 9):

[...] o Estado passou a se comprometer com apoios logísticos, fiscais e diplomáticos, mais e mais ativos em favor dos oligopólios, tornando-se assim seus parceiros na guerra econômica global. Isso explica por que o Estado se tornou um receptor da pressão da concorrência global, passando notadamente a conduzir diretamente a “reforma” das instituições públicas e das organizações de assistência social em nome da competitividade “nacional”.

Segundo Caetano e Peroni (2016), as mudanças no papel do Estado foram extremamente significativas, haja vista que este deixou de ser o executor de políticas para ser o controlador de resultados, fomentando assim a ideologia do empreendimento e deslocando para o indivíduo as responsabilidades que seriam do poder público. Caetano e Peroni (2016) ainda explicam que o Estado neoliberal busca construir uma sociedade de mercado ao desvincular o público do Estado, resultando na criação de um espaço público “não estatal” propício à proliferação do empreendedorismo. Ressaltam também a forma como isso se manifesta no campo educacional:

No caso da educação, ela é oferecida à população, mas não necessariamente quem a executa é o Estado permitindo que outras instituições como as do terceiro setor - institutos, fundações, associações, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) - ofereçam esse serviço ao público através da terceirização, parcerias, vouchers ou outros. Além disso, o Estado terceiriza o conteúdo da proposta educacional ao adquirir todo tipo de programa vinculado a essas instituições (Caetano; Peroni, 2016, p. 6).

Quando se trata da análise da política de enfrentamento ao abandono escolar, é importante considerar o desafio de observar o movimento e as interações de vários atores e setores diferentes do Estado na ação política. Como afirmou Ball em entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009, p. 305), “[...] o processo de transformar políticas em práticas é extremamente complexo e envolve diferentes modalidades.”

As políticas públicas envolvem tanto a elaboração do texto quanto a sua implementação. No entanto, a relação entre esses dois aspectos é bastante desafiadora, já que segundo Ball (2009), a prática é influenciada por valores locais e pessoais e requer a resolução de expectativas e requisitos conflitantes. De acordo com Ball (2009, p. 305), “[...] a implementação das políticas é mais complexa do que

a simples execução de uma série de medidas, exigindo acordos e ajustes secundários para lidar com as tensões inerentes”.

Ball (2006) contesta a perspectiva predominante que enxerga a política como algo destinado exclusivamente às pessoas, considerando-as implementadoras e, ao mesmo tempo, afetadas pela política como beneficiárias secundárias. Segundo Ball, (2006) as políticas apresentam desafios para os indivíduos, cujas respostas estão sujeitas ao contexto, tendo em vista que “[...] as políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos” (Ball, 2006, p. 26).

Ball (2006) também enfatiza que, em muitos estudos sobre a implementação de políticas, as pessoas são consideradas implicitamente. Ele recomenda que é fundamental prestar atenção às vozes presentes nos textos políticos e considerar o engajamento social e coletivo dos sujeitos envolvidos nas políticas educacionais. Para Ball (2006, p. 26), “[...] as políticas não são simplesmente um objeto passivo que deve ser implementado na prática, como se houvesse uma trajetória linear que leva à sua execução”. Pelo contrário, elas estão sujeitas a processos de reinterpretação e recriação, bem como a processos de interpretação e tradução (Mainardes; Gandin, 2013, p. 154).

Ao questionar a relação entre "formuladores" e "implementadores", Ball (2006, p. 27) desafia “[...] o pesquisador a prestar atenção às vozes presentes nos textos políticos e considerar a identidade social e coletiva dos sujeitos envolvidos, sejam eles professores, pais ou formuladores da política”. No caso do projeto Busca Ativa enquanto política educacional, tanto as pessoas que desempenham papéis importantes no âmbito da política quanto os formuladores, que produzem os textos políticos, além dos profissionais da escola, como professores e equipes diretivas, assim como outros agentes que compõem a rede de proteção, participam efetivamente da reformulação da política em prática.

Algumas abordagens convencionais, como a de Saravia (2006), estruturam as fases da política pública em uma ordem linear, que começa com a inserção na agenda e segue por etapas como elaboração, formulação, implementação, execução e avaliação. No entanto, essa concepção foi rechaçada por Ball e Mainardes (2006, p. 55), haja vista que “[...] apresentou um ciclo contínuo composto por cinco contextos interligados, sem uma dimensão temporal ou sequencial definida”. Cada contexto

engloba arenas de discussão e conflito entre grupos de interesse que buscam influenciar as políticas, e todos envolvem disputas.

De acordo com Mainardes (2009b, p. 9), “[...] as políticas têm uma dinâmica própria dentro do Estado, mudando e sendo interpretadas de maneiras distintas conforme a posição dos atores envolvidos em sua formulação e implementação”. No entanto, é crucial reconhecer que as políticas não estão desconectadas das desigualdades existentes na sociedade. Embora possam ter o potencial de mudá-las, também são influenciadas por elas. Um exemplo disso são as políticas voltadas para prevenção e enfrentamento à evasão escolar, que, apesar de respaldada por leis, ainda são afetadas pelas profundas desigualdades sociais e educacionais, o que faz com que a evasão escolar persista como um problema preocupante na educação brasileira, gerando apreensão em diversos setores da sociedade e da área educacional.

3.3 CONCEITO DE BUSCA ATIVA

O termo "Busca Ativa" surgiu no contexto da política de saúde, mais especificamente na vigilância epidemiológica de campo. A busca ativa foi concebida como uma ferramenta essencial para a identificação precoce de casos suspeitos e a confirmação rápida de diagnósticos, com o objetivo principal de identificar precocemente casos suspeitos e confirmá-los rapidamente, a fim de orientar a aplicação de medidas de controle adequadas (Brasil, 2005). Tem como base a ideia de que, em algumas situações, é necessário ir ao encontro dos casos suspeitos em vez de esperar que eles sejam identificados por iniciativa própria. Na prática, a busca ativa na saúde consiste em procurar ativamente indivíduos que possam apresentar sintomas de doenças e agravos de notificação compulsória (Brasil, 2001).

Na política da assistência social, de acordo com Torres (2016, p. 38), “[...] a busca ativa consiste em uma busca por informações que envolve o deslocamento das equipes de referência até o território”. Ou seja, tem como objetivo “[...] identificar situações de vulnerabilidade e risco social, aprimorar o conhecimento e a compreensão da realidade social e contribuir para entender a dinâmica do cotidiano das populações” (Brasil, 2009, p. 29). No caso da Busca Ativa proposta pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), busca-se compreender os motivos por trás do afastamento escolar, visando oferecer suporte para facilitar o retorno do aluno à

frequência regular. Torres (2016, p. 38) refere que “[...] a busca ativa é uma prática fundamental para garantir o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais a todos aqueles que deles necessitam, especialmente às pessoas mais vulneráveis e em situação de rua”. Além disso, a busca ativa é uma forma de promoção da cidadania e dos direitos sociais, uma vez que possibilita a inclusão social e o fortalecimento da participação ativa da população nos processos de gestão e de controle social das políticas públicas.

Torres (2016, p. 38) ainda afirma que “[...] a busca ativa é uma estratégia de identificação com vistas à construção de ações interventivas, tanto de acompanhamento das famílias como de avaliação diagnóstica das condições objetivas de vida dos usuários”. Desse modo, ela “[...] identifica também as potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais, políticos, a oferta de serviços setoriais e acessos da população a esses serviços” (Brasil, 2009, p. 30).

As ações de busca ativa são planejadas, articulando conhecimentos já consolidados sobre o território, como, por exemplo, dados sobre as vulnerabilidades que afetam a vida das famílias; dados referentes à violência, à exclusão do trabalho e ao índice de desemprego; dados referentes à inclusão escolar e ao acesso à rede de saúde; participação das famílias em programas e projetos de inclusão produtiva; dados referentes às potencialidades do território, entre outros. Assim, “[...] a equipe deve incorporar, no processo de trabalho, as informações originárias da busca ativa, utilizando-as para definir ações estratégicas, urgentes, preventivas e de rotina” (Brasil, 2009, p. 29). Portanto, segundo Torres (2016, p. 39), “[...] o objetivo da busca ativa não é fiscalizar e gerenciar comportamentos humanos, mas identificar e mapear as situações de risco e vulnerabilidade social”.

Embora se refira à política da saúde, Lemke, Silva e Neves (2010, p. 284) apresentam a busca ativa como “[...] um princípio político dos processos de trabalho demonstrando todo um campo de possibilidades das práticas no território”. Eles afirmam que esse princípio revela um vasto campo de possibilidades para as práticas no território. Para os autores, “[...] entender a busca ativa como um princípio político de uma lógica territorial de cuidado implica a relação com um território dinâmico, em constante movimento e no qual a subjetividade se manifesta” (Lemke; Silva; Neves, 2010, p. 284). Nesse sentido, a busca ativa torna-se um princípio político de luta em defesa da vida quando os trabalhadores rompem com os automatismos, permitindo a

abertura para um plano de invenção no qual a potência política de seus movimentos pode ser explorada.

De acordo com Mattos (2001, p. 50), “[...] a busca ativa é vista como um princípio político das práticas de cuidado, que considera as práticas de saúde como práticas sociais, e não apenas médicas ou psiquiátricas, o que as torna também políticas”. Esse conceito pode ser aplicado não só na política da saúde, mas também na assistência e na educação, redefinindo a busca ativa como uma ação política e de cuidado no território.

Uma prática de cuidado só pode ser efetiva se for adaptada ao sujeito em seu contexto existencial, e ao considerar o território como um princípio organizador das práticas e a subjetividade dos sujeitos como atores sociais, a entrada dos trabalhadores no território torna-se uma ação política. Dessa forma, a expressão "busca ativa" neste texto denota justamente esse caráter político das práticas no território.

Diante do exposto, a busca ativa escolar insere-se na premissa de construir práticas de cuidado fundamentadas em uma lógica territorial, que permitam ações mais próximas da realidade das famílias e de seus modos de vida, implica em uma concepção de território que transcende a ideia de um espaço geográfico estático, e que engloba uma dimensão existencial e um engajamento político nas práticas de cuidado (Lemke; Silva; Neves, 2010).

3.4 CONCEITO DE EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR

De acordo com Pelissari (2012, p. 33), “[...] o conceito de evasão é subjetivo e coloca a responsabilidade pela saída da escola no aluno, sem considerar os fatores externos que podem ter influenciado sua decisão”. Ao considerar que o abandono escolar é um problema sério e que afeta principalmente aqueles que vivem em comunidades mais periféricas ou economicamente desfavorecidas, percebe-se que o acesso à educação de qualidade também depende do rompimento de barreiras impostas pelas condições socioeconômicas que limitam não apenas o acesso ao ambiente escolar, como também se estendem a outros aspectos significativos para uma vida digna, como o direito à moradia, saúde, segurança, entre outros.

Diante do exposto, em uma abordagem contrária da responsabilização do sujeito pelo afastamento da escola, compreende-se o abandono escolar como uma

exclusão educacional na qual os sujeitos são expulsos da escola à medida em que as oportunidades não são igualitárias e socialmente justas, como destaca Freire (1991, p. 35, grifo do autor):

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de evasão. As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são expulsas da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa estes ou aqueles alunos ou os reprove. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.

Neste contexto, Arroyo (2015, p.28) destaca que "[...] a pobreza é uma das causas da segregação social, racial e educacional." Em concordância a essa perspectiva, Araújo, Silva e Mendes (2014, p. 16) observam que, ao longo da história da educação capitalista, prevaleceu o discurso que responsabiliza individualmente os estudantes, considerando-os como os verdadeiros culpados pelo fracasso escolar. Esses alunos eram frequentemente estigmatizados como incapazes. Nessa visão, o insucesso era sempre interpretado de forma individual, sem considerar que também pode ser influenciado por fatores sociais e institucionais que impactam nas dinâmicas pedagógicas. Na mesma direção, Silva (2017, p. 39) expõe que:

Fatores intrínsecos e extrínsecos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola.

Assim, a evasão escolar é um problema que transpõe a sala de aula e tem diversas razões de ordem social e, principalmente, econômica, tais como: necessidade de trabalhar, violência no ambiente escolar, falta de professor, falta de material didático e formação inadequada oferecida pela escola aos alunos.

Portanto, como classificam Dore, Sales e Castro (2014, p. 386), “[...] a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola (abandono) ou na sua saída definitiva (evasão)”. Esse problema deve ser analisado por perspectivas diversas, tais como a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do próprio indivíduo.

Riffel e Malacarne (2010, p. 1) caracterizam a evasão escolar como “[...] fuga, abandono ou desistência da escola em detrimento de outras atividades”. Além disso, é importante destacar a distinção entre evasão e abandono escolar, uma vez que este último implica o desligamento temporário do aluno, com possibilidade de retorno no ano seguinte, enquanto a evasão envolve a saída definitiva do aluno do sistema escolar.

O uso do termo “evasão”, como mostram Vitelli e Fritsch (2016, p. 908), “[...] está associado a diferentes perspectivas, temporalidades, granularidades e fórmulas, havendo ‘diferentes concepções e usos do termo em produções acadêmicas’”. Dentre as diferentes perspectivas no campo da evasão, tem-se o uso de indicadores de destaque como um importante instrumento de gestão, como mostram Vitelli e Fritsch (2016, p. 913):

O uso de indicadores como instrumento de gestão tem relevância no planejamento e no monitoramento de ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de uma ação, de um serviço, de um produto ou de uma política. Como medida de desempenho, o indicador consiste em uma informação vital para o sucesso e a continuidade de uma ação, um curso, uma organização.

No contexto da gestão educacional, a evasão é um indicador fundamental de fluxo escolar, pois sinaliza, em certa medida, o desempenho dos sistemas de ensino. A definição imprecisa e divergente de “evasão e abandono escolar” dificulta a quantificação precisa dos casos e torna complexo o estudo das causas e das soluções viáveis para superar esse problema persistente na educação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007) classifica a evasão escolar como um indicador de fluxo e a define como a proporção de alunos que estavam matriculados em um determinado ano, mas que não realizaram a matrícula no ano seguinte, enquanto o abandono escolar, que é um indicador de rendimento escolar, ocorre quando o aluno se afasta da escola durante o ano letivo, mas retorna no ano seguinte. Essa distinção é importante porque os motivos e consequências do abandono e da evasão escolar podem ser diferentes mesmo que interdependentes. A compreensão dessas diferenças pode ajudar na formulação de políticas e estratégias para prevenir e lidar com esses problemas.

Para calcular as taxas de evasão, o cálculo referido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (Brasil, 1997), utilizado em larga escala nos estudos de evasão no ensino superior brasileiros,

adequa-se também ao ensino fundamental, da seguinte forma: taxa de evasão é igual ao número de ingressantes (Ni), menos o número de concluintes (Nc), menos o número de retidos (Nr), dividido pelo número de ingressantes (Ni), multiplicado por 100, como expressa a fórmula a seguir:

$$\% \text{ Evasão} = \frac{(Ni - Nc - Nr)}{Ni} * 100 \quad (1)$$

Portanto, a evasão escolar é um desafio complexo que requer uma abordagem integrada e coordenada de todos os envolvidos nas políticas educacionais e sociais. A implementação de indicadores e o monitoramento da frequência escolar são medidas importantes para a gestão educacional e podem contribuir para a redução do abandono, buscando garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais justas e de qualidade.

4 O CONTEXTO EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO E PRINCIPAIS INDICADORES

Neste capítulo, busca-se alcançar o primeiro objetivo específico: caracterizar o contexto educacional e as taxas de abandono na rede municipal de ensino. Inicialmente, traz-se uma breve contextualização sobre a educação de São Leopoldo, e, em seguida, apresentam-se os principais indicadores educacionais.

4.1 A EDUCAÇÃO DE SÃO LEOPOLDO

O município de São Leopoldo está localizado na região metropolitana de Porto Alegre e, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE (2021a), abriga uma população estimada em aproximadamente 240 mil habitantes, distribuída em 24 bairros e 198 vilas/loteamentos.

Em síntese, a história da educação em São Leopoldo está ligada à colonização alemã e ao crescimento urbano do município (Ribeiro, 2005). A partir de 1826, os imigrantes, que já traziam a tradição de reconhecimento da importância da educação em seus territórios de origem (Grützmann; Dreher; Feldens, 2008), criaram a primeira escola ligada à Igreja Evangélica Luterana, conforme refere o Projeto Político-Pedagógico (São Leopoldo, 2023d). Ainda durante o período monárquico, escolas públicas surgiram em resposta à demanda da comunidade.

Na década de 1930, a responsabilidade pela educação passou para as câmaras municipais (Schneider, 1993; Werle, 2005). A partir do Estado Novo⁵, foram estabelecidas secretarias de Educação e Saúde Pública. Em São Leopoldo, o Decreto Municipal nº 20, de 11 de novembro de 1941, registrou a criação de oito escolas municipais e estaduais. Durante a década de 1960, foram criadas quatorze escolas para atender à demanda decorrente do êxodo rural para o município (Amado, 2002; Almanack, 1935).

A partir de 1970, novas escolas municipais foram criadas conforme as necessidades e o apoio das comunidades. Até 1970, as escolas recebiam a denominação de Grupo Escolar. A partir de 1980, passaram a ser chamadas de

⁵ O Estado Novo corresponde ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil entre os anos de 1937 a 1945.

Escolas Municipais de 1º Grau e em 1998, foram denominadas "Escolas Municipais de Ensino Fundamental" (São Leopoldo, 2023)

Atualmente, a rede pública de ensino oferece, no território de São Leopoldo, convênio com 44 escolas de educação infantil para crianças de 0 a 5 anos; 10 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (EEEFs); 13 Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEMs); 1 Escola Estadual de Ensino Profissionalizante; 1 Escola Estadual de Educação Especial; e 1 Escola Estadual para Povos Indígenas. Quanto à rede de ensino municipal, é composta por aproximadamente dois mil professores, que atuam em 13 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 36 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs). Dentre elas, estão dez EMEFs que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além das 44 escolas de educação infantil credenciadas pela prefeitura para atender às crianças não contempladas na rede pública.

Tendo o foco na etapa do ensino fundamental, apresenta-se a seguir, no Quadro 4, as 36 escolas da rede municipal de ensino, distribuídas por região da cidade.

Quadro 4 - Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) de São Leopoldo, por região

(continua)

Centro	EMEF Irmão Weibert EMEF Profª Maria Gusmão Britto
Leste	EMEF Arthur Ostermann EMEF Dr. Osvaldo Aranha EMEF Olímpio Vianna Albrecht EMEF Prof. Emílio Meyer EMEF Profª Dilza Flores Albrecht
Norte	EMEF Clodomir Vianna Moog EMEF Gen. Mario Fonseca EMEF Maria Emília de Paula EMEF Prof. Álvaro Luis Nunes EMEF Prof. João Carlos V. Hohendorff EMEF Prof. José Grimberg EMEF Profª Otilia Carvalho Rieth EMEF Santa Marta EMEF Sen. Alberto Pasqualini EMEF Tancredo Neves EMEF. Dr. Paulo da Silva Couto

(conclusão)

Nordeste	EMEF Edgard Coelho EMEF Francisco Candido Xavier EMEF João Belchior M. Goulart EMEF Maria Edila EMEF Padre Orestes João Stragliotto
Oeste	EMEF Castro Alves EMEF Henrique Maximiliano Coelho Neto EMEF Paulo Beck EMEF Rui Barbosa EMEF São João Batista
Sudeste	EMEF Sen. Salgado Filho EMEF Dr. Jorge Germano Sperb EMEF Barão do Rio Branco
Sul	EMEF Bento Gonçalves EMEF Dr. Borges de Medeiros EMEF Franz Louis Weinmann EMEF Paul Harris EMEF Zaira Hauschild

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 4 apresenta as escolas municipais de ensino fundamental da cidade de São Leopoldo, distribuídas por região. A Região Centro possui duas escolas. A Região Leste conta com cinco escolas. A Região Norte é a que possui mais escolas, com um total de onze. A Região Nordeste e a Região Oeste possuem, cada uma, cinco escolas. A Região Sudeste possui três escolas. Por fim, a Região Sul possui cinco escolas.

4.2 PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS

O objetivo desta seção é apresentar os principais indicadores educacionais utilizados pelo INEP para analisar e avaliar a qualidade e o desempenho dos sistemas educacionais brasileiros. Além dos dados do abandono, também são exploradas as taxas de reprovação e de distorção idade/ano, considerando que a experiência de reprovações consecutivas contribui substancialmente para desmotivar e afastar os alunos do ambiente escolar, como aponta paro (2022).

A seguir, a Tabela 1 apresenta dados do abandono escolar no ensino fundamental nos anos de 2012 a 2022 em níveis nacional, estadual, municipal, especificamente para a rede municipal de ensino de São Leopoldo.

Tabela 1 - Abandono escolar no ensino fundamental 2012 - 2022

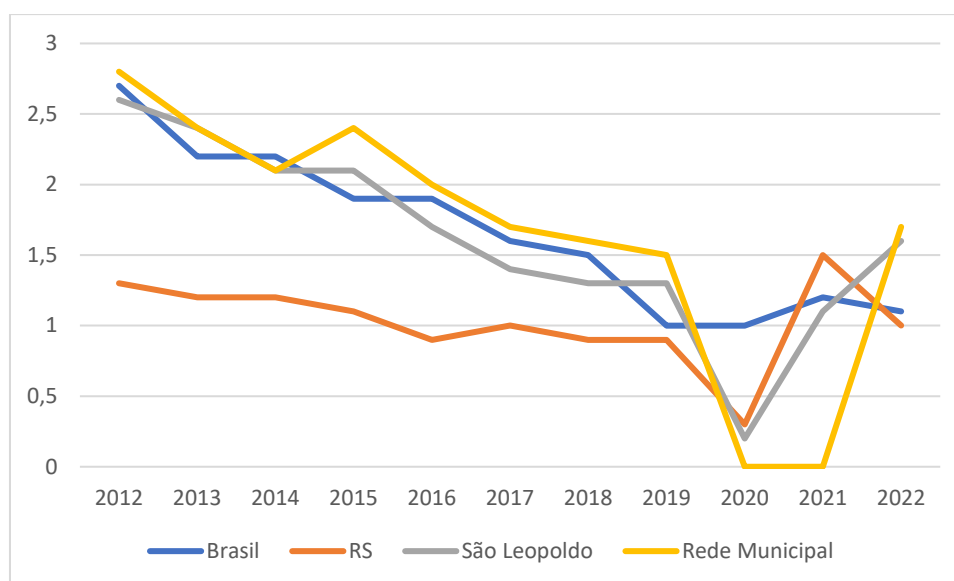
Local	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	2,7	2,2	2,2	1,9	1,9	1,6	1,5	1	1	1,2	1,1
RS	1,3	1,2	1,2	1,1	0,9	1	0,9	0,9	0,3	1,5	1
São Leopoldo	2,6	2,4	2,1	2,1	1,7	1,4	1,3	1,3	0,2	1,1	1,6
Rede Municipal	2,8	2,4	2,1	2,4	2	1,7	1,6	1,5	0	0	1,7

Fonte: adaptado de INEP (2023).

A Tabela 1 mostra um aumento do abandono escolar ao longo dos anos, passando de 0,8% em 2010 para 1,7% em 2022. Apesar dos índices significativos, nota-se que, desde o ano de 2012, a rede municipal vem apresentando redução nas taxas de abandono, apresentando aumento em dois momentos: no ano de 2015 e no ano de 2022. Observa-se que, de 2014 para 2015, quando ocorreu uma elevação de três décimos na média da rede municipal, a taxa média do Brasil reduziu na mesma proporção. Outro destaque é a ausência de registro do abandono escolar na rede municipal nos anos de 2020 e 2021. Isso se deve porque, diante das desigualdades de acesso durante a pandemia e baseado no Parecer nº 09/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o município optou pela promoção automática nestes dois anos, possibilitando o registro de reprovação e abandono somente no ano letivo de 2022 (Brasil, 2020).

Apesar da tendência de queda, os índices de abandono escolar na rede municipal de São Leopoldo ainda são mais altos quando comparados com os dados do Brasil e do Rio Grande do Sul, exceto no ano de 2015, em que a taxa do abandono na rede municipal foi inferior à nacional. Isso indica que ainda existem desafios a serem superados para melhorar a permanência dos estudantes na rede municipal, por meio de políticas efetivas de enfrentamento. A seguir, o Gráfico 1 aponta os dados referente ao abandono escolar no ensino fundamental.

Gráfico 1 - Abandono escolar no ensino fundamental



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do abandono escolar no ensino fundamental nos anos de 2012 a 2022, em nível nacional, estadual, municipal e específico para a rede municipal de ensino. Observa-se uma tendência geral de movimentos sincronizados nos índices, com períodos de aumento e redução. No entanto, destaca-se que, na rede municipal de São Leopoldo, foram identificados dois picos significativos: um em 2015, atingindo 2,4%; e outro em 2022, que obteve o índice de 1,7%, um acréscimo de vinte décimos em comparação com o último lançamento no censo, em 2019.

A seguir, a Tabela 2 apresenta dados de distorção idade/ano no ensino fundamental nos anos de 2012 a 2022, em níveis nacional, estadual, municipal, especificamente para a rede municipal de ensino de São Leopoldo.

Tabela 2 - Distorção idade/ano 2012-2022

Local	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	22	21	20	19,2	18,6	18,1	17,2	16,2	15,5	13,7	12,3
RS	22,5	22,2	21,8	21,4	20,9	20,7	19,9	19,3	18,7	15,5	12,7
São Leopoldo	26,9	26,1	25,4	24,9	24,9	25	24,2	23,9	23,6	19	14,9
Rede Municipal	26,4	25,6	25,1	22,4	25,5	25,8	24,7	24,7	24,3	19,7	14,6

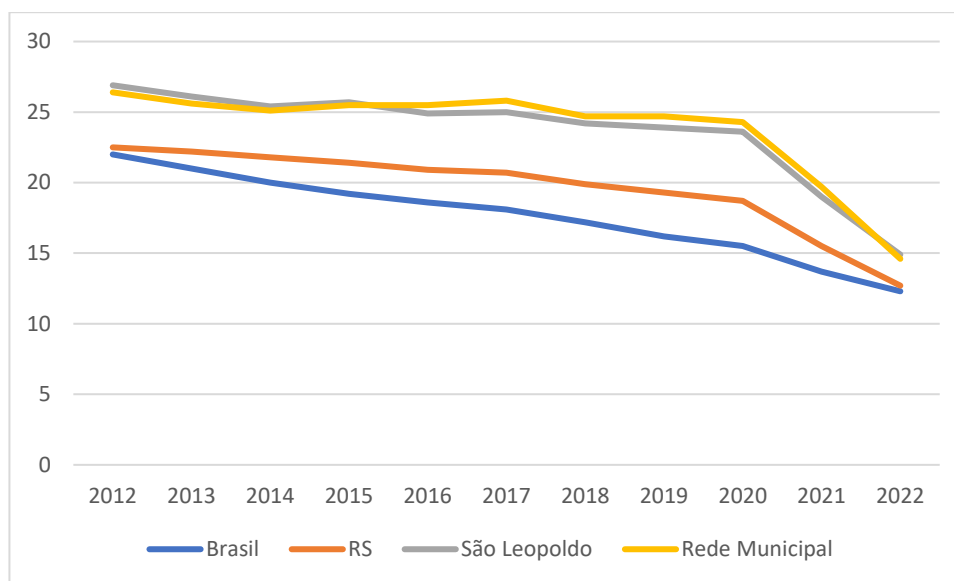
Fonte: adaptado de INEP (2023).

Na Tabela 2, pode-se observar que, com exceção dos anos de 2016 e 2017, quando a taxa de distorção idade/ano teve um acréscimo, a rede municipal de ensino

seguiu em queda até o ano de 2022, quando atingiu uma redução expressiva no índice, de 19,7% para 14,6%.

A seguir, o Gráfico 2 apresenta a evolução da taxa de distorção idade/ano no ensino fundamental nos anos de 2012 a 2022, em níveis nacional, estadual, municipal, especificamente para a rede municipal de ensino de São Leopoldo.

Gráfico 2 - Distorção idade/ano



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar de apresentar índices mais altos quando comparado com a taxa nacional (Brasil) e estadual (RS), ao observar o Gráfico 2, é possível perceber a sincronicidade das linhas entre os índices na maior parte do tempo, apresentando uma aproximação no ano de 2022, em que a rede municipal demonstrou uma redução expressiva.

A seguir, a Tabela 3 apresenta dados de reprovação no ensino fundamental nos anos de 2012 a 2022, em níveis nacional, estadual e municipal, especificamente para a rede municipal de ensino de São Leopoldo.

Tabela 3 - Reprovação 2012-2022

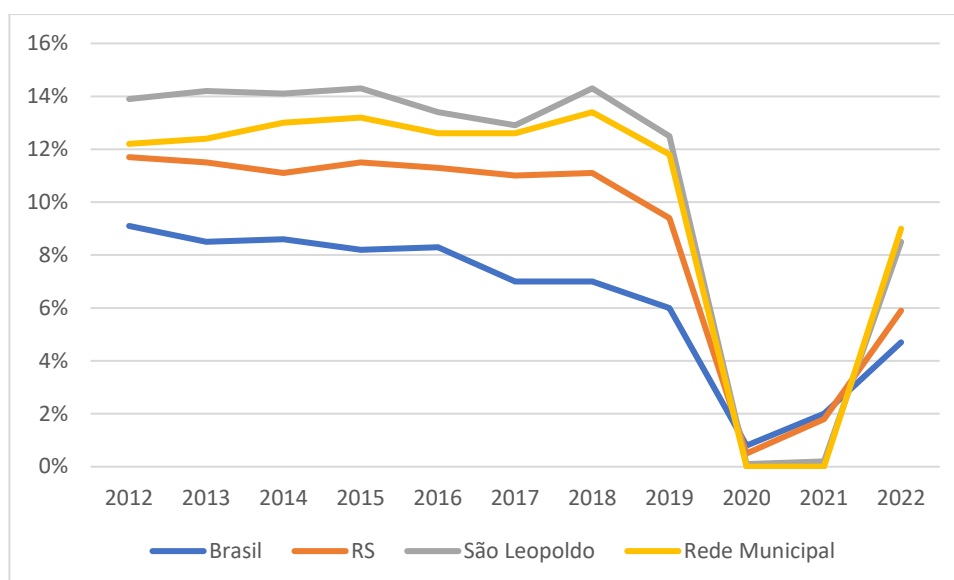
Local	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	9,1%	8,5%	8,6%	8,2%	8,3%	7,0%	7,0%	6,0%	0,8%	2,0%	4,7%
RS	11,7%	11,5%	11,1%	11,5%	11,3%	11,0%	11,1%	9,4%	0,5%	1,8%	5,9%
São Leopoldo	13,9%	14,2%	14,1%	14,3%	13,4%	12,9%	14,3%	12,5%	0,1%	0,2%	8,5%
Rede Municipal	12,2%	12,4%	13,0%	13,2%	12,6%	12,6%	13,4%	11,8%	0,0%	0,0%	9,0%

Fonte: adaptado de INEP (2023).

Ao analisar os índices de reprovação na rede municipal de São Leopoldo, pode-se observar que houve uma redução gradual ao longo do período analisado. Em 2012, a taxa de reprovação era de 12%; em 2022, a taxa caiu para 9%. Além disso, é relevante destacar a variação nos índices de reprovação ao longo dos anos. Percebe-se um pequeno aumento em 2014 e 2018, seguido de uma diminuição em anos subsequentes.

A seguir, o Gráfico 3 apresenta a evolução da taxa de reprovação no ensino fundamental nos anos de 2012 a 2022 em níveis nacional, estadual e municipal, especificamente para a rede municipal de ensino de São Leopoldo.

Gráfico 3 - Reprovação



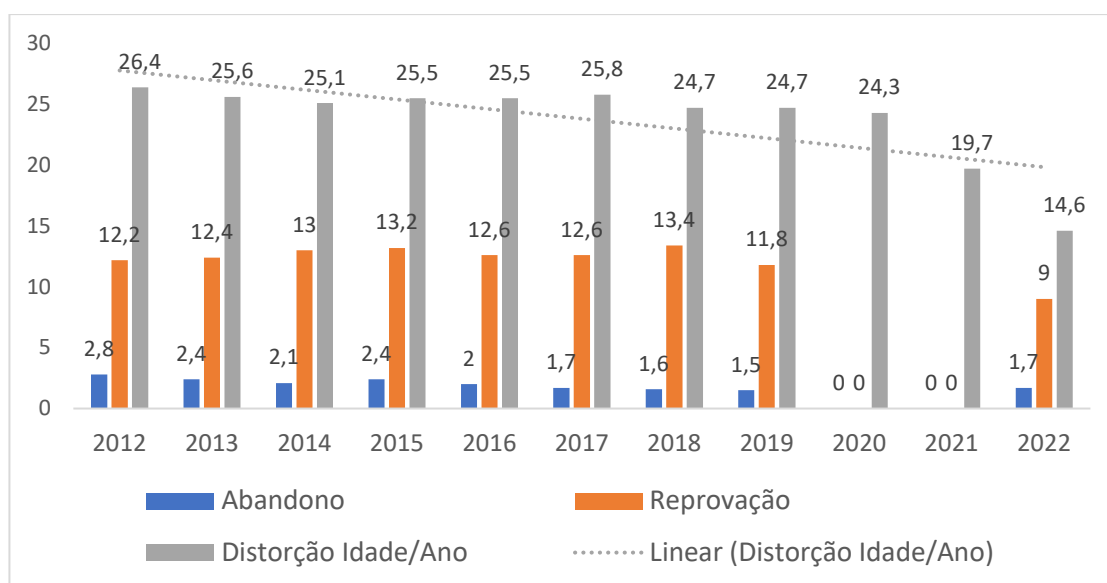
Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar a linha de evolução dos índices de reprovação, percebe-se a sincronicidade na evolução das linhas nos diversos níveis: nacional (Brasil) e estadual (RS), municipal (SL) e a rede municipal.

4.3 UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS

A seguir, o Gráfico 4 expõe a evolução dos indicadores de abandono, reprovação e distorção idade/ano na rede municipal de São Leopoldo, com o intuito de buscar correlações entre as taxas e analisar os significados.

Gráfico 4 - Abandono x Reprovação x Distorção Idade/Ano



Fonte: elaborado pela autora com base nos indicadores do INEP (2023).

Ao se analisarem os dados, nota-se que a taxa de abandono ao longo dos anos apresentou leves flutuações, mantendo-se predominantemente estável na maior parte do período e registrando uma diminuição de 2,8% para 1,7% ao longo dos últimos dez anos. Já no que diz respeito à reprovação, observa-se um declínio mais expressivo em 2019 e 2022, com a taxa reduzindo de 12,2% para 9% ao longo da última década.

O índice de distorção idade/ano destaca-se como o indicador com a maior queda nos últimos dez anos, diminuindo de 26,4% para 14,6%, abaixo da linha de tendência. Ao se analisarem as mudanças nas taxas entre 2019 e 2022, período em que a taxa de distorção idade/ano teve a maior redução, surge uma hipótese: parte dos estudantes anteriormente em distorção idade/ano pode ter sido aprovada e concluído o ensino fundamental, o que explica a diminuição na taxa de reprovação. Essa tendência pode ser atribuída à implementação de políticas de correção de fluxo na rede municipal de São Leopoldo, contudo, também é possível interpretar que uma parcela dos estudantes que estavam com idade avançada para a série abandonou a escola, resultando no aumento da taxa de abandono (Silva Filho; Araújo, 2017).

O abandono é um fenômeno multifacetado (Dore; Sales; Castro, 2014) para ser analisado por meio de diferentes perspectivas, como a da escola, do sistema de ensino e do próprio indivíduo, no entanto, ao comparar os dados do abandono nos âmbitos municipal, estadual e nacional, pode-se sugerir a necessidade do olhar com maior atenção para a capacidade que o sistema de ensino municipal tem em

responder aos desafios, inclusive referentes aos fatores externos à escola, os quais se relacionam às desigualdades econômicas e sociais e que necessitam de políticas educacionais integradas a políticas assistenciais, de saúde e de enfrentamento à pobreza (Silva, 2021a).

5 UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Este capítulo destina-se a atender o segundo objetivo específico, que é mapear e descrever as políticas e as práticas instituídas na rede municipal de São Leopoldo, que podem se articular à Busca Ativa e contribuir para a permanência escolar, prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar. Para isso, inicia-se contextualizando o surgimento da Busca Ativa Escolar como a política desenvolvida na gestão municipal de São Leopoldo, que teve sua implementação durante o cenário pandêmico e cujo objetivo é prevenir o abandono e a evasão escolar por meio da identificação, do registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar.

Após, busca-se mapear e descrever as políticas e as práticas instituídas na rede municipal de São Leopoldo que contribuem para a permanência escolar e apoiam a Busca Ativa, como: Programa Mais Educa São Leo, Projeto Acelera, Programa de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Programa Conviver, Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão (NAPPI) e o Programa de Educação para a Sustentabilidade na Cidade (PESC).

5.1 A BUSCA ATIVA E O CONTEXTO

Inicia-se o relato, contextualizando a pandemia, cenário em que surgiu a Busca Ativa na gestão do município de São Leopoldo. A pandemia da covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, é um dos eventos mais significativos da história recente, e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020, p. 3), “[...] uma das maiores crises sanitárias, econômicas e sociais da história moderna”. Desde que foi descoberto pela primeira vez, em dezembro de 2019, segundo a OMS (2020), o vírus espalhou-se rapidamente pelo mundo, resultando em milhões de casos e mortes.

No Brasil, a pandemia da covid-19 chegou em fevereiro de 2020, quando o primeiro caso foi confirmado em São Paulo. Desde então, a doença espalhou-se rapidamente pelo país, afetando a saúde, a economia e a vida social dos brasileiros. De acordo com o Ministério da Saúde, até o dia 23 de abril de 2023, o país registrou mais de 30 milhões de casos confirmados e mais de 800 mil mortes pela doença (COVID-19..., 2023).

A transmissão do vírus da covid-19 ocorre principalmente por meio do contato com gotículas respiratórias de pessoas infectadas. Essas gotículas podem ser expelidas quando uma pessoa infectada tosse espirra, fala ou simplesmente respira. Para enfrentar a disseminação do vírus, em um cenário no qual as vacinas ainda não haviam sido disponibilizadas, as principais medidas indicadas foram o isolamento social, além da utilização de máscaras faciais, frequente higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel, além de outras medidas de precaução (Brasil, 2021).

O isolamento social foi uma estratégia que buscou reduzir o contato físico entre as pessoas, especialmente em locais públicos, onde a transmissão do vírus pode ser mais fácil. Isso incluiu evitar aglomerações, manter distância de pelo menos um metro das outras pessoas, evitar cumprimentos com as mãos ou abraços, entre outras medidas. Além disso, tal medida era indicada para evitar que o sistema de saúde ficasse sobrecarregado e sofresse um colapso, culminando na falta de atendimento adequado aos pacientes com a doença (Brasil, 2020).

No campo da educação, o vírus impactou de forma exponencial. Desde o início da pandemia, em março de 2020, as escolas em todo o país tiveram que lidar com o fechamento temporário de suas portas como medida de prevenção contra a propagação da covid-19 e a favor da preservação da vida. Conforme aponta o relatório “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, divulgado pelo INEP em 2021, a grande maioria das instituições de ensino permaneceu fechada por meses, optando pelo ensino remoto⁶ ou pela oferta de materiais de aprendizagem para que os alunos pudessem estudar em casa (Inep, 2021).

Diante do exposto, a nova modalidade de ensino tornou-se uma alternativa para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia de covid-19, sendo adotada por diversas instituições de ensino com o intuito de minimizar os efeitos da pandemia e dar continuidade às aprendizagens. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 1,5 bilhão de estudantes em todo o mundo foram afetados pelo fechamento de escolas em 2020 (UNESCO, 2020). No entanto, essa transição para a educação a distância representou um grande desafio para muitos alunos, principalmente para os mais

⁶ Na presente pesquisa, o ensino remoto é caracterizado como uma modalidade de ensino que ocorre de forma não presencial, na qual o professor e os alunos estão separados fisicamente. A comunicação e a interação acontecem por meio de tecnologias de comunicação, como internet, videoconferências, plataformas de aprendizagem *on-line*, *e-mail*, entre outros recursos.

vulneráveis, que não tinham acesso aos recursos necessários, como dispositivos eletrônicos e internet para acompanhar as aulas *on-line*.

De acordo com um estudo divulgado pelo IBGE (2021b), com base nos dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, apenas 41% dos domicílios no Brasil possuíam computadores, e 12,5% possuíam *tablets*. Além disso, o estudo mostrou que 20% dos domicílios não tinham acesso à internet. Em domicílios que possuíam acesso à internet, em 99,2% dos casos, este era feito por meio de um celular, enquanto os computadores, mais adequados para o ensino remoto, eram acessados em apenas 48% das residências com acesso à internet. Soma-se a isso o fato de muitos estudantes não contarem com suporte pedagógico em casa para realizarem as tarefas atribuídas (IBGE, 2021b).

Segundo Gatti (2020, p. 32), “[...] agregue-se a essas condições o grande contingente de alunos que não puderam contar com apoio mais efetivo dos pais por seu nível educacional, ou por trabalharem em setores prioritários durante o isolamento, ou por outros motivos”. Essa desigualdade na distribuição de recursos teve um impacto negativo na educação, uma vez que muitos estudantes tiveram dificuldades para acompanhar as aulas e realizar as tarefas atribuídas, o que resultou no aumento do abandono e da evasão escolar que se colocava como um fenômeno preocupante antes da pandemia, conforme abordado na revisão de literatura.

Estudo divulgado em abril de 2021 sobre exclusão escolar, realizado pela Unicef e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) em novembro de 2020 apontou que havia mais de 5 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à educação no Brasil. Destes, mais de 40% eram crianças de seis a dez anos.

No município de São Leopoldo, localizado no estado do Rio Grande do Sul, a pandemia afetou de diversas maneiras desde o seu início, em março de 2020. A cidade, que possui uma população de cerca de 240 mil habitantes (IBGE, 2021a), teve que lidar com os desafios de enfrentar a disseminação do vírus enquanto tentava manter a economia funcionando e garantir a segurança e saúde de sua população.

Em 17 de março de 2020, apenas seis dias após a OMS classificar o novo coronavírus como uma pandemia, a prefeitura de São Leopoldo, por meio do Decreto nº 9.476/2020 (São Leopoldo, 2020), suspendeu as aulas, como medida preventiva. Dentre as primeiras ações tomadas, a garantia da segurança alimentar foi

considerada uma prioridade, especialmente porque a merenda escolar representava a única refeição diária para muitas crianças e adolescentes da região.

Uma semana após a suspensão das aulas, no dia 24 de março, teve início a distribuição de kits alimentação nas escolas do município, a fim de garantir a segurança alimentar das crianças e adolescentes. Para que a ação fosse efetivada, foram adotados rigorosos protocolos de segurança, visando evitar a contaminação pela doença, ainda pouco conhecida na época. Entre as medidas adotadas, destacam-se o uso de luvas, máscaras e álcool gel de forma contínua.

Nas escolas, a entrega dos kits era organizada em espaços ao ar livre, como as quadras esportivas, mantendo-se uma distância segura entre as famílias e o atendimento, que era feito individualmente. Havia espaços distintos para entrada e saída, e era permitida a circulação de apenas uma pessoa por família. A seguir, a Fotografia 1 mostra a imagem de kits de alimentação organizados para serem distribuídos na EMEF Edgard Coelho.


Fotografia 1 - Distribuição de kits alimentação na EMEF Edgard Coelho



Fonte: arquivo pessoal da autora.

A Figura 3, a seguir, apresenta o excerto da publicação sobre a distribuição das cestas básicas à população leopoldense.

Figura 3 - Publicação referente às cestas básicas distribuídas logo após a suspensão das aulas

 Prefeitura de São Leopoldo
27 de abril de 2020 · 🌐

➔ Prefeitura distribui cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade.

📢 Além dos 13 mil kits de alimentação para as escolas da rede municipal do núcleo prioritário, escolas de turno integral e famílias do Programa Bolsa Família, outras importantes ações para levar alimentos a quem mais precisa durante a pandemia do coronavírus são desenvolvidas pela Prefeitura.

➔ Cerca de mil kits de alimentação foram entregues ao longo das últimas semanas para as famílias em situação de vulnerabilidade de diversas comunidades.

✳️ 604 kits foram entregues através das entidades que fazem parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de 302 kits de higiene. Outras 40 foram destinadas as famílias de catadores que também foram cadastrados para os Programas Sociais.

✳️ Outros 350 kits, para famílias já cadastradas junto ao serviço social do Município, que não haviam recebido através da ação da Educação e dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As cestas foram entregues para as famílias enquadradas pelos critérios nas associações de moradores e cooperativas das regiões Norte, Nordeste, Centro e Oeste.

➔ A equipe técnica da SDS fez o levantamento das pessoas através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e também as famílias que efetuaram o cadastro no Ginásio Municipal Celso Morbach, devido ao Covid-19.

AJUDE COM DOAÇÕES:

✳️ Na sala 2 do Ginásio Municipal Celso Morbach há um ponto para que a comunidade possa fazer doações. Das 10h às 17h. No momento, estão sendo pedidos alimentos não perecíveis, materiais de higiene pessoal e produtos de limpeza.

[#prefasaoleo](#)
[#alimentação](#)
[#fiqueemcasa](#)
[#combateaocoronavírus](#)
[#solidariedade](#)

Fonte: Prefeitura de São Leopoldo (2020d).

A primeira entrega de kits alimentação nas escolas do município de São Leopoldo evidenciou a grande quantidade de pessoas necessitadas, mostrando que as condições de sobrevivência já eram alarmantes mesmo antes da pandemia. A aprovação da PEC 95, em 2016, que congelou os recursos destinados às políticas sociais, fragilizou principalmente a rede de proteção social básica de saúde e assistência. Como resultado, muitas pessoas já enfrentavam dificuldades para atender às suas necessidades básicas de alimentação antes mesmo do início da pandemia de covid-19. A situação agravou-se ainda mais com a chegada da crise sanitária, ampliando o número de pessoas em situação de vulnerabilidade e necessitando de ajuda.

Durante o período mais grave da pandemia da covid-19 houve um aumento de iniciativas como o projeto "Rede Solidária São Leo", que uniu comunidades e várias organizações da sociedade civil, contando com a participação de estudantes, funcionários e professores da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) com o intuito de apoiar a proteção e a organização dos processos necessários para enfrentar as vulnerabilidades e os riscos sociais enfrentados durante este período. A Figura 4, a seguir, demonstra uma publicação referente a uma ação do referido projeto.

Figura 4 - Publicação referente ação da Rede Solidária São Leo

Rede Solidária São Leo está em São Leopoldo.
9 de junho de 2020 · 🌐

A Rede Solidária São Léo promoveu uma reunião para discutir a otimização da distribuição de cestas básicas pela Prefeitura, visando a garantia da segurança alimentar às famílias durante a pandemia.

#saoleo #solidariedade #covid19 @ São Leopoldo

STEIGLEDER, REDEMIX,
VITÓRIA, CONTAINER,
COOTRAHAB, PROGRESSO
E BOM FIM:

COLABORE
CONOSCO!

Assim poderemos continuar ajudando essas e outras 12 comunidades atendidas pela Rede.

Doe Qualquer valor através de boleto ou transferência bancária

Banco Intermedium S.A (Código 077)
Agência 00001-9
Conta 5596022-7
CPF 426.293.140-49
Isamara Della Favera Allegretti

Peça seu boleto bancário, sem custo, através do nosso e-mail:
redesolidaria.sl@gmail.com

REDE SOLIDÁRIA SÃO LÉO


Fonte: Rede Solidária São Leo (2020).

A Figura 4 trata-se de uma publicação nas redes sociais em que a rede solidária divulga que está se organizando para garantir a segurança alimentar das famílias

moradoras das comunidades Steigleder, Redemix, Vitória, Container, Cootrahab, Progresso, Bom fim e outras 12 comunidades que compõem a rede.

Por sua vez, a Figura 5, a seguir, apresenta uma notícia sobre a distribuição de kits de alimentação para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Figura 5 - Rede Solidária distribui Kits alimentação para pessoas em situações de vulnerabilidade

 Prefeitura de São Leopoldo
5 de agosto de 2020 · 🌐

👉 Rede de Ação Solidária inicia a semana com mais de 100 famílias contempladas

➡️ Ontem, a Rede de Ação Solidária distribuiu 121 kits de alimentação para as pessoas em situação de vulnerabilidade social do município, ocasionadas pela pandemia de covid-19. Os alimentos foram entregues nas ocupações Container, Vitória e Esperança, na região nordeste da cidade.


🗣️ O coordenador geral da Rede de Ação Solidária, Gustavo Moraes, conta que a participação da comunidade vem se fazendo fundamental. "Há um engajamento efetivo das entidades parceiras, seja na busca ativa das famílias, ou na organização e apoio às entregas. As entidades cadastram as famílias que necessitam de ajuda e nós passamos a organizar esta ajuda para que chegue logo a quem precisa, é uma engrenagem que funciona perfeitamente, um exemplo de política pública construída pela comunidade, para a comunidade, onde o governo passa a ser um fio condutor", explica.

👍 No total, a rede conta com 82 entidades cadastradas, e as entregas continuarão ocorrendo no decorrer da semana.

⚠️ Os alimentos são destinados para pessoas que não recebem cestas básicas através de outras ações do município. Todos os kits são adquiridos com recursos próprios do Município.

🌟 Rede Ação Solidária segue recebendo doações. Para mais informações, acesse o link: <https://bit.ly/2KJRZNs>

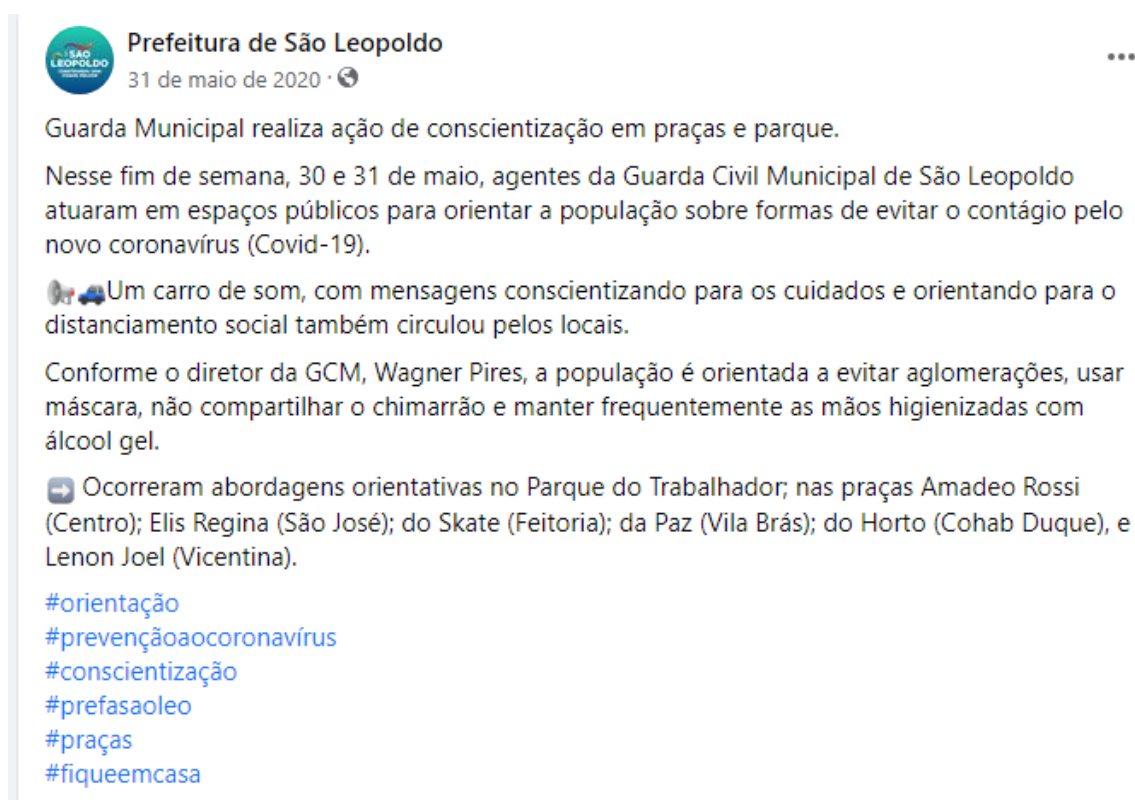
#prefasaoleo
#redeacaosolidaria
#familias
#alimentacao
#combateaocoronavirus
#GovernoDeAção



Fonte: Prefeitura de São Leopoldo (2020e).

No cenário da pandemia da covid-19, especialistas e pesquisadores tiveram um papel fundamental na orientação de como proceder para barrar a disseminação do vírus. Orientações como medidas de distanciamento social, uso de máscaras e higiene pessoal foram implementadas para tentar controlar a propagação da doença. No município de São Leopoldo, a população também foi orientada a adotar medidas de higiene para evitar o contágio do vírus, conforme mostra a Figura 6, a seguir.

Figura 6 - Orientação a população sobre as medidas de proteção ao contágio do coronavírus



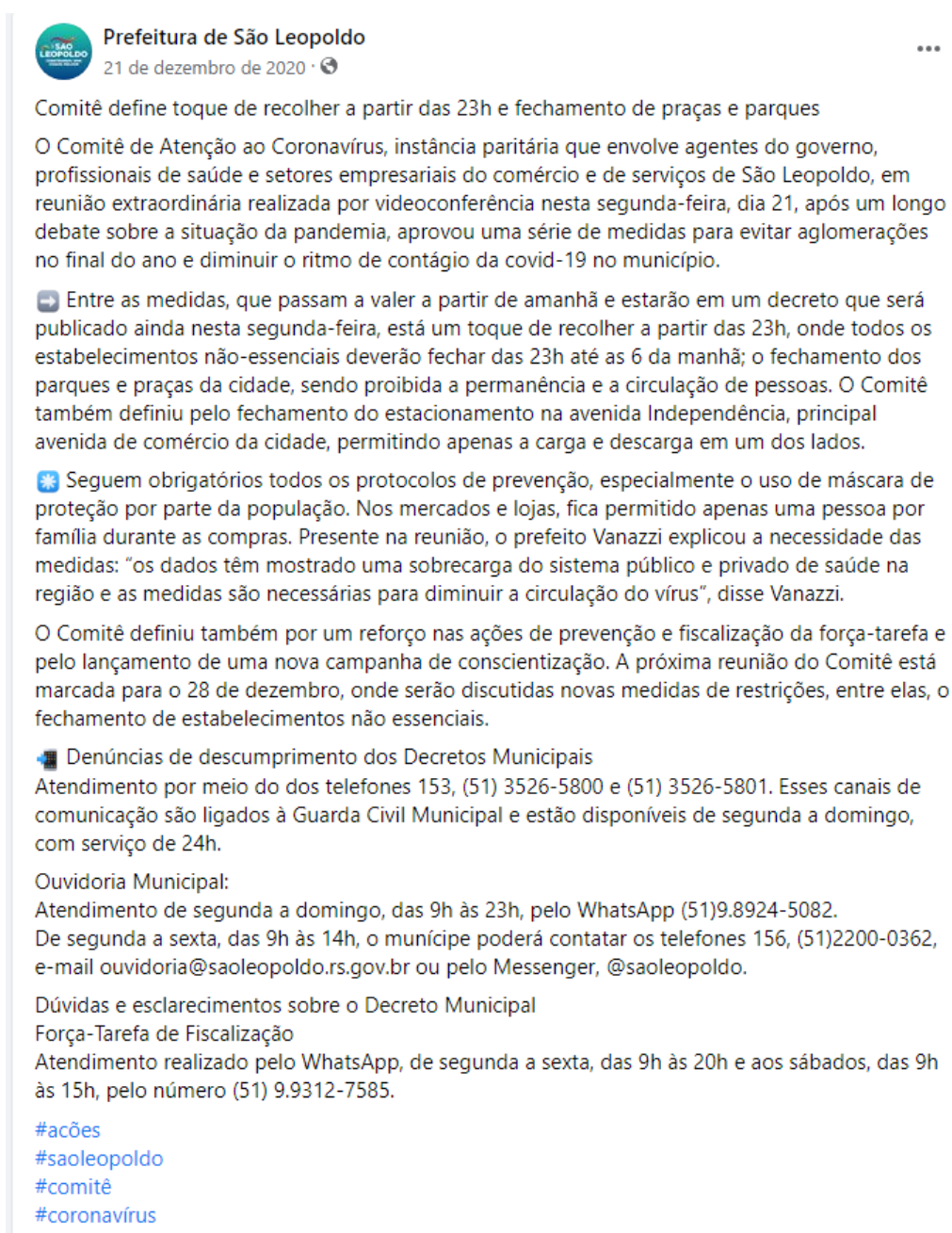
Fonte: Prefeitura de São Leopoldo (2020b).

O aumento do número de casos de covid-19 em São Leopoldo havia gerado preocupação por parte das autoridades municipais, que buscavam medidas para conter a disseminação do vírus. Nesse contexto, o Comitê de Atenção ao Coronavírus, instância paritária que envolveu agentes do governo, profissionais de saúde e setores empresariais do comércio e de serviços de São Leopoldo, aprovou uma série de medidas para evitar aglomerações no final do ano e diminuir o ritmo de contágio da covid-19 no município.

Entre as medidas, que foram publicadas em um decreto, havia um toque de recolher a partir das 23 horas, de modo que todos os estabelecimentos não essenciais

deveriam fechar das 23 horas até as 6 horas da manhã (Figura 7); determinou-se também o fechamento de parques e praças da cidade, sendo proibida a permanência e a circulação de pessoas nesses locais. O Comitê também havia decidido pelo fechamento do estacionamento na avenida Independência, principal avenida de comércio da cidade, permitindo apenas a carga e descarga em um dos lados.

Figura 7 - Prefeitura anuncia toque de recolher



Prefeitura de São Leopoldo
21 de dezembro de 2020 · 🌐

Comitê define toque de recolher a partir das 23h e fechamento de praças e parques

O Comitê de Atenção ao Coronavírus, instância paritária que envolve agentes do governo, profissionais de saúde e setores empresariais do comércio e de serviços de São Leopoldo, em reunião extraordinária realizada por videoconferência nesta segunda-feira, dia 21, após um longo debate sobre a situação da pandemia, aprovou uma série de medidas para evitar aglomerações no final do ano e diminuir o ritmo de contágio da covid-19 no município.

➡ Entre as medidas, que passam a valer a partir de amanhã e estarão em um decreto que será publicado ainda nesta segunda-feira, está um toque de recolher a partir das 23h, onde todos os estabelecimentos não-essenciais deverão fechar das 23h até as 6 da manhã; o fechamento dos parques e praças da cidade, sendo proibida a permanência e a circulação de pessoas. O Comitê também definiu pelo fechamento do estacionamento na avenida Independência, principal avenida de comércio da cidade, permitindo apenas a carga e descarga em um dos lados.

🌟 Seguem obrigatórios todos os protocolos de prevenção, especialmente o uso de máscara de proteção por parte da população. Nos mercados e lojas, fica permitido apenas uma pessoa por família durante as compras. Presente na reunião, o prefeito Vanazzi explicou a necessidade das medidas: “os dados têm mostrado uma sobrecarga do sistema público e privado de saúde na região e as medidas são necessárias para diminuir a circulação do vírus”, disse Vanazzi.

O Comitê definiu também por um reforço nas ações de prevenção e fiscalização da força-tarefa e pelo lançamento de uma nova campanha de conscientização. A próxima reunião do Comitê está marcada para o 28 de dezembro, onde serão discutidas novas medidas de restrições, entre elas, o fechamento de estabelecimentos não essenciais.

🚔 Denúncias de descumprimento dos Decretos Municipais
Atendimento por meio dos telefones 153, (51) 3526-5800 e (51) 3526-5801. Esses canais de comunicação são ligados à Guarda Civil Municipal e estão disponíveis de segunda a domingo, com serviço de 24h.

Ouvidoria Municipal:
Atendimento de segunda a domingo, das 9h às 23h, pelo WhatsApp (51)9.8924-5082.
De segunda a sexta, das 9h às 14h, o munícipe poderá contatar os telefones 156, (51)2200-0362, e-mail ouvidoria@saoleopoldo.rs.gov.br ou pelo Messenger, @saoleopoldo.

Dúvidas e esclarecimentos sobre o Decreto Municipal
Força-Tarefa de Fiscalização
Atendimento realizado pelo WhatsApp, de segunda a sexta, das 9h às 20h e aos sábados, das 9h às 15h, pelo número (51) 9.9312-7585.

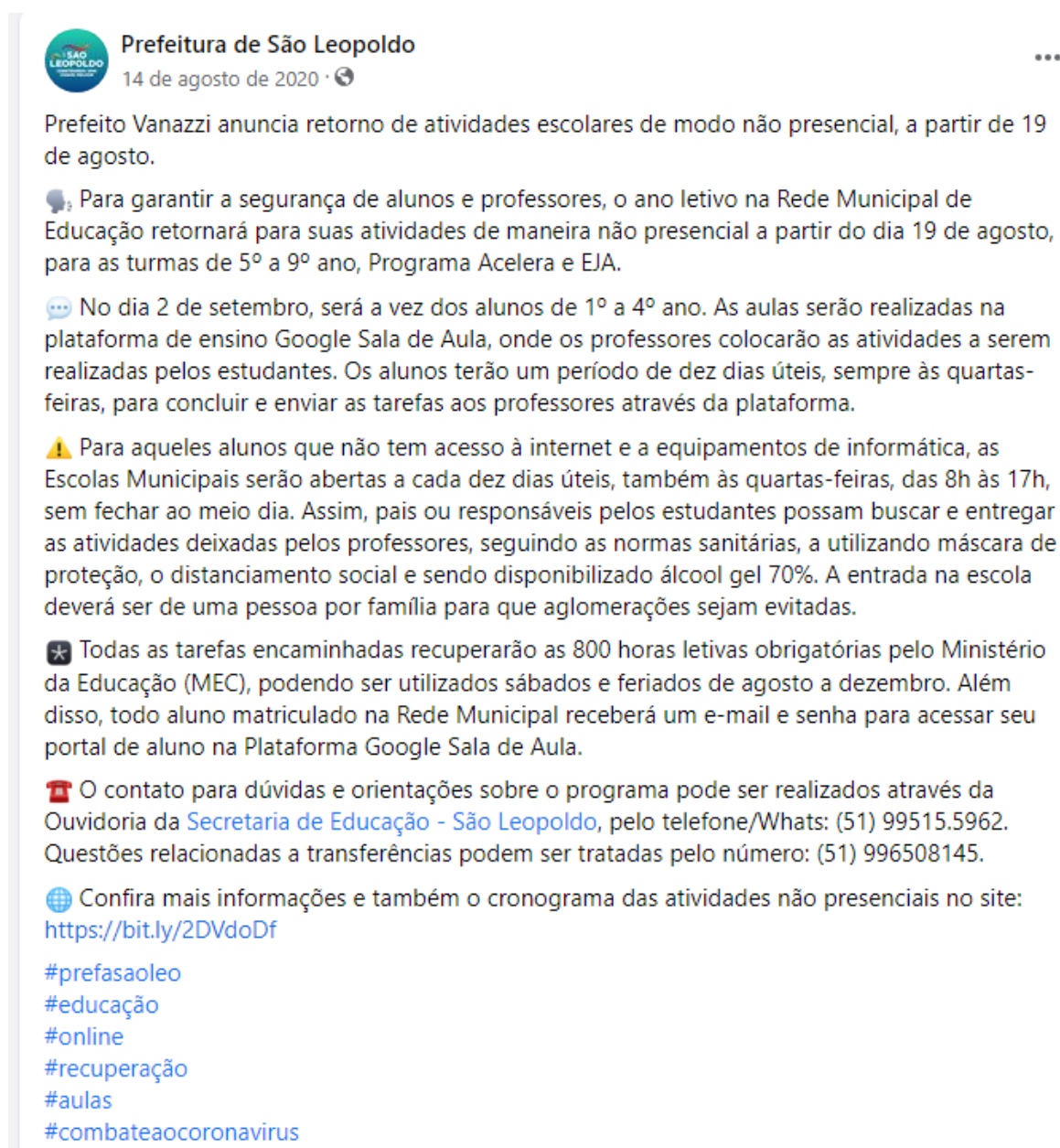
[#ações](#)
[#saoleopoldo](#)
[#comitê](#)
[#coronavírus](#)

Fonte: Prefeitura de São Leopoldo (2020a).

Com o aumento dos casos de covid-19 e a inexistência de oferta de vacina, ficou claro que o retorno às aulas presenciais não seria viável, o que levou a rede

municipal de educação a retomar suas atividades de forma não presencial em agosto de 2020, como mostra a notícia apresentada pela Figura 8, a seguir. Nesse contexto, os professores passaram a enviar atividades aos alunos através da plataforma de ensino Google Sala de Aula. Além disso, para garantir que todos os estudantes tivessem acesso às atividades, as escolas abriam a cada dez dias, seguindo rigorosamente todas as normas sanitárias para que os responsáveis pudessem buscar as atividades planejadas pelos educadores.

Figura 8 - Anúncio do retorno das aulas na modalidade remota



Prefeitura de São Leopoldo
14 de agosto de 2020 · 🌐

Prefeito Vanazzi anuncia retorno de atividades escolares de modo não presencial, a partir de 19 de agosto.

🗣️ Para garantir a segurança de alunos e professores, o ano letivo na Rede Municipal de Educação retornará para suas atividades de maneira não presencial a partir do dia 19 de agosto, para as turmas de 5º a 9º ano, Programa Acelera e EJA.

💬 No dia 2 de setembro, será a vez dos alunos de 1º a 4º ano. As aulas serão realizadas na plataforma de ensino Google Sala de Aula, onde os professores colocarão as atividades a serem realizadas pelos estudantes. Os alunos terão um período de dez dias úteis, sempre às quartas-feiras, para concluir e enviar as tarefas aos professores através da plataforma.

⚠️ Para aqueles alunos que não tem acesso à internet e a equipamentos de informática, as Escolas Municipais serão abertas a cada dez dias úteis, também às quartas-feiras, das 8h às 17h, sem fechar ao meio dia. Assim, pais ou responsáveis pelos estudantes possam buscar e entregar as atividades deixadas pelos professores, seguindo as normas sanitárias, a utilizando máscara de proteção, o distanciamento social e sendo disponibilizado álcool gel 70%. A entrada na escola deverá ser de uma pessoa por família para que aglomerações sejam evitadas.

🌟 Todas as tarefas encaminhadas recuperarão as 800 horas letivas obrigatórias pelo Ministério da Educação (MEC), podendo ser utilizados sábados e feriados de agosto a dezembro. Além disso, todo aluno matriculado na Rede Municipal receberá um e-mail e senha para acessar seu portal de aluno na Plataforma Google Sala de Aula.

📞 O contato para dúvidas e orientações sobre o programa pode ser realizados através da Ouvidoria da [Secretaria de Educação - São Leopoldo](#), pelo telefone/Whats: (51) 99515.5962. Questões relacionadas a transferências podem ser tratadas pelo número: (51) 996508145.

🌐 Confira mais informações e também o cronograma das atividades não presenciais no site: <https://bit.ly/2DVdoDf>

#prefasaoleo
#educação
#online
#recuperação
#aulas
#combateaocoronavirus

Fonte: Prefeitura de São Leopoldo (2020c).

No entanto, a adoção de aulas em formato remoto também representava desafios tanto para a gestão quanto para o corpo docente. Além disso, havia a preocupação de que a falta de acesso a tecnologias adequadas pudesse ampliar ainda mais as desigualdades educacionais.

O ensino remoto foi um período de desafios tanto para os professores quanto para os estudantes, pois exigia uma adaptação às novas ferramentas tecnológicas. Muitos docentes transformaram seus espaços pessoais em verdadeiras salas de aula, disponibilizando seus telefones para contato e esforçando-se para conciliar trabalho e vida privada.

No Brasil, a partir do mês de março, os profissionais da Educação, principalmente os professores se viram frente a uma realidade distinta, com a necessidade de enfrentar novos desafios e reinventar o modo de ensinar. Os docentes tiveram que aprender a manusear diversos equipamentos tecnológicos, utilizar softwares e aplicativos, gravar e editar vídeos, além de reformular todo o seu planejamento, tudo isso em pouquíssimo espaço de tempo para que o ensino remoto pudesse realmente ser implementado, dando continuidade ao processo de ensino e contribuindo para a diminuição da disseminação do vírus (Sá; Narciso, 2020, p. 1).

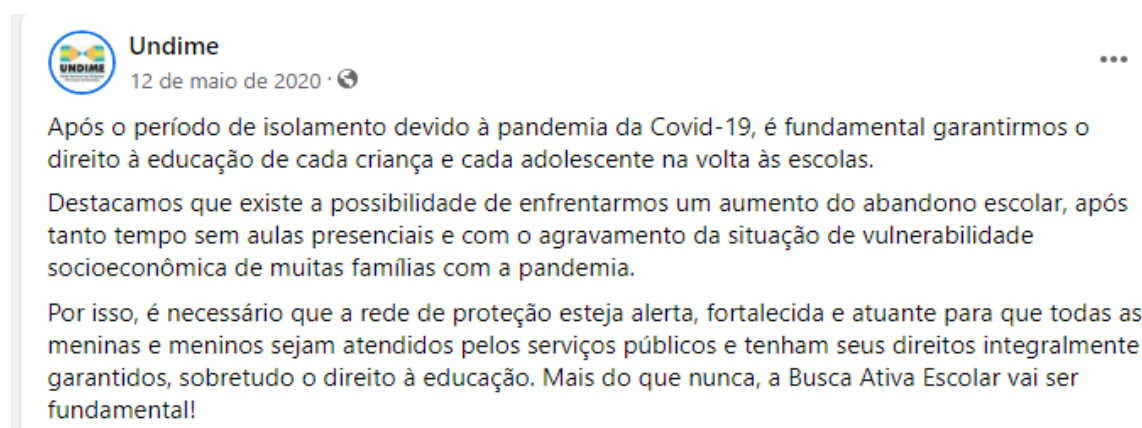
Além disso, aqueles que não tinham acesso às ferramentas digitais precisavam buscar atividades impressas a cada dez dias, sendo que muitas vezes não tinham suporte em casa para utilizá-las. Essa realidade acentuou as desigualdades educacionais e sociais já existentes não somente no município, como também em todo o país. Tal circunstância é mostrada por Gatti (2020, p. 32):

A situação pandêmica obrigou crianças, adolescentes e jovens a mudarem seus hábitos relacionais e de movimento, a estudarem de modo remoto, alguns com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, tablet ou celulares), mas muitos não dispoñdo dessas facilidades, ou dispoñdo com restrições (por exemplo, não dispoñção de rede de internet ou de computador ou outro suporte, posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.), contando ainda aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial. Agregue-se a essas condições o grande contingente de alunos que não puderam contar com apoio mais efetivo dos pais por seu nível educacional.

Apesar de o ensino remoto ter sido uma solução para a manutenção da segurança das famílias, ele trouxe novos desafios para garantir a aprendizagem e a necessidade de políticas públicas para garantia do acesso à educação de qualidade. Como destaca Souza, J. (2015, p. 114), “[...] o acesso à educação não é apenas um direito, é também uma questão de justiça social. O Brasil precisa garantir a todos os cidadãos uma educação de qualidade, que possibilite o desenvolvimento pleno de

suas potencialidades e o exercício de sua cidadania”. É nesse contexto que a SMED, preocupada com a previsão do aumento dos índices de abandono escolar (Figura 9), criou, em agosto de 2020, a Busca Ativa no município de São Leopoldo como uma política emergencial de enfrentamento à evasão escolar.

Figura 9 - Undime anuncia possibilidade de aumento do abandono na pandemia



Fonte: Undime (2020).

A Busca Ativa na SMED São Leopoldo foi liderada por um grupo de trabalho composto por pessoas engajadas em políticas de educação em direitos humanos. Durante os primeiros encontros do grupo de trabalho (GT), foram elaborados o plano de ação e as estratégias necessárias para implementar a Busca Ativa. É importante ressaltar que as aulas estavam suspensas na época e retornaram na modalidade remota no mesmo período da criação do GT. No entanto, o trabalho remoto era um desafio desconhecido para muitos profissionais da educação (Lima; Pereira, 2021), fazendo com que manter cada estudante vinculado à escola em um momento atípico como aquele fosse um obstáculo muito grande (Souza, 2020).

Os primeiros encontros do GT (Figura 10) foram dedicados à formulação do plano de ação e a estratégias que passavam pela forma de como o professor, que também atuava remotamente, faria o acompanhamento da interação com o estudante, como se daria o encaminhamento, acompanhamento e busca ativa das crianças e adolescentes em um cenário permeado pelo distanciamento social e pelo medo do contágio

Figura 10 - Pauta de uma das primeiras reuniões do GT Busca Ativa

<p>Reunião do GT Busca ativa – 17/08/2020</p> <p>Pauta:</p> <p>1. Responsável por cada articulação na rede</p> <p>Agentes comunitários –</p> <p>Conselhos Tutelares -</p> <p>CRAS/CREAS -</p> <p>Líderes das ocupações e associações de bairro –</p> <p>Segurança –</p> <p>CAPSi-</p> <p>2. Sistematização do trabalho do GT</p> <p>Divisão por escolas?</p> <p>Monitoramento dos registros?</p> <p>3. Apresentação aos supervisores das escolas</p> <p>4. Planilha</p> <p>5. Orientação às escolas</p>
--

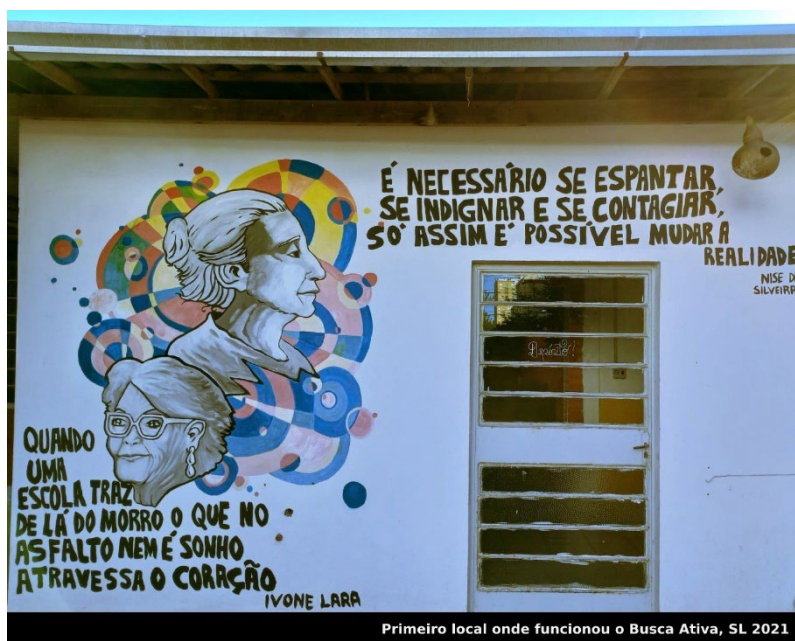
Fonte: arquivo pessoal da autora.

A organização do trabalho da Busca Ativa baseou-se em uma abordagem intersetorial no território. Para isso, realizou-se o mapeamento de quem seriam os principais articuladores nas comunidades, seguido por reuniões com cada segmento mapeado: representantes da atenção básica da saúde (SEMSAD), conselhos tutelares, proteção social básica (SAS) e lideranças das ocupações do município. Com a SEMSAD, o objetivo era mapear as ruas de São Leopoldo, com cobertura do programa Estratégia de Saúde da Família, e estabelecer parcerias com os agentes de saúde responsáveis. Com a SAS, buscou-se a aproximação com os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS). Já com os líderes das ocupações, o intuito era pedir auxílio na manutenção do vínculo escolar.

visitas realizadas pela equipe da SMED, procurava-se estabelecer maior proximidade com a realidade em que as famílias viviam e, assim, auxiliar na remoção dos obstáculos que impediam as crianças e adolescentes de manter o vínculo com a escola. Para isso, a comunicação com os CRAS e com os agentes de saúde era fundamental. Contudo, o Programa Estratégia da Família, que é mantido com recurso federal, oferecia cobertura, em São Leopoldo, de somente 17% do território (Brasil, 2020), o que acabou prejudicando a parceria com a Busca Ativa.

Em 2021, o ano letivo começou com as aulas ainda na modalidade remota, e, à medida que a vacinação avançava, as atividades presenciais iam sendo retomadas gradualmente. Nesse contexto, a Busca Ativa consolidou-se como uma política efetiva de enfrentamento ao abandono escolar, e a equipe responsável pela sua execução passou a atuar fisicamente no prédio que abrigava o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicológico Integrado (NAPPI) e o Núcleo de Inclusão Socioeducacional (NISE), ambos vinculados à SMED. Essa nova configuração possibilitou que a educação inclusiva, liderada pelo NAPPI, ganhasse um enfoque também social, reforçado pela Busca Ativa.

Fotografia 2 - Fundos do primeiro local de trabalho do GT Busca Ativa



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Nota: arte de Jader Santini (2021), fotografada pela autora.

A imagem apresenta uma pintura de duas importantes personalidades brasileiras, realizada por um dos componentes do GT, nos fundos do primeiro local de

Com a consolidação das parcerias na rede de ensino, a planilha foi compartilhada com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Serviços de Fortalecimento de Vínculos (SFVs), CRAS, Conselho Tutelar, Promotoria da Educação e outras entidades que atendiam os mesmos alunos no contraturno. O Ministério Público desempenhou um papel fundamental durante a execução do projeto, acompanhando mensalmente e ajudando na construção de uma rede de apoio à educação.

O Grupo de Trabalho tinha como objetivo reunir esforços de instituições, OSCs, pastorais, associações e outros espaços presentes no território para auxiliar no resgate das crianças e adolescentes afastados da escola. A compreensão era de que o abandono escolar não é um problema exclusivo da escola, mas sim, um problema da sociedade como um todo, com implicações sociais diárias, como o aumento das taxas de subemprego, violência e criminalidade.

Em 2022, o ano letivo começou com a volta da obrigatoriedade da presença física para todos os estudantes. Com isso, o Ministério Público retoma o uso da plataforma da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), que havia sido suspensa em 2020. A Busca Ativa, por sua vez, passa a atuar a partir da abertura da ficha. É importante destacar que, diferentemente da planilha compartilhada da Busca Ativa, em que vários agentes dividem as informações de forma simultânea, a FICAI possui um fluxo linear de encaminhamento, iniciando quando a escola realiza a abertura, passando pelo encaminhamento ao Conselho Tutelar e, posteriormente, ao Ministério Público. Nesse fluxo, não estão diretamente incluídos outros agentes, como CRAS e Saúde. Na plataforma, os campos a serem preenchidos são os seguintes:

1. código do aluno (INEP) no Censo Escolar: esse código é de suma importância para facilitar a localização do mesmo em outra escola;
2. nome; data de nascimento; filiação; endereço e informações complementares (com quem reside);
3. o aluno no contexto escolar: Série/ano, turma, faltas, professor referência, abertura da FICAI; observações do professor quanto à interação do aluno com a turma, professor, hipóteses para as faltas; providências da orientação escolar;
4. providências da equipe diretiva; e

5. os motivos identificados para as faltas (dificuldade de aprendizagem, se está trabalhando, falta de transporte, resistência do aluno, doença, problema de relacionamento escolar, distorção idade/série, carência material, suspeita de negligência, frequentando outra escola, suspeita de envolvimento com drogas, suspeita de violência familiar, gravidez/maternidade/paternidade, violência no entorno da escola, reprovação/perspectiva de reprovação, outros).

Em 2023, a SMED decidiu atender às sugestões das equipes diretivas e retomar a Busca Ativa com a planilha compartilhada em *drive* como principal ferramenta de identificação de alunos em situação de risco de abandono escolar, deixando a abertura da FICAI como última alternativa. No mesmo ano, a Busca Ativa instituiu-se como uma política pública efetiva de enfrentamento à evasão escolar, e o Grupo de Trabalho (GT) que a coordenava tornou-se um núcleo interdisciplinar permanente. A equipe atual é formada por quatro educadores, uma psicóloga e uma assistente social, além de três estagiárias do Serviço Social.

A identificação dos alunos em risco de abandono escolar é feita por meio do monitoramento da frequência escolar, com alertas acionados a partir de cinco faltas consecutivas sem justificativa ou cinco faltas intercaladas no mês e recorrentes. O objetivo é não só evitar o abandono escolar, mas também a reprovação por infrequência, uma vez que essa situação, além de levar a consequências graves e lacunas de aprendizagem, também pode levar à evasão.

Apesar de a Busca Ativa estar prevista no PNE (Brasil, 2014) como uma das estratégias traçadas para cumprimento das três primeiras metas, que tratam da universalização do acesso à educação básica, a ação foi popularizada no Brasil através da plataforma criada pela Unicef em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A plataforma apresenta-se como uma ferramenta tecnológica que funciona como um banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas e armazena dados sobre cada caso acompanhado. Para utilizá-la, é necessário que o gestor do município faça a adesão, em que a Unicef propõe a formação de um comitê gestor, formado por um gestor político, responsável pela articulação intersetorial, um

coordenador operacional, que cuida do planejamento das ações da Busca Ativa, supervisores das escolas, técnicos verificadores, responsáveis pelas visitas domiciliares, além de agentes comunitários (UNICEF, 2023).

Durante a pandemia, a Busca Ativa foi incentivada por diversas instituições nacionais e internacionais, como Instituto Unibanco, Itaú social, Fundação telefônica vivo, Conviva Educação, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), este também responsável pelos projetos como Raízes e Asas (1993), Avaliação do Livro Didático (1995), Aceleração de Aprendizagem (1996), Melhoria da Educação no Município (1999), Educação e Cidadania (2000), EducaRede (2001), Estudar pra Valer (2002), Programa Jovens Urbanos (2004), Cultura Viva e Brincar (2005), Políticas de Educação Integral (2012), Comunidade Integrada (2015) e Alfalettar (2016), Escrevendo o Futuro (2003) e Olimpíada de Língua Portuguesa (2008) (CENPEC, 2023).

Segundo Silva (2018, p. 1620), “[...] o que o Cenpec coloca em questão é a função social da escola pública, pois cabe a ela aliviar as tensões provocadas pela pobreza junto às organizações da sociedade civil”. A autora (2018, p. 1628) ainda ressalta que “[...] as prescrições da Cenpec estão em sintonia com o Banco Mundial (BM)”. De forma complementar, Mota (2014, p.1147) destaca que o objetivo do BM:

[...] não é apenas o de descrever as mudanças processadas na educação brasileira nos últimos 15 anos, nem tampouco o de fazer um mero elogio desinteressado das políticas e reformas educacionais implementadas pelos últimos governos, mas há também uma motivação política, que é exatamente a de seguir orientando o caráter e os rumos das políticas educacionais no país no sentido de manter e aprofundar a hegemonia de seu modelo de educação e sociedade em todo o mundo.

Partindo da necessidade de compreender os contextos políticos, sociais e econômicos que permeiam as políticas educacionais, a expansão da Busca Ativa, apresentada quase como uma estratégia de salvação no período pandêmico, pode ser analisada a partir da abordagem dos ciclos de políticas de Ball (2002) e Mainardes (2006).

Ball (2002) propôs um ciclo contínuo composto por quatro principais contextos inter-relacionados: o Contexto de Influência; o Contexto da Produção de Texto; o Contexto da Prática; e o Contexto dos Resultados (efeitos).

O Contexto da Influência é o estágio inicial no qual as políticas públicas são moldadas por meio da construção de discursos que orientarão as ações

governamentais. Nessa fase, diferentes grupos de interesse lutam para influenciar a definição dos objetivos sociais das políticas de educação. É nessa arena que inclui espaços públicos de ação, como os meios de comunicação social; arenas públicas mais formais, como comissões e grupos representativos; e redes políticas e sociais internacionais, que permitem a disseminação de ideias. Instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, exercem influência no processo de formulação de políticas nacionais. Resultando na migração de políticas internacionais, que são reinterpretadas em cada país de acordo com seu contexto específico. Os conceitos adquirem credibilidade e formam um discurso que será a base da política em questão.

No Contexto do Texto, ocorre a elaboração e a articulação dos textos políticos com a linguagem do interesse público em geral, representando a política. Esse contexto envolve as arenas dos textos legais, oficiais e políticos, bem como comentários formais ou informais sobre eles, pronunciamentos, vídeos, panfletos e mídias. Os textos são fruto de negociações e conflitos entre políticos, e os grupos de interesse envolvidos são aqueles que desejam exercer controle sobre a representação política. Na política em questão, este contexto é caracterizado pelas orientações referente a Busca Ativa, presente no Projeto Político Pedagógico (PPP), e documentos orientadores da Busca Ativa, plano de ação e divulgação nas mídias.

Segundo Ball e Bowe (1992), o contexto da prática é o cenário em que as políticas podem ser reinterpretadas e produzem efeitos e consequências que podem acarretar transformações relevantes na política original. Mainardes (2006) destaca que as políticas não são apenas implementadas nessa arena, mas sim interpretadas e recriadas de acordo com as condições locais e as características específicas dos atores envolvidos. É nesse contexto que a Busca Ativa adquire a própria identidade da rede municipal de ensino, articulada ao território de São Leopoldo.

Embora esta pesquisa não tenha a intenção de levantar os motivos do abandono escolar, enquanto gestora responsável pelo desenvolvimento desta política desde a sua concepção inicial, a pesquisadora gostaria de ressaltar que sua experiência na implementação de iniciativas de Busca Ativa durante a pandemia evidenciou que a maioria das razões que levam crianças e adolescentes a se afastarem do ambiente escolar está diretamente ligada às desigualdades econômicas

e sociais, as quais são agravadas pelos impactos físicos e mentais da crise sanitária. A relação entre evasão escolar e renda familiar no Brasil é evidente, como pode ser visto na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Renda familiar per capita entre crianças e adolescentes fora da escola

Renda domiciliar per capita	4 a 17 anos	
	N	%
Até ¼ de SM	354.630	32,3
Mais de ¼ e até ½ SM	324.908	29,6
Mais de ½ e até 1 SM	309.409	28,2
Mais de 1 a 2 SM	88.587	8,1
Mais de 2 a 3 SM	12.954	1,2
Mais de 3 a 5 SM	4.261	0,4
Mais de 5 SM	1.721	0,2
Total	1.096.470	100

Fonte: adaptado de IBGE (2021b).

Como pode ser visto, a Tabela 4 demonstra que, em 2019, o maior percentual (32,3%) de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos e que estavam fora da escola era representado pelas famílias com renda per capita até ¼ de salário-mínimo (SM). Assim, é importante salientar que, em nenhum momento, o projeto, em São Leopoldo, apresenta-se como uma solução milagrosa para os problemas educacionais, especialmente porque não se trata de uma política pública voltada à erradicação da pobreza. No entanto, é inegável que o acesso à educação tem um papel fundamental na promoção da inclusão e ascensão social.

5.1.1 A Busca Ativa escolar e a assistência social em São Leopoldo

Segundo a Secretaria Nacional da Assistência Social (SNAS, 2020), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que define a organização da assistência social no Brasil, aponta que a Assistência Social é uma política pública que tem como objetivo “[...] garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, o apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos” (Brasil, 2020, p. 98). Em síntese, o SUAS organiza as ações de assistência social em 2 tipos: a Proteção Social Básica (PSB); e a Proteção Social Especial (PSE). A Proteção Social Básica oferta os serviços e programas socioassistenciais através do Centro de Referência (CRAS):

Art 6 – C §1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (Brasil, 2011).

O SUAS define que os serviços ofertados na Proteção Social Básica são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência ou Idosas (SNAS, 2020).

A Proteção Social Especial oferece serviços especializados para famílias e indivíduos em situações de risco social e violações de direitos, como, por exemplo, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas, rompimento do convívio familiar e violência intrafamiliar. A Proteção Social Básica é organizada em dois níveis de complexidade – média e alta –, caracterizada de acordo com a gravidade da situação enfrentada. A Proteção Social Especial de Média Complexidade engloba um conjunto de serviços e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Por outro lado, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferece proteção integral por meio de serviços de acolhimento para indivíduos e/ou famílias temporariamente afastadas do núcleo familiar e/ou comunitário (SNAS, 2020).

As unidades de referência para a execução dos serviços e programas da PSE incluem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o Centro de Referência Especializado para pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) e as Unidades de Acolhimento.

O Creas tem como foco fornecer apoio às pessoas que enfrentam situações de violência, seja dentro ou fora da família (SNAS, 2020). Essas situações podem envolver negligência, agressão física ou psicológica, trabalho infantil, violência sexual, entre outras ocorrências. Essas questões abordadas pelo Creas podem interferir na vida escolar da criança e do adolescente, resultando no abandono escolar. Com base nisso, a articulação entre a Busca Ativa e o Creas ocorre por meio da troca de informações e de encaminhamentos através da rede de proteção, com o intuito de oferecer suporte à família no enfrentamento da violência e auxiliar na retomada ao vínculo escolar.

A cidade de São Leopoldo abriga cinco Centros de Referência de Assistência Social, um Centro de Referência Especializada em Assistência Social, quatro casas

de acolhimento institucional, 11 núcleos de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e quatro núcleos de convivência e proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias (São Leopoldo, 2019). Além disso, o território possui cerca de 5.631 crianças e adolescentes matriculados da rede municipal, que também circulam pelos CRAS, como apresenta a Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Famílias com referências no CRAS por região

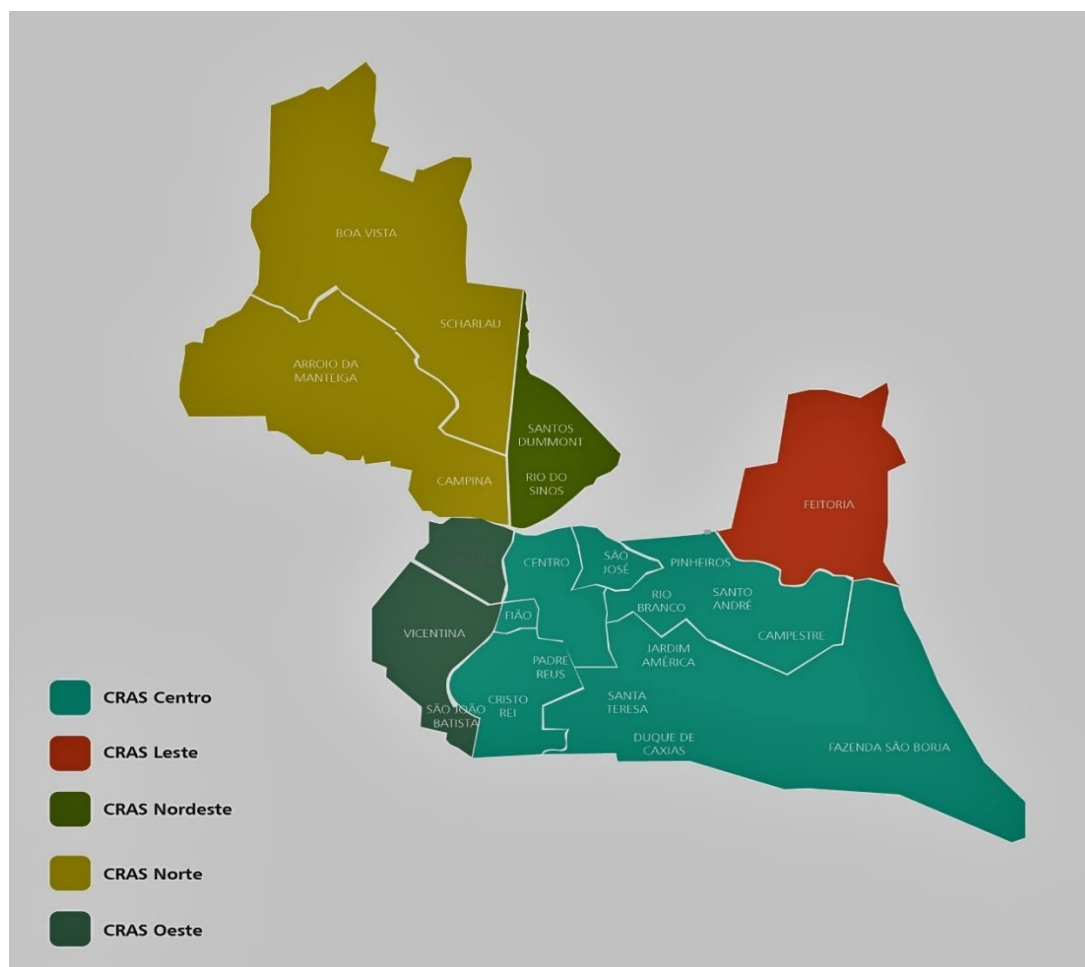
Famílias referenciadas no CRAS através do Cadastro Único		Com filhos em escolas municipais
CRAS Centro/Sul/Sudeste	3196	0
CRAS Norte	7209	1537
CRAS Nordeste	4595	2163
CRAS Leste	2415	773
CRAS Oeste	2691	1158
Total	20106	5631

Fonte: adaptado de Prefeitura de São Leopoldo/PDDHCA (São Leopoldo, 2019).

Observa-se que o CRAS Centro/Sul/Sudeste não apresenta registro de famílias com filhos em escolas municipais. Durante a coleta de dados, percebeu-se que os filhos das famílias referenciadas neste órgão concentram-se em escolas estaduais, provavelmente localizadas em regiões consideradas mais vulneráveis em comparação às regiões onde se localizam as municipais.

A seguir, a Figura 13 apresenta a divisão da cidade de São Leopoldo de acordo com a rede socioassistencial, destacando a abrangência dos CRAS em cada região. A cidade é dividida em cinco regiões distintas: Centro, Leste, Norte, Nordeste e Oeste.

Figura 13 - Divisão da cidade de acordo com a rede socioassistencial



Fonte: Unisinos/Cidadania (2023).

O CRAS Centro abrange uma área maior, compreendendo 13 bairros, que são: Centro, Fião, Padre Reus, Cristo Rei, São José, Pinheiros, Rio Branco, Santo André, Campestre, Jardim América, Santa Teresa, Duque de Caxias e Fazenda São Borja. Por sua vez, o CRAS Leste atende exclusivamente o bairro da Feitoria, enquanto o CRAS Nordeste abrange os bairros Santos Dumont e Rio dos Sinos. O CRAS Norte está presente em quatro bairros: Boa Vista, Sharlau, Arroio da Manteiga e Campina. Por fim, o CRAS Oeste atende aos bairros Vicentina e São João Batista.

O CRAS é a porta de entrada para as políticas e os programas de assistência social. Suas unidades oferecem serviços que visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de facilitar o acesso a benefícios e políticas de assistência social. No CRAS, os cidadãos recebem orientações sobre os benefícios assistenciais aos quais têm direito e realizam a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), que possibilita o acesso aos programas sociais do governo federal, como, por exemplo o programa Bolsa Família, que tem como uma das condicionalidades a frequência escolar.

Uma das estratégias adotadas na Busca Ativa é a busca pelo suporte às famílias e o acesso aos benefícios com o intuito de auxiliar as famílias no enfrentamento das dificuldades econômicas e possibilitar a retomada do estudante ao vínculo escolar. Além disso, por meio do CadÚnico, muitas vezes é possível obter informações atualizadas sobre endereços e contatos das famílias, facilitando a localização e o acompanhamento.

Outra forma de interação entre a política de enfrentamento ao abandono escolar e o CRAS ocorre por meio das microrredes, que consistem em reuniões em rede convocadas para discutir casos específicos. Nessas reuniões, são acionados os serviços que podem auxiliar na situação da família, como o CRAS, Conselho Tutelar e serviços de saúde. Essa articulação entre diferentes setores amplia as possibilidades de encaminhamentos de acordo com as necessidades de cada caso. Além disso, as reuniões gerais de rede, lideradas pelo CRAS, que ocorrem mensalmente por região, também são espaços de acesso aos serviços e programas oferecidos no território, bem como para a articulação com outros atores da rede intersetorial.

Outro espaço de interlocução com a assistência são os serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos ofertados pelo CRAS. A seguir, a Tabela 6 aponta o número de vagas oferecidas pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além das Casas de Acolhimento em São Leopoldo, divididas por região.

Tabela 6 - Atendimentos nas OSCs por região

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE SÃO LEOPOLDO (SFCV e Casas de Acolhimento)	VAGAS	TOTAL
REGIÃO CENTRO/SUL/SUDESTE		
Associação para o Projeto – APRAMOR	20	
Centro Medianeira – Sede	40	140
Instituto Educacional Espírita – IEDE	80	
REGIÃO NORTE		
Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora	100	
Associação Articultura para Paz Isaura Maia	90	485
Centro Medianeira – Campina	250	
Fundação de Assistência à Criança e ao Adolescente de São Leopoldo – CASA ABERTA	45	
REGIÃO NORDESTE		
Associação de Meninos e Meninas de Progresso – AMMEP	220	280
Grupo Missionário SOS Criança	60	
REGIÃO LESTE		
Círculo Operário Leopoldense - COL - Feitoria COHAB	70	170
Instituto Nossa Senhora do Sim – Centro Comunitário de Educação Infantil Talitha Kum	100	
REGIÃO OESTE		
Círculo Operário Leopoldense - COL – PAIM	80	220
Instituto Lenon Joel Pela Paz	140	
Total de vagas oferecidas nos espaços		1295

Fonte: adaptado de SAS/Prefeitura Municipal de São Leopoldo (2019).

Segundo o PDDHCA (São Leopoldo, 2019), 88% das crianças e adolescentes atendidas nos SCFVs possui idade entre 6 e 14 anos, ou seja, pertencem à etapa do ensino fundamental, transitando entre escolas municipais e estaduais.

Durante o processo de busca ativa de estudantes com baixa frequência escolar, uma das estratégias encontradas é estabelecer contato com OSCs locais, uma vez que muitos desses estudantes também participam desses serviços. Por meio de parcerias, é possível obter apoio no acompanhamento da frequência escolar e no reforço da importância da educação, já que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são espaços que proporcionam uma educação complementar, não formal, contribuindo para a formação integral e cidadã dos indivíduos.

Gohn (2014, p. 40) define a educação não formal como “[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”. Nesse sentido, os espaços presentes nas políticas desempenham um papel como espaços educativos não formais na cidade, proporcionando oportunidades de aprendizado.

5.1.2 A Busca Ativa escolar e a saúde em São Leopoldo

Segundo o Plano Municipal de Saúde de São Leopoldo (PMS, 2022-2025), o cuidado com a saúde abrange todas as questões relacionadas ao bem-estar do indivíduo, compreendendo as iniciativas e assistências destinadas à promoção, prevenção, reabilitação e cura de enfermidades. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a atenção à saúde é estruturada em três níveis: Atenção Básica (AB); Média Complexidade; e Alta Complexidade.

A Atenção Básica é o primeiro nível de atenção em saúde e a porta de entrada do SUS e funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos (PMS, 2022-2025). Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAD, 2023), quanto à cobertura populacional no município, a AB possui cobertura de 50%, sendo 17% de ESF.

A seguir, expõem-se as 24 Unidades Básicas de Saúde (UBS), distribuídas nas regiões, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Unidades Básicas de Saúde por região

(continua)

Centro/Sul/Sudeste	Leste	Nordeste	Norte	Oeste
UBS Campestre	UBS Cohab Feitoria (ESF)	UBS Brás (ESF)	UBS Campina	UBS Paim (ESF)
UBS Pinheiro	UBS Imigrante Feitoria	UBS Padre Orestes	UBS Parque Mauá (ESF)	UBS Vicentina
UBS Cohab Duque (ESF)	UBS Madezatti	UBS Baum	UBS Santa Marta (ESF)	
UBS Rio Branco		UBS Rio Dos Sinos (ESF)	UBS Scharlau	
UBS Santo André (ESF)		UBS Santos Dumont (ESF)		
UBS Jardim América				
UBS Materno Infantil				

(conclusão)

UBS São Cristovão				
UBS Trensurb (ESF)				
UBS - Centro do Idoso				

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Leopoldo (2023).

No Quadro 5, é possível observar que, das 24 UBSs, dez possuem o programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), em que agentes comunitários acompanham as famílias por meio da realização de visitas domiciliares.

Quanto à atenção à saúde de média complexidade, um dos atendimentos citados no PMS (2022-2025) são os serviços especializados. Com foco nos serviços com maior articulação com a educação, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O município de São Leopoldo dispõe de um Centro de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS Capilé); um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij Aquarela); um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad); e um Ambulatório Especializado de Saúde Mental (Ament).

A interlocução da Busca Ativa com a política da saúde ocorre principalmente através das UBS/ESF, em que é possível obter informações como mudança de endereço, por exemplo, além do reforço no monitoramento da frequência escolar através dos agentes de saúde comunitária e de encaminhamentos de situações quando a saúde na família é obstáculo para a infrequência na escola.

Um exemplo de parceria entre os setores de educação e saúde, que teve impacto na prevenção do abandono escolar, foi o projeto denominado "Acelera Saúde Mental". Essa iniciativa consistia em uma turma de correção de fluxo formada por adolescentes que recebiam atendimento pelos CAPSij e estavam fora da escola. Esses jovens enfrentavam dificuldades para frequentar os ambientes educacionais tradicionais. Para atender a essa demanda específica, as aulas eram realizadas fora do contexto escolar, inicialmente na biblioteca pública e posteriormente na prefeitura municipal. Os profissionais da educação e da saúde trabalhavam de forma conjunta e contínua, acompanhando os alunos durante todo o processo, desde o início até a conclusão do ensino fundamental.

O projeto "Acelera Saúde Mental" funcionou durante os anos de 2019 a 2021, visando proporcionar uma solução paliativa para os desafios enfrentados pelos adolescentes atendidos pelos CAPSij (São Leopoldo, 2023b). Essa abordagem

integrada entre educação e saúde permitiu o atendimento das necessidades educacionais e de saúde mental desses jovens de forma simultânea, contribuindo para reduzir as barreiras que poderiam levar ao abandono escolar.

5.2 PROGRAMA MAIS EDUCA SÃO LEO

O Programa Mais Educa São Leo é uma iniciativa baseada no programa federal "Mais Educação", criado durante a gestão do presidente Lula, em 2007. Em 2016, na gestão Temer, o programa passou a se chamar "Novo Mais Educação". Com essa reformulação, o programa teve diminuição dos recursos, culminando em sua extinção em 2019, durante o governo Bolsonaro. Cabe aqui lembrar que, em 2016, o país passou por um golpe jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal⁷ travestido de *impeachment*, que retirou a presidenta do poder, e, no mesmo ano, aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/55, implementando o teto de gastos, principalmente nas áreas da assistência, saúde e educação, dificultando o funcionamento de políticas públicas e trazendo prejuízos à população que depende dos serviços públicos.

O Programa Mais Educa São Leo foi implementado pela Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo durante a gestão 2017/2020. Essa iniciativa tem como base o item 2.9 da Meta 2 do Plano Municipal de Educação, que tem como objetivo oferecer atividades pedagógicas extracurriculares e de estímulo às habilidades, no contraturno escolar, na rede pública. As atividades são preferencialmente direcionadas aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e estão em situação de vulnerabilidade social. São realizadas tanto no espaço das escolas como em outros polos espalhados pelo município.

⁷ “A pequena ascensão feminina na esfera pública gerou uma insatisfação da direita e extrema direita, culminando em um golpe mediado pelo parlamentarismo, capitalismo financeiro e pela mídia, espaços esses de decisões majoritariamente ocupados por homens, brancos e de classe média alta” (Silva, 2021b, p. 13).

“Não são necessários sofismas ou de exercícios retóricos para disfarçar a realidade. Impeachment sem fundamento jurídico nada mais é do que um golpe de Estado. Um golpe patrocinado por parcela do Poder Legislativo, o que não lhe confere legitimidade alguma” (Bello; Bercovici; Lima, 2018, p. 27). Em 27 de março de 2022, o Tribunal Regional Federal (TRF) extinguiu o processo contra a ex-presidente Dilma Rousseff, no qual ela foi acusada de danos financeiros causados por pedaladas fiscais, comprovando que não houve crime que justificasse o *impeachment* da presidenta.

O referido programa foi inicialmente implementado no ano letivo de 2019, em dez escolas que estavam em situação de vulnerabilidade social, e posteriormente expandido. Atualmente, contempla 23 escolas municipais, três tendas comunitárias das ocupações Justo, Renascer e Steigleder, além de oferecer, por meio da parceria com a Unisinos, acompanhamento pedagógico em Alfabetização, Português e Matemática para 15 escolas. Para Moll (2006, p. 28), "[...] a educação integral é uma abordagem que considera o desenvolvimento integral dos alunos, levando em conta não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos sociais, emocionais e culturais".

Segundo o Caderno Pedagógico que orienta a implementação nas escolas, o programa possui como objetivo principal a implementação de atividades esportivas, artísticas, culturais e tecnológicas no contraturno escolar, além da finalidade de contribuir para: redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano; melhoria dos processos e resultados de aprendizagem no ensino fundamental; ampliação do período de permanência dos/as estudantes em atividades educativas, sejam elas na escola ou em outros espaços; e propiciar o acesso a atividades culturais, artísticas, tecnológicas e esportivas diferenciadas das já realizadas no ensino regular (São Leopoldo, 2023c).

Ainda, o programa Mais Educa São Leo apresenta, em suas diretrizes, a composição das turmas por alunos e alunas que se enquadrem nos seguintes critérios: em situação de alto risco e vulnerabilidade social; em distorção idade/ano; com dificuldade de aprendizagem; e em situação de suspeita de desnutrição (São Leopoldo, 2023c).

O programa, que tem como um dos seus principais objetivos a redução do abandono escolar, juntamente com a reprovação e a distorção idade/ano, ao oferecer atividades esportivas, artísticas, culturais e tecnológicas no contraturno escolar, busca ampliar o período de permanência dos estudantes na escola e em atividades educativas, tornando o ambiente escolar mais atrativo e envolvente para os alunos. Além disso, a composição das turmas por alunos em situação de alto risco e vulnerabilidade social, com dificuldades de aprendizagem ou em situação de desnutrição, pode contribuir para um atendimento mais específico às necessidades desses estudantes, evitando que abandonem a escola por não terem suas demandas atendidas. Portanto, o programa tem uma relação direta com a redução do abandono

escolar ao buscar melhorar os processos e resultados de aprendizagem e oferecer atividades educativas complementares aos alunos.

5.3 PROJETO ACELERA

O projeto Acelera foi implementado no município em 2013, baseado no Programa de Aceleração de Aprendizagem criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997, inicialmente patrocinado pelo Instituto Airton Senna (OLIVEIRA, 2002). Tem como objetivo corrigir o fluxo escolar no ensino fundamental, tentando solucionar o problema do baixo rendimento escolar dos alunos das escolas públicas que impossibilitava muitos deles de seguir regularmente o seu processo de escolarização e concluir o ensino fundamental.

O público-alvo são os estudantes em distorção idade/ano. Segundo Oliveira (2002, p. 182), “[...] define-se como defasado o aluno com dois ou mais anos de distorção em relação à série em que deveria estar”. Essa defasagem ocorre principalmente pela reprovação ou pelo ingresso tardio na escola ou ainda pelo abandono escolar.

Em São Leopoldo, o projeto consiste em concentrar em um período mais curto de tempo todo o conteúdo que seria ministrado em um ano letivo, possibilitando aos alunos a oportunidade de concluir o ensino fundamental no tempo adequado para a idade (São Leopoldo, 2023b).

Segundo a SMED (São Leopoldo, 2023d), o currículo precisa ser diversificado, participativo e baseado nas necessidades dos educandos, da legislação vigente, considerando a realidade sociocultural, científica e tecnológica. O documento também indica uma metodologia focada na construção da cidadania, na equidade das relações sociais, no valor dos diferentes saberes e da diversidade como um todo. Os educadores atuantes no projeto são selecionados pelo perfil, que deve apresentar flexibilidade, disposição ao trabalho coletivo e ao diálogo, organização, comprometimento com os educandos e sensibilidade às demandas específicas da comunidade em que esses educandos estão inseridos (São Leopoldo, 2023b).

Um estudo realizado por Oliveira (2002, p. 186) no município de São Vicente/SP demonstrou que “[...] as taxas de abandono dos estudantes vinculados ao programa “acelera” eram 50% menores do que as taxas de abandono dos demais

alunos da mesma escola". Nesse sentido, assim como a Busca Ativa, o programa "Acelera" também tem como objetivo enfrentar a evasão escolar.

Diante do exposto, o programa "Acelera", ao se unir à Busca Ativa, contribui para a redução da evasão escolar, permitindo que os alunos superem suas dificuldades e prossigam em sua trajetória educacional de maneira satisfatória.

5.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O programa é executado pelo Núcleo de educação da relações étnico-raciais (Nerer), vinculado à Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo, e tem como objetivo organizar e executar ações que contribuam com a autoafirmação identitária e valorização das culturas afro-brasileiras, indígenas e dos povos migrantes. Seu papel é atuar para cumprir as legislações vigentes sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, promovendo relações interétnicas pautadas pela equidade racial em escolas, comunidades e territórios.

Por meio do programa de trabalho, pretende-se mapear os territórios, identificar e fazer parcerias com as lideranças negras/indígenas, dos povos ciganos, migrantes, entre outros que fazem parte da história de cada bairro do município. Dessa forma, a equipe deverá atentar-se sobre as Leis nº 10.639/03, nº 11.645/08 (ambas federais e que alteram a LDBEN através de seu artigo 26-A), assim como a Lei Municipal nº 6.116/06, que nos faz refletir sobre a história afro-leopoldense e afro-riograndense diretamente no currículo escolar e projetos políticos pedagógicos.

O principal objetivo é implantar e implementar uma política de educação para as relações étnico-raciais em São Leopoldo, orientada pelo princípio da equidade para garantir os direitos educacionais e enfrentar o racismo e as desigualdades que afetam a permanência nos espaços escolares, além de promover o desenvolvimento pleno dos povos negros, indígenas, ciganos, migrantes e quilombolas que compõem nossas comunidades escolares. Ressalta-se as contribuições desses povos e etnias na constituição da cidade de São Leopoldo e de seu povo (Nerer, 2023).

Um estudo realizado pela Unicef em 2019, acerca do fracasso escolar, revela que cerca de seis milhões de crianças e adolescentes brasileiros (21%) apresentavam distorção idade-série, ou seja, estavam em uma série escolar inadequada para a sua idade. De acordo com os dados, os estudantes indígenas são os mais afetados pela

distorção idade-série, com uma taxa de 40,2%, seguidos por pretos (29,6%) e pardos (23,9%).

Quanto à exclusão escolar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação, 2019), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a proporção de jovens não matriculados na escola é significativamente maior entre os indivíduos negros, totalizando 71,7%, em comparação aos jovens brancos, que representam apenas 27,3%. Além disso, o mesmo estudo evidencia a desigualdade no acesso à educação em relação aos índices de analfabetismo.

Em 2019, a taxa de analfabetismo entre pessoas brancas com 15 anos ou mais foi de 3,6%, enquanto esse percentual chegou a 8,9% entre as pessoas negras. Já, o Censo de 2021 mostra que 18,9% da população do Rio Grande do Sul se autodeclara preto ou pardo, na região de São Leopoldo.

Em São Leopoldo, há dificuldade de obter os dados reais. A cidade situada na Região Metropolitana de Porto Alegre é conhecida como o berço da colonização alemã no Brasil, porém, segundo Follmann e Pinheiro (2011, p. 143), “[...] a história anterior à chegada dos alemães nesse território é pouco conhecida”. Os autores ainda ressaltam o apagamento e os desafios enfrentados pelos processos identitários da população negra nessa região que parecem ter sido sufocados em um contexto histórico de desvalorização e negação da identidade étnico-racial. A autodeclaração depende da formação identitária através de um processo de conscientização da própria identidade e da sua história normalmente desconhecida ou silenciada (Follmann; Pinheiro, 2011).

As ações executadas pelo Nerer estabelecem uma relação direta com a Busca Ativa, pois, em uma parceria conjunta, visam enfrentar a exclusão escolar por meio da promoção de um ambiente inclusivo e do fortalecimento da escola como um espaço que valoriza e celebra a diversidade cultural e étnico-racial.

5.5 PROGRAMA CONVIVER

O programa é de responsabilidade do Núcleo Interdisciplinar de Saúde na Escola (NISE), vinculado à SMED. O Núcleo, constituído por trabalhadores da educação e da saúde, tem como principal objetivo a oferta de espaços de cuidado, para profissionais na rede de Educação e para estudantes, com o propósito de

incentivar o compartilhamento de experiências e promover processos de saúde. Tem como objetivo geral a saúde das/os trabalhadoras/es e das/os estudantes, na construção de interlocuções entre os diferentes coletivos que compõem o contexto escolar, além do fomento ao diálogo na troca de conhecimentos, para a construção de práticas em conjunto.

As principais práticas do NISE fundamentam-se no trabalho grupal sistemático, com as/os trabalhadoras/es da Educação e com os estudantes, os quais devem ocorrer no próprio território das escolas. O programa Conviver consiste em inserir um profissional da psicologia em cada escola para auxiliar no convívio social impactado pela mudança das relações sociais e efeitos da pandemia e inúmeras dificuldades de interações. Ao todo são 50 profissionais da área da psicologia para atender toda a rede municipal.

Hoje, vivenciando o retorno presencial das atividades, ainda é possível perceber reflexos do período pandêmico na escola. Questões relacionadas à saúde mental como ansiedade, pânico, depressão, entre outros. Questões de sociabilidade, dificuldade de viver em comunidade, além das lacunas nas aprendizagens cognitivas. Para Gatti (2020), a importância da escola enquanto espaço de formação do sujeito, se dá para além do âmbito cognitivo.

Do ponto de vista psicossociológico a escola representa para os alunos não só um lugar para estudos, mas um lugar para encontros, um lugar para socializar, cultivar amizades, confrontar-se, definir sua identidade. A escola, como um coletivo, é o ambiente que permite às crianças a entrada em um primeiro ensaio de vida pública, de certo tipo de cidadania, fora do círculo familiar (Gatti, 2020, p. 34).

Portanto, é essencial que se repense a escola como um espaço que vai além da transmissão de conhecimentos. Considerá-la como um coletivo implica refletir sobre a necessidade de uma abordagem educacional que vise à formação integral dos indivíduos – uma educação voltada para a manutenção da vida e das relações que compõem a convivência em sociedade.

A educação tem tudo a ver com a preservação da vida em todos os seus aspectos, sejam sociais, ambientais, científicos, sejam culturais ou outros. É ela que pode propiciar a formação de valores de vida com base em conhecimentos, para as novas gerações. É nela que o sentido das aprendizagens é garantido e estamos diante da possibilidade de criação de nova consciência e posturas diante da vida, nas relações, na sociedade, na educação das futuras gerações. Somos chamados a superar individualismos excessivos e competitividade insana. O cuidado de si adquire sentido no cuidado de todos e no cuidado com o mundo onde vivemos. Esquecer o que

estivemos sendo chamados a repensar nesse período pandêmico será um retrocesso muito indesejável para o futuro da vida. Tudo nos chama a repensar a educação fragmentária, de caráter apenas cognitivo, e, para muitos jovens e adolescentes, sem sentido, que oferecemos. Domínio de conhecimentos imbricados com valores de vida é o vetor saudável a preservar para novos tempos (Gatti, 2020, p. 39).

O bem-estar emocional e o desenvolvimento socioemocional dos alunos estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento da aprendizagem. Uma escola que propicie um ambiente acolhedor no qual os estudantes se sintam emocionalmente apoiados colabora para maior motivação e engajamento dos estudantes nas atividades escolares e na persistência diante dos desafios. A promoção da escola enquanto espaço de cuidado e de relações saudáveis que busca coletivamente construir alternativas para superar os desafios também pode contribuir na permanência escolar e na redução do abandono.

Em uma perspectiva mais sistêmica, que considera as hostilidades estruturais presentes na sociedade, como racismo e outras violências, Hooks (2021) destaca o desejo da sala de aula como um lugar para ser feliz e a possibilidade da escola se estabelecer como comunidades de resistência às violências estruturais (Hooks, 2021).

[...] o estabelecimento de comunidades de resistência, que por meio do exercício do mutualismo praticam acolhimento e proporcionam pertencimento, é essencial para a sustentação da capacidade de cultivar esperança, afeto e reconhecimento de um sentido comum na experiência de formação acadêmica de estudantes negras, negros e LGBTQIA+ (Hooks, 2021, p. 11).

Nesse sentido, ao reconhecer a escola como um ambiente de cuidado, resistência e transformação de paradigmas sociais que perpetuam opressão, é possível promover uma interferência positiva nos processos de interrupção dos percursos educacionais dos estudantes.

5.6 O NÚCLEO DE APOIO E PESQUISA AO PROCESSO DE INCLUSÃO (NAPPI)

O Núcleo é responsável pela organização e assessoria pedagógica aos professores que atuam nas salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atendem estudantes com necessidades específicas (Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas habilidades (AH) e superdotação (SD)), além de também assessorar os professores atuantes nos espaços de aprendizagens, que atendem estudantes sem laudo técnico, mas que possuem dificuldades ou lacunas no processo

da aprendizagem. Ao todo, o município conta com 50 salas de AEE e 36 espaços aprendizagens. O setor acompanha os estudantes desde a matrícula, adequando cada caso ou necessidade específica ao melhor espaço ofertado pela rede municipal, até o momento da aprovação ou promoção a próxima etapa.

Em 2008, durante a gestão do governo Lula, foi lançada a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e aprovada, por meio de emenda constitucional, a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a convenção, devem ser assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Após a implementação da lei é possível observar o aumento de matrículas de pessoas com necessidades especiais no ensino regular como mostra o Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 - Matrículas dos estudantes com necessidades especiais no país

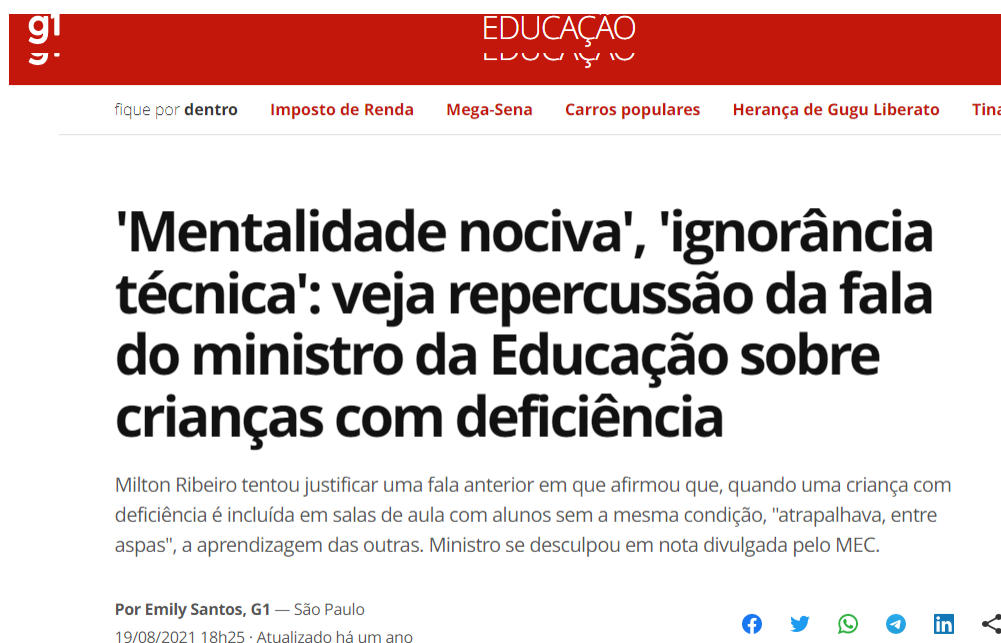


Fonte: adaptado de INEP (2023).

Em 2020, através do Decreto nº 10.502, o presidente Jair Bolsonaro incentivou a criação de escolas especializadas para atender pessoas com deficiência que "não se beneficiam" da educação regular, contrariando a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (Brasil, 1996), que orientam a inserção dos educandos com necessidades especiais na rede regular de ensino, e quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Devido à inconstitucionalidade, a medida foi suspensa pela corte. No mesmo período, o então ministro da educação, Milton Ribeiro, em 2020, chegou a declarar à imprensa nacional que “[...] a convivência entre uma parcela dos alunos com deficiência mais grave e os alunos sem deficiência é impossível e chegou a afirmar que a presença dos alunos com deficiência ‘atrapalha’ os outros na sala” (G1, 2021).

Figura 14 - Reportagem sobre a fala do Ministro da Educação na época



Fonte: Portal de notícias G1 (2021).

Quanto ao rendimento escolar da criança e do adolescente com deficiência, o Censo escolar divulgado em 2019 revela que 11,5% reprovaram, 46% estavam em distorção idade/ano e 3% abandonaram a escola (INEP, 2019).

O NAPPI não apenas oferece suporte técnico aos professores para a efetivação da aprendizagem, como também atua na prevenção da evasão escolar. Ao promover a escola como um ambiente acolhedor e inclusivo, busca criar condições propícias para que os alunos se sintam pertencentes e engajados em sua trajetória educacional. A estreita parceria entre o NAPPI e a Busca Ativa é uma peça-chave nesse contexto. Quando uma criança ou adolescente está em situação de risco de evasão, o NAPPI e Busca Ativa atuam juntos, trocando informações e estabelecendo estratégias coletivas com o objetivo de assegurar a permanência do aluno na escola.

5.7 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA CIDADE (PESC)

O Programa de Educação em Sustentabilidade na Cidade (PESC), executado pelo Núcleo de Educação e Sustentabilidade da SMED, em São Leopoldo/RS, tem como objetivo principal integrar os projetos educacionais existentes na região. O programa busca atingir a sustentabilidade a partir da promoção de temáticas como Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, Diversidade Cultural, Educação Ambiental, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Musical, Educação para a Inclusão, Psicomotricidade e a relação com o processo de aprendizagem, Iniciação Científica e Tecnológica (NESC, 2023)

A proposta do PESC é incentivar o protagonismo dos professores e estudantes em suas comunidades, promovendo a reflexão e ação local a partir da educação para a sustentabilidade. A educação para a sustentabilidade na cidade proposta pelo PESC está articulada ao espaço escolar, currículo e gestão, e principalmente, está vinculada às pessoas e suas comunidades. Através dessa integração, o programa propõe uma nova forma de relação com o local onde vivemos, revelando as possibilidades para uma cidade mais humana e equilibrada, respeitando as diferenças e todas as formas de vida em cada território (Grohe; Viel, 2020).

O programa tem como base o conceito de sustentabilidade voltado para o "Bem Viver", que consiste em um ato coletivo de construção de um ambiente onde todos são respeitados em sua diversidade humana e não-humana. Essa visão é inspirada na filosofia indígena do Bem Viver, que enfatiza a harmonia entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Valoriza-se a interdependência entre esses três elementos e a importância de estabelecer relações equilibradas entre eles (Acosta, 2016).

Na relação entre indivíduo e sociedade, o Bem Viver valoriza a cooperação, a solidariedade, a diversidade cultural e a democracia participativa, incentivando a busca pelo bem comum e o trabalho em conjunto para criar uma sociedade justa e sustentável (Acosta, 2016).

Ao estabelecer conexões harmoniosas entre esses três pressupostos, o Bem Viver propõe uma nova forma de vida baseada na sustentabilidade, solidariedade e interdependência entre os seres humanos e a natureza.

O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo

político. Diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros (Acosta, 2016, p. 240).

Por fim, na relação entre indivíduo e planeta, o Bem Viver reconhece a interdependência entre os seres humanos e a natureza, enfatizando a importância de respeitar e cuidar do meio ambiente, preservar a biodiversidade e viver de forma sustentável para garantir um futuro saudável para todas as formas de vida.

A filosofia do Bem Viver valoriza a solidariedade e a cooperação como valores fundamentais, incentivando os estudantes a ajudar uns aos outros, a se engajar em projetos coletivos e a trabalhar juntos para superar os desafios da escola. Essa abordagem pode contribuir para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, o que é fundamental para enfrentar o abandono escolar.

5.8 UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

O direito à educação está diretamente relacionado ao direito humano e à condição de vida digna (Arroyo, 2017). As desigualdades sociais geram segregações – que responsabilizam a pobreza, que discriminam os negros, indígenas e todos os “desiguais” e geram desigualdades educacionais (Arroyo, 2017). O enfrentamento à reprodução destas desigualdades requer uma transformação cultural e quebra de paradigmas. Políticas como o NERER e o NAPPI, que atuam no enfrentamento à segregação e exclusão educacional corroboram diretamente para essa mudança cultural, mas seus efeitos não podem ser medidos a curto prazo, visto que são mudanças estruturais na sociedade.

Diante desse contexto, as políticas como Mais Educa São Leo, Acelera e Conviver e PESC, que atuam na promoção de um espaço acolhedor essencial no confronto às disparidades educacionais, também se unem ao Busca Ativa como estratégias de enfrentamento à exclusão.

O conceito de política pública de Ball (2009) enfatiza a natureza dinâmica das políticas educacionais, bem como a ideia de que essas políticas são construídas e interpretadas no contexto da prática. Ao analisar as políticas do NERER, NAPPI, Mais Educa São Leo, Acelera, Conviver, PESC e Busca Ativa à luz do conceito de Ball, fica

evidente que a eficácia dessas iniciativas está vinculada a processos que exigem colaboração e constante adaptação ao contexto local.

A efetividade dessas políticas potencializa quando operam de maneira integrada, e esse princípio foi concretizado por meio da criação do Centro Municipal de Educação Inclusiva (CEMEI) Paulo Freire, criado no decorrer desta pesquisa.

O CEMEI Paulo Freire foi criado por meio da Lei nº 9.863, de 2023 (São Leopoldo, 2023a), com o objetivo de integrar as políticas que atuam no enfrentamento à exclusão escolar. A inserção do Busca Ativa no CEMEI contribuiu para ampliar o conceito de inclusão educacional não apenas sob a perspectiva da educação especial, como também no contexto de uma educação inclusiva que reconhece as diversidades étnicas, sociais, culturais, de gênero, intelectuais, físicas e sensoriais. Segundo Gentili (2009, p. 1063), “[...] a inclusão educacional é um processo que se constrói em oposição às forças e tendências que produziram e historicamente produzem a negação do direito à educação dos mais pobres e excluídos”. Nessa perspectiva, a inclusão educacional não é apenas um modelo pedagógico ou uma abordagem prática, mas uma resposta ativa e desafiadora às estruturas sociais e históricas que perpetuaram desigualdades no acesso à educação.

Além do Núcleo Busca Ativa, outros três núcleos com políticas já abordadas neste capítulo passam a integrar o Centro: Núcleo de Apoio ao Processo de Pesquisa e Inclusão (NAPPI), Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERER) e Núcleo Interdisciplinar de Saúde na Escola (NISE). De forma integrada, esses núcleos auxiliam no enfrentamento dos dilemas sociais que perpassam o cotidiano da escola, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades educacionais.

6 A BUSCA ATIVA: MOTIVOS E INTERVENÇÕES

Este capítulo tem como objetivo atender ao terceiro objetivo específico, que consiste em analisar a efetividade da Busca Ativa como política de prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo. A avaliação da efetividade passa pela compreensão dos motivos que levam os estudantes a se desvincularem da escola.

Para tanto, os dados foram divididos em duas categorias: motivos do afastamento; e intervenções realizadas pela Busca Ativa. Essa análise abrange os anos de 2020, 2021 e 2022, sendo cada categoria abordada em subcapítulos específicos. Na sequência, examinam-se os dados relacionados aos motivos dos afastamentos.

6.1 MOTIVOS DOS AFASTAMENTOS

Na próxima seção deste capítulo, apresenta-se um tópico para cada ano, facilitando a análise dos dados ao dividir as informações de 2020, 2021 e 2022.

6.1.1 Ano de 2020

A análise das entrevistas apontou que uma das principais adversidades enfrentadas na educação durante o ano de 2020 foi a dificuldade de acesso à tecnologia. Conforme apontado pela entrevistada D2, apesar das iniciativas governamentais para proporcionar o acesso à internet, as disparidades no acesso tecnológico persistiram de maneira significativa. D2 relata:

“Durante a pandemia, uma questão que prejudicou bastante o acesso à escola, foi que eu já citei acima né, que a questão do acesso às tecnologias, então, quando estudante tinha um telefone e um computador, às vezes não tinha internet. Quando tinha internet não tinha o aparelho né, depois de um certo tempo, a Prefeitura Municipal disponibilizou uma rede de acesso gratuito a internet e, então melhorou um pouco mais né, melhorou, realmente melhorou, mas ainda assim, as pessoas tinham dificuldade de acessar essa rede, de fazer o uso dessa rede, então foi essa situação, assim, essa é a maior dificuldade” (Entrevistado D2).

Por sua vez, a entrevistada A2 menciona a interconexão de vários fatores, como a falta do acesso às tecnologias, as mudanças na dinâmica familiar, afetadas pelas medidas de distanciamento social, e as desigualdades sociais, que já eram um fator de afastamento escolar, mas que foram intensificadas durante a pandemia.

“Bom, durante a pandemia, uma das questões bastante importantes para afastamento das crianças, do vínculo escolar se deu também pelas questões de acesso, à dificuldade de acesso ao meio virtual, falta de um celular, a falta de internet de qualidade e também pelas questões de tempo de organização da família, porque à medida em que se fez o isolamento e se fez todo o processo de restrição social, isso acabou afetando também a organização das famílias no cotidiano, a vida diária dessas famílias, aí Isso acabou afastando de forma importante os alunos desse convívio social e ao mesmo tempo uma das questões que já desde antes da pandemia, já era fator de afastamento do convívio escolar é a questão das desigualdades né que com a pandemia só se ampliou, na medida em que a desigualdade atinge as famílias de forma que o trabalho se torna muito mais importante do que a presença na escola, as questões também de transferência, muita migração de locais de moradia devido à procura de emprego né, essas questões também se tornaram um fator importante, já eram antes mas também se tornaram ainda mais importantes após a pandemia” (Entrevistada A2).

Assim como descreve a Entrevistada A2, a participante E1 ressalta a influência significativa das condições socioeconômicas na participação educacional. As desigualdades levam as famílias a priorizarem o trabalho em detrimento da presença na escola. Segundo E1, a instabilidade econômica agravada pela pandemia forçou muitas famílias a mudarem de endereço:

“Também, quando fazíamos visitas, não conseguimos localizar porque as famílias já não moravam mais ali naquela casa, isso a gente percebeu bastante, muita mudança de endereço e acredito que foi pela questão financeira, mreesmo agravada durante a pandemia, de não conseguir pagar um aluguel, de ter que mudar para outro espaço. Então, localizar as famílias foi o principal desafio da busca ativa” (E1)

Tal afirmação também é narrada pela entrevistada B1.

“O principal desafio era a gente encontrar essas famílias. Por que muitas pessoas se mudaram e outras foram morar com outros familiares em outros municípios, outros bairros, devido à falta de renda, de recurso, não estavam mais trabalhando, então foram morar na casa de um parente para que

pudesse ter esse sustento. Então esse foi nosso maior desafio, era encontrar as pessoas que não estavam mais na vila” (Entrevistada B1).

Os relatos fornecidos pelas entrevistadas E1 e D2 também destacam a falta de suporte às atividades educacionais das crianças devido à mudança da dinâmica familiar.

“Há a questão também dessa imposição, né? Pelo coronavírus, de isolamento. Tudo que foi necessário na época. Mas que trouxe uma desorganização também para a estrutura da família. Então tínhamos crianças que ficavam sozinhas em casa e não tinham um apoio para poder de alguma maneira realizar as atividades. Não tinham alguém que auxiliasse. Nem na parte tecnológica de né, abrir um meet, de participar ou na Plataforma, então” (Entrevistada E1).

“Também eu acho que, uma coisa que contribuiu bastante para o abandono da escola né, durante a pandemia, é a questão dos pais terem que procurar trabalhos alternativos, em horários alternativos e não conseguiram acompanhar mais os filhos, então muitos adolescentes ficaram à mercê, assim, de si mesmo. Se cuidando, organizando sua alimentação, organizando seus horários, então às vezes se perdem né, às vezes não conseguem se organizar para estar ali na frente do aparelho, naquela hora, ou não tem vontade, disponibilidade” (Entrevistada D2).

A entrevistada E1 destaca que o momento difícil afetou a saúde mental não só das crianças, como também dos adultos, e aponta para a carga emocional e psicológica enfrentada:

“Há a questão da saúde também, não é? A questão da saúde foi a saúde mental, né, a desencadeada pelo isolamento, pela falta de interação. Então também foi uma questão muito forte. E o momento difícil que se passava não é, sobretudo, para os pais dessas famílias” (Entrevistada E1).

A seguir, o Quadro 6 apresenta os motivos do afastamento, apresentados nos relatos das entrevistas.

Quadro 6 - Motivos para o afastamento - 2020

Motivos do afastamento escolar na pandemia	Entrevistados										Totais
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D1	D2	E1	E2	
Dificuldades para acesso as tecnologias digitais	x	x	x	x	x	x	x	x	x		9
Mudança de endereço	x		x		x	x	x	x	x	x	8
Desigualdade social	x	x	x		x	x		x	x		8
Dificuldade de adaptação a nova organização escolar		x						x	x		3
Falta de condições para auxílio pedagógico em casa			x						x		2
Questões relacionadas a saúde ou morte familiar					x				x		2
Desmotivação							x	x			2

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 6 permite afirmar que a falta de acesso às tecnologias é o mais frequentemente citado, indicando a importância crítica do acesso à tecnologia no contexto educacional durante a pandemia. Outro fator significativo é a mudança de endereço, indicando a instabilidade residencial enfrentada pelas famílias no período. Nesse sentido, tanto a falta de acesso às tecnologias quanto a constante troca de moradia expressam que as condições sociais e econômicas interferem na permanência escolar. Ainda, a desigualdade social é explicitamente apontada pelos entrevistados como um dos fatores do afastamento escolar. Arroyo (2015, p. 29) revela que “[...] a pobreza é condicionante de seu direito à educação e condicionante de seu direito ao trabalho e à vida. A negação dos direitos humanos mais básicos determinando a negação do direito à educação condicionante de sua condenação à pobreza”.

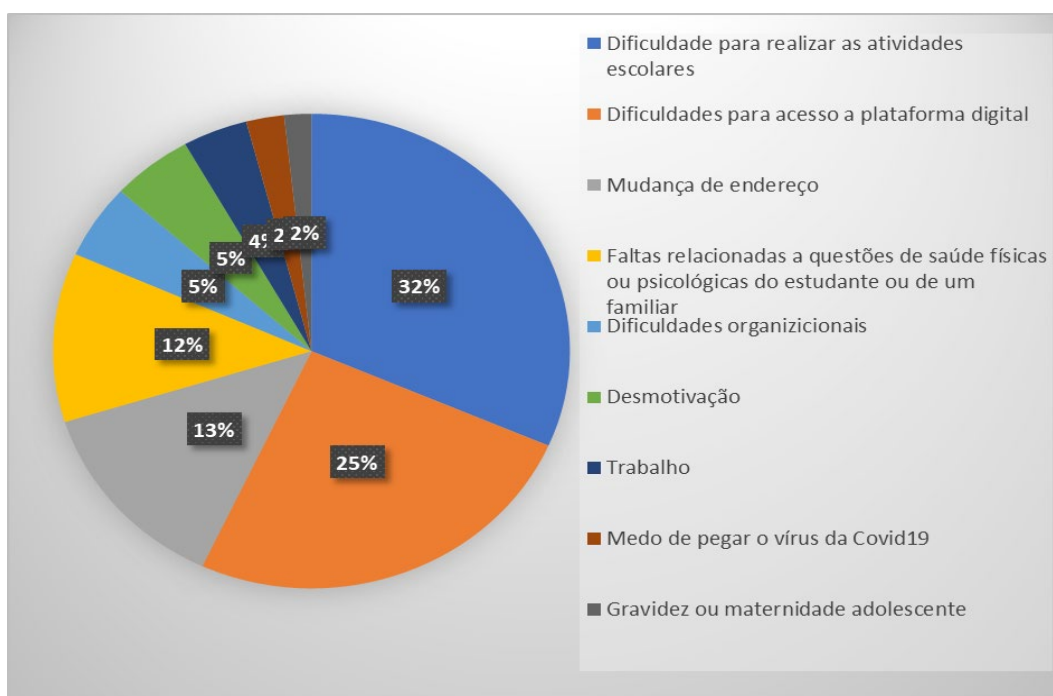
Outros fatores como dificuldade de adaptação à nova organização escolar, falta de suporte pedagógico em casa, questões relacionadas à saúde e desmotivação do aluno (Gatti, 2020) também são relevantes, formando um conjunto de desafios enfrentados em 2020.

6.1.2 Ano de 2021

Segundo dados fornecidos pela SMED, em 2021, foram encaminhados à Busca Ativa 1703 crianças e adolescentes considerados em risco de evasão pela falta de interação com a escola. Foram analisadas 888 citações registradas nas planilhas de Busca Ativa de dez escolas.

A seguir, o Gráfico 6 apresenta os motivos identificados na análise de conteúdo usando como indicativo a frequência nos registros. No gráfico, pode-se verificar que a dificuldade para realizar as atividades escolares é o motivo que apareceu com maior frequência no ano.

Gráfico 6 - Principais motivos do afastamento - 2021



Fonte: elaborado pela autora, 2024

A dificuldade em obter apoio pedagógico na família, seja por falta de tempo, seja por falta de instrução, somada ao grande número de atividades disponibilizadas, incidiu em 32% dentre os motivos identificados como fatores impeditivos na manutenção do vínculo escolar, como pode ser observado no relato explícito em uma das planilhas da busca ativa:

“[...] ela conta que tem uma colega perto de casa e falamos na possibilidade de se juntar a essa colega para tentarem ir realizando as atividades, mesmo

que não consigam todas. Ela manifesta preocupação com as atividades que ficaram para trás e ela não conseguiu fazer. Oriento que vá à escola e converse com algum professor, falando de suas dificuldades e buscando alternativa para amenizá-las. Digo que ligarei novamente para saber como está indo” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2021).

Outro fator relacionado à falta de interação com a escola foi a falta de acesso às tecnologias digitais, com 25% de incidência, como pode ser observado no seguinte registro presente na planilha da Busca Ativa 2021: *“Contato com a mãe que relatou que o aluno estava sem aparelho para fazer as atividades. Informou que a filha não retornaria para aula presencial, pois os pais são do grupo de risco”.*

Os registros também apontam mudança de endereço, representando 13% dos motivos, e demonstram um relevante fluxo de migração ocorrido no ano, entre bairro, cidade e estado, como é possível verificar em outro relato: *“Em contato via WhatsApp, a mãe informou que mudaram de endereço e o aluno está estudando em Tramandaí. Foi orientado que realizassem a transferência”* (relato constante na planilha da Busca Ativa, 2021). Além disso, não menos significativo, as faltas relacionadas a questões de saúde física e psicológica dos estudantes ou familiares representam 12% dos motivos de afastamento. Doenças respiratórias, drogadição e depressão são as causas mais citadas nos documentos da Busca Ativa, como descrevem os seguintes trechos retirados da planilha Busca Ativa 2021: *“[...] o estudante já realizou poucas atividades não presenciais no primeiro semestre. A mãe coloca que o estudante está doente, que está em depressão”; “[...] explicou que deixou de levar a filha na escola, pois precisou cuidar do neto que estava e ainda está hospitalizado”.*

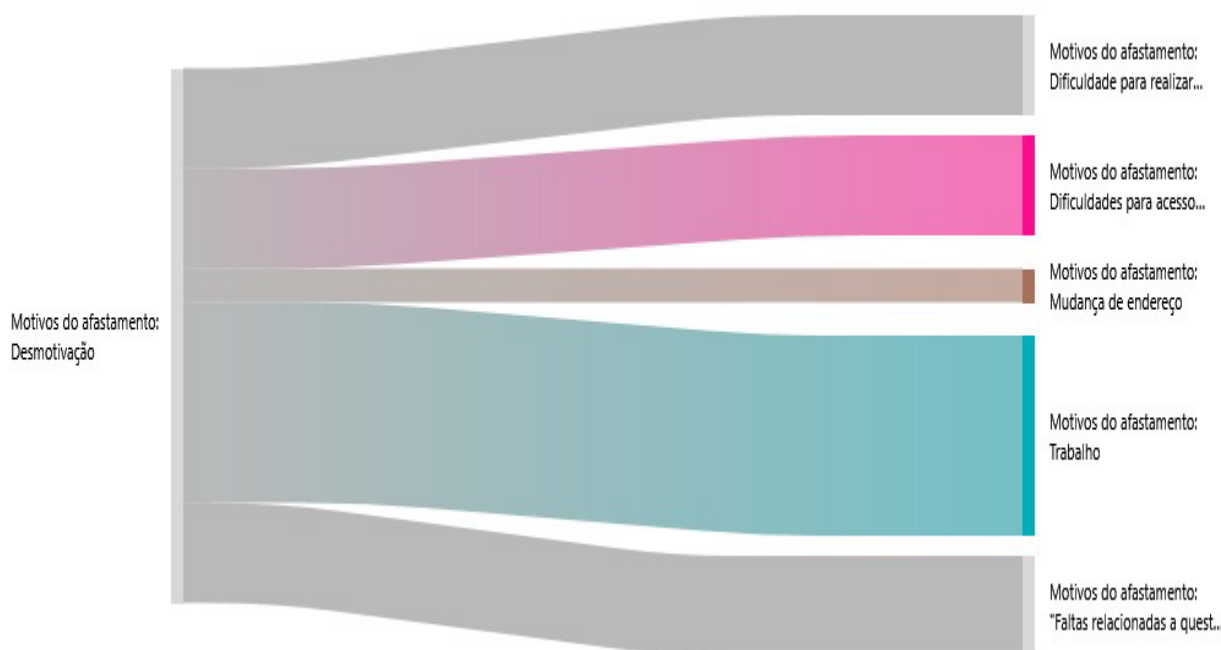
Outros motivos que obtiveram menos destaque nas planilhas da Busca Ativa foram os afastamentos por dificuldades organizacionais da família e desmotivação, representando 5% dos motivos, seguidos de trabalho, gravidez ou maternidade e medo de contrair covid-19.

Observa-se que as razões para o afastamento escolar não surgem de forma isolada, ao contrário, o rompimento do vínculo escolar é o desfecho de uma interseção complexa de diversos fatores. Diante disso, a seguir, a Figura 15 mostra o fluxo de relações entre os motivos quando comparado com o fator desmotivação do estudante.

Na Figura 15, pode-se observar que a desmotivação do estudante está relacionada em maior grau com o trabalho, seguida de dificuldades para realizar as

atividades; dificuldades para acessar a plataforma digital; e faltas relacionadas a questões de saúde. Em menor grau, a desmotivação correlaciona-se com a mudança de endereço.

Figura 15 - Fluxo de relação do motivo “desmotivação”



Fonte: elaborada pela autora.

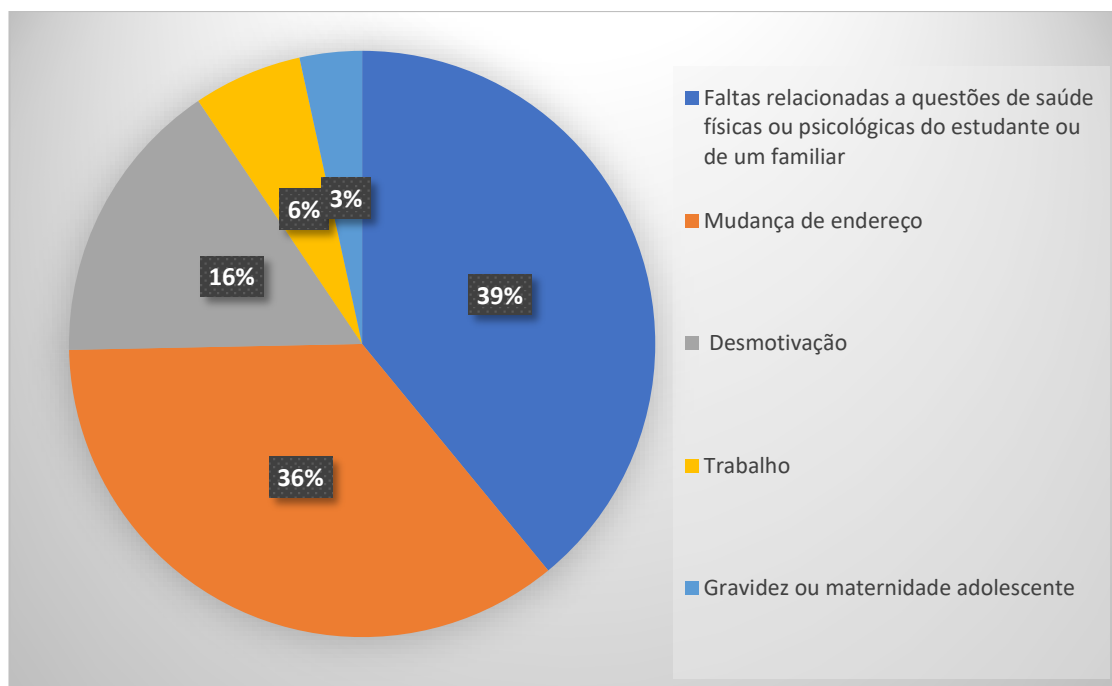
A identificação dos motivos é crucial para a efetividade das ações interventivas. A seguir, apresenta-se a discussão dos resultados relacionados ao eixo temático “intervenções realizadas”.

6.1.3 Ano de 2022

Segundo dados da SMED, em 2022, foram encaminhados à Busca Ativa 1840 estudantes das 49 escolas da rede municipal. Na presente pesquisa, foram analisados 482 registros correspondentes a dez escolas. Nesse contexto, a seguir, o Gráfico 7 explana os motivos mais frequentes no ano.

Destaca-se, conforme se pode observar no Gráfico 7, que o motivo “Faltas relacionadas a questões de saúde físicas ou psicológicas do estudante ou de um familiar” é o mais frequente nos registros, com 39% de incidência, seguido do afastamento por “Mudança de endereço”, com 36% de recorrência. O terceiro motivo mais frequente é o fator “Desmotivação”, que se apresenta com 16%.

Gráfico 7 - Principais motivos do afastamento em 2022



Fonte: elaborado pela autora.

Quanto às faltas relacionadas à saúde, as citações mais frequentes são de depressão e asma, conforme se observa nos excertos retirados da planilha Busca Ativa 2022:

“Em contato telefônico, fomos informados que o aluno estava afastado com crise de asma” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2022).

“[...] a mãe explicou que está passando por um momento de depressão e que a escola fica muito longe do trabalho, não está conseguindo levar a filha” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2022).

“A genitora relatou que a aluna está passando por síndrome do pânico e depressão e já tentou várias vezes suicídio” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2022).

Tão significativa quanto a questão da saúde, a troca de residência destaca-se como um dos fatores que incidem no abandono. Não é incomum as famílias mudarem de endereço e não efetivarem a transferência dos estudantes, como mostra o registro a seguir:

“Aluna se mudou para a cidade de Frederico Westphalen, entramos em contato com o aluno e responsável para que o aluno enviasse o atestado

de vaga para efetuarmos a transferência, porém até a presente data a aluna não retornou com o atestado de vaga e não realizou a transferência” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2022).

Com relação à desmotivação como causa da ausência na escola, a seguir, a Figura 16 apresenta as correlações com os demais motivos.

Figura 16 - Correlação entre os motivos



Fonte: elaborada pela autora.

A Figura 16 expõe que a desmotivação do estudante está relacionada em proporção significativa com questões de saúde e trabalho.

A seguir, a próxima seção apresenta-se uma síntese analítica acerca dos motivos que levaram os estudantes a se desvincularem da escola.

6.1.4 Análise dos motivos

Esta seção tem o intuito de integrar os motivos encontrados nos anos de 2020, 2021 e 2022 a fim de explorar os significados dos resultados. Para tanto, o Quadro 7, a seguir, expõe as incidências de motivos que provocaram afastamento no período de 2020 a 2022.

Quadro 7 - Motivos do afastamento por ano

Incidência	2020	2021	2022
1º	Dificuldades para acesso às tecnologias digitais	Dificuldade para realizar as atividades escolares	Faltas relacionadas a questões de saúde
2º	Mudança de endereço	Dificuldade para acesso à plataforma digital	Mudança de endereço
3º	Desigualdade social	Mudança de endereço	Desmotivação
4º	Dificuldade de adaptação à nova organização escolar	Faltas relacionadas a questões de saúde	Trabalho

Fonte: elaborado pela autora.

Ao investigar os motivos do afastamento escolar nos anos de 2020, 2021 e 2022, observa-se que a mudança abrupta para o ensino remoto em 2020 teve repercussões consideráveis. A principal barreira identificada foi a dificuldade de acesso a tecnologias digitais como computadores e internet. A pesquisa de Souza, Pereira e Ranke (2020, p. 15), realizada no estado de Tocantins, revela que “[...] a inclusão digital não acompanhou o tecnológico, principalmente considerando para quem a escola pública se destina”.

Em São Leopoldo, a iniciativa municipal de fornecer acesso gratuito à internet busca superar desafios e assegurar a continuidade dos estudos para todos os alunos. Entretanto, a preocupação em ofertar atividades impressas revela o baixo índice de acesso às ferramentas tecnológicas.

No ano subsequente, em 2021, novas questões surgiram. Além das dificuldades na execução das atividades escolares, como a falta de apoio pedagógico e a ausência de ferramentas tecnológicas adequadas, a mudança de endereço permaneceu como um fator relevante.

A frequente mudança de endereço sugere não apenas uma continuidade nas dificuldades socioeconômicas, como também aponta que a instabilidade residencial afeta diretamente uma efetiva participação dos estudantes. Silva (2021a), que, em seu estudo, também observou as constantes mudanças de endereços como uma das causas da desvinculação escolar, afirma que as movimentações podem ter origem em questões familiares e disputas relacionadas à guarda dos filhos. Ele também considera “[...] o aspecto da constante condição de mudança de endereço entre bairros da mesma cidade ou entre municípios uma espécie de efeito da volatilidade

do mundo do trabalho, em especial diante das classes trabalhadoras, do mundo popular e das periferias urbanas” (Silva, 2021a, p. 2015).

Em 2021, já era perceptível que questões de saúde começavam a interferir no envolvimento escolar, mas foi no ano seguinte, em 2022, que essa preocupação é mencionada com mais frequência. Isso indica que os efeitos da pandemia persistem afetando a presença nas atividades escolares.

A pesquisa de Silva (2021a) destacou os problemas de saúde como um fator significativo que impacta a vida escolar de crianças e adolescentes. O estudo revelou que, em algumas situações, a própria saúde debilitada do responsável impede o acompanhamento e a garantia da frequência escolar dos jovens. O cuidado dedicado a familiares doentes pelo responsável também é identificado como motivo para o afastamento na vida escolar das crianças/adolescentes. Em certos casos, a condição de saúde do responsável leva a criança/adolescente a residir temporariamente em outras casas, criando um ambiente instável. Além disso, há situações em que as crianças/adolescentes assumem responsabilidades de cuidado em casa, priorizando-as em detrimento da escola (Silva, 2021a)

A desmotivação identificada em 2022 pode ser considerada um reflexo dos diversos desafios enfrentados pelas famílias, no âmbito pedagógico, social ou emocional. Outro ponto relevante nas entrevistas é a menção do trabalho como uma das razões para o afastamento escolar. Essa relação negativa entre trabalho e educação também é evidenciada em uma pesquisa conduzida por Gonçalves, Rios-Neto e César (2020), que apontam que alunos que trabalham têm uma menor probabilidade de permanecer na escola. Isso ressalta a persistência dos efeitos das desigualdades sociais, em que a necessidade de contribuir para o sustento familiar muitas vezes entra em conflito com a continuidade dos estudos.

Para dar seguimento aos achados desta pesquisa, a próxima seção aborda as discussões referentes às intervenções realizadas nos anos de 2020, 2021 e 2022. Para melhor apresentação, está subdividida em três seções, uma para cada ano.

6.2 INTERVENÇÕES REALIZADAS

As intervenções desempenham um papel fundamental na efetividade da Busca Ativa Escolar, uma vez que constituem as ações práticas para prevenção e enfrentamento ao abandono e à evasão escolar. Isto posto, nesta seção, analisam-se

as intervenções realizadas nos anos de 2020, 2021 e 2022 pela Busca Ativa Escolar, abordando cada ano em uma seção própria.

6.2.1 Ano de 2020

Quanto às intervenções realizadas para o resgate dos alunos ao vínculo escolar durante o ano de 2020, cenário em que havia o distanciamento social, o envio de mensagens através dos grupos de WhatsApp consolidou-se como uma intervenção crucial para manter a comunicação direta com os estudantes e suas famílias, compensando a falta de interação presencial. O uso do aplicativo de mensagens destacou-se como o ponto de partida para a Busca Ativa, além de se mostrar uma alternativa prática para manter a comunicação e fornecer orientações educacionais enquanto as escolas estavam fisicamente fechadas, como narra a participante E1:

“E também, como era um momento em que se fez necessário ter grupos de WhatsApp das turmas e uma aproximação maior ainda com as famílias, os professores. acabavam também fazendo essa busca ativa ali nos grupos e buscando auxílio dos outros alunos dos outros colegas e dos dos outros pais que também são da comunidade. Então, essa busca ativa iniciava ali. Após isso, então, entrava a supervisão escolar, não é? Que recebia o nome desses estudantes e que também fazia as tentativas de contato e não havendo daí êxito, encaminhava ao setor da busca ativa, que é da Secretaria de educação, para que mediasse e então procurasse outros meios na rede. Para que tomasse as providências da Secretaria, lá, para resgatar esses alunos” (Entrevistada E1).

Em consonância, a entrevistada D2 confirma a importância da comunicação via aplicativo na manutenção do vínculo entre estudante, escola e família:

“As ações que tiveram mais êxito foram aquelas que proporcionaram um vínculo com o estudante. Então a questão do WhatsApp nos ajudou muito, o WhatsApp de cada turma, o grupo das turmas, para se conversar com a turma ou individualmente e, a questão também desse amparo social que se tentou dar né, de perceber como é que a família estava, que ela estava precisando, qual era a disponibilidade que a escola tinha também, que pudesse auxiliar. Essas ações tiveram bastante êxito” (Entrevistada D2).

Outra estratégia utilizada para tentar localizar os estudantes que não estavam interagindo com a escola foi a busca de auxílio não só ao conselho tutelar, como também a outros serviços da rede, como CRAS e UBS.

“Outro recurso que nós usamos que foi muito importante foi a parceria com a UBS da [...] aqui, onde a gente passava o nome para a enfermeira chefe do posto e ela repassava em reunião para as agentes de saúde. Então as agentes de saúde iam nas casas né, convocar, convidar para que retornasse ou pelo menos realizasse suas atividades em casa. As atividades que vinham até a escola buscar e realizar em casa” (Entrevistada B1).

“Nós tentávamos tudo o que podíamos fazer de contato, nós fazíamos, então nós procurávamos o CRAS para ver se a família tinha algum outro tipo de contato lá. Se ela era referenciada no CRAS, se havia mudado de endereço... Ham, se o CRAS tinha notícias da família. A UBS também, o postinho de saúde nos ajudava bastante aqui. E além disso, também, uma instituição que existe aqui perto da escola e que atende à crianças e adolescentes no contra turno. Então, muitos dos nossos alunos no contraturno vão nessa instituição e essa instituição, dá vários tipos de auxílio para as famílias. Durante a pandemia, ela auxiliou bastante também até com questão de assistência. Então nós procurávamos também essa instituição para ver se ela tinha notícias dessa família” (Entrevistada E1).

Apesar do distanciamento social, quando a bandeira de risco permitia, algumas visitas domiciliares eram feitas, como relata a entrevistada E1:

“Ah, de acordo, claro, com as medidas de vigilância sanitária, quando era possível, digamos assim, nós fazíamos visitas para tentar fazer uma conversa com a família. Ia até a casa, conversava, né? Tentava compreender os motivos que faziam com que a criança estivesse afastada, que não tivesse realizando as atividades ou não tivesse procurando nenhuma interação com o professor, seja online, como era oferecido na plataforma” (Entrevistada E1).

Por sua vez, a entrevistada D2 relata a importância das visitas domiciliares como forma de manter o vínculo com as famílias carentes de acesso a ferramentas tecnológicas:

“A nossa escola está situada numa região mais humilde da cidade, mais frágil, então nós precisamos, através das visitas domiciliares, nós conseguimos maior contato com os estudantes, visto que eles não têm um acesso à tecnologia por completo, então eles não tinham o wi-fi, eles não tinham um aparelho telefônico que comportasse realizar uma reunião pelo Meet, por exemplo. Muitas vezes, o celular era compartilhado com toda a família, então nós marcávamos um horário de encontro, mas tinha que ser sempre depois das aulas, porque era o horário que o pai chegava em casa

com celular. Então essas dificuldades, a gente encontrou” (Entrevistada D2).

Com menor incidência, a entrega de atividades impressas, reuniões com as famílias por videochamadas e entrega de cartas também foram mencionadas como estratégias utilizadas para manutenção do vínculo entre escola e estudante durante o cenário de 2020, em que a pandemia atingiu seu ápice. Desse modo, a seguir, o Quadro 8 apresenta a presença da menção das intervenções durante as entrevistas.

Quadro 8 - Intervenções realizadas na escola - 2020

Intervenções Realizadas	Entrevistados										Totais
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D1	D2	E1	E2	
Mensagens via aplicativo	x	x			x	x	x	x	x	x	8
Contato telefônico	x		x		x		x	x	x	x	7
Busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial			x		x		x	x	x		5
Visitas domiciliares				x	x			x	x	x	5
Busca de auxílio com a comunidade local		x	x			x	x		x	x	4
Oferta de atividades impressas			x								1
Videochamadas com os estudantes e suas famílias				x							1
Entrega de carta na residência							x				1

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 8 apresenta as intervenções citadas nas entrevistas, ordenadas por incidências. As mensagens via aplicativo e o contato telefônico foram as ações mais mencionadas. Não menos relevante, a busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial, as visitas domiciliares e a busca de auxílio com a comunidade local também foram destacadas pelos entrevistados.

A seguir, o Quadro 9 revela que, de acordo com as pessoas entrevistadas, as visitas domiciliares foram consideradas a ação mais eficaz. Isso pode ser atribuído à interação mais próxima com os estudantes e suas famílias, proporcionando uma compreensão mais profunda dos motivos que levaram ao afastamento escolar.

Quadro 9 - Ações com maior êxito - 2020

Quais ações obtiveram mais êxito?	Entrevistados										Totais
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D1	D2	E1	E2	
Visitas domiciliares	x	x			x				x	x	5
Contato telefônico		x							x	x	3
Busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial	x		x	x							3
Mensagens via aplicativo							x	x		x	3
Entrega de carta na residência							x				1

Fonte: elaborado pela autora.

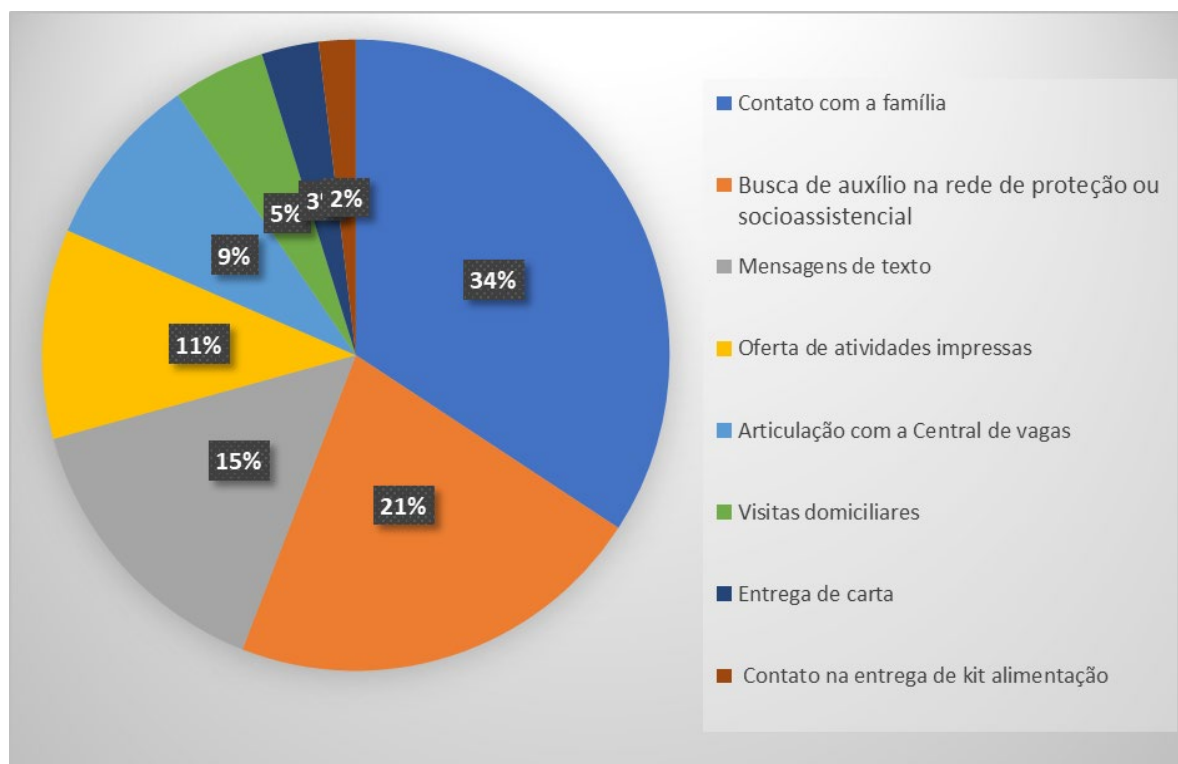
Além disso, o contato telefônico, as mensagens via aplicativo e a busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial também foram considerados métodos relativamente eficazes, indicando uma visão integrativa para lidar com as complexidades do abandono escolar, envolvendo não apenas o ambiente escolar, como também outros meios para enfrentar questões externas ao campo pedagógico, como questões de saúde e assistenciais – que também podem contribuir para o afastamento dos estudantes.

6.2.2 Ano de 2021

Das intervenções mencionadas nas planilhas, destacam-se o contato com as famílias e a busca pelo auxílio na rede. Nesse sentido, o Gráfico 8, a seguir, revela que mediação com a família foi a primeira alternativa e o meio para identificar os motivos do afastamento do estudante, porém, relatos de números bloqueados por falta de recarga no celular demonstram o desafio do contato e da localização dos alunos.

Já a articulação com a rede foi acionada tanto para busca de atualização de contato das famílias quanto para encaminhamento de situações que demandavam auxílio na saúde, assistência social ou necessidade de medidas protetivas. Ela apresenta-se em 21% das citações presentes nas planilhas de trabalho do núcleo Busca Ativa, sendo a segunda intervenção mais frequente.

Gráfico 8 - Intervenções em 2021



Fonte: elaborado pela autora.

Houve também relatos de famílias com problemas e dificuldades, como violência doméstica e dificuldades socioeconômicas. A busca de informações junto ao CRAS e ao CadÚnico foi utilizada como suporte. Além disso, foram feitos contatos com postos de saúde e enfermeiros para oferecer suporte e acompanhamento aos alunos e suas famílias.

“Entramos em contato com o CRAS para tentar auxílio para a família. Combinamos que [informação oculta] irá buscar auxílio para [informação oculta] no CRAS da região e que eu liguei para ela na próxima semana para saber se conseguiu” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2021).

A oferta ou entrega de atividades impressas surge com 11% e converge com a dificuldade para acessar as plataformas digitais, identificada como um dos principais motivos do afastamento do estudante, como visto na seção anterior.

“[informação oculta] informou que o aluno está com dificuldades de enviar as atividades na plataforma e que está em dúvida se o filho volta às aulas presenciais. Foi orientada a procurar a escola para fazer a retirada de atividades impressas” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2021).

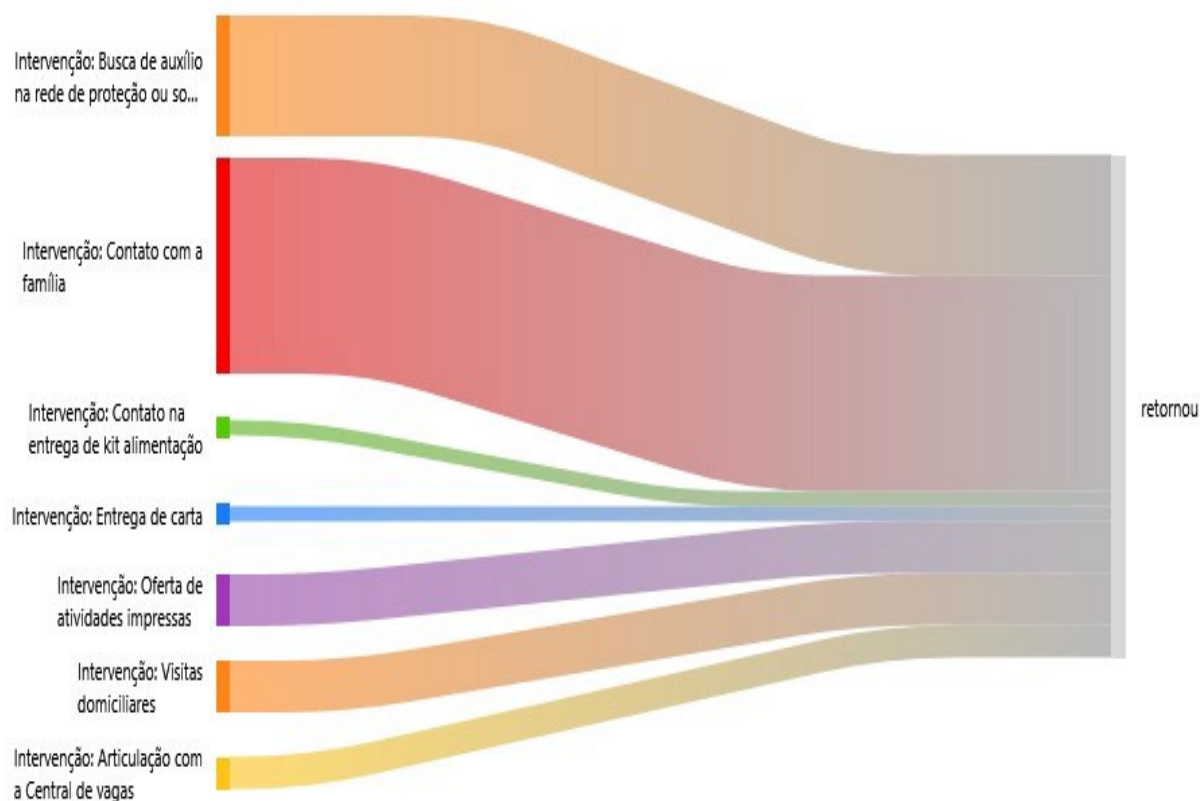
Com relação direta ao motivo “Mudança de endereço”, a articulação com a Central de Vagas demonstra 9% das ações interventivas realizadas pela Busca Ativa.

Na sequência, com menos incidência, estão a entrega de cartas, a busca do contato com a família na entrega de kit alimentação e as visitas, estas últimas que representam 5% das intervenções em 2021 e só foram realizadas nos casos em que o contato via telefone não foi possível.

“Encaminhada para visita domiciliar (VD). No dia 14/07 fizemos VD para esta família. [informação oculta] nos disse que as crianças estavam fazendo as atividades, porém ainda não tinha ido entregar. Disse que há vinte dias foi a última vez que tinha ido buscar atividades na escola” (Relato constante na Planilha Busca Ativa, 2021).

Com relação à efetividade das intervenções, a seguir, a Figura 17 explicita a relação entre intervenções e retorno.

Figura 17 - Intervenções com maior efetividade – 2021

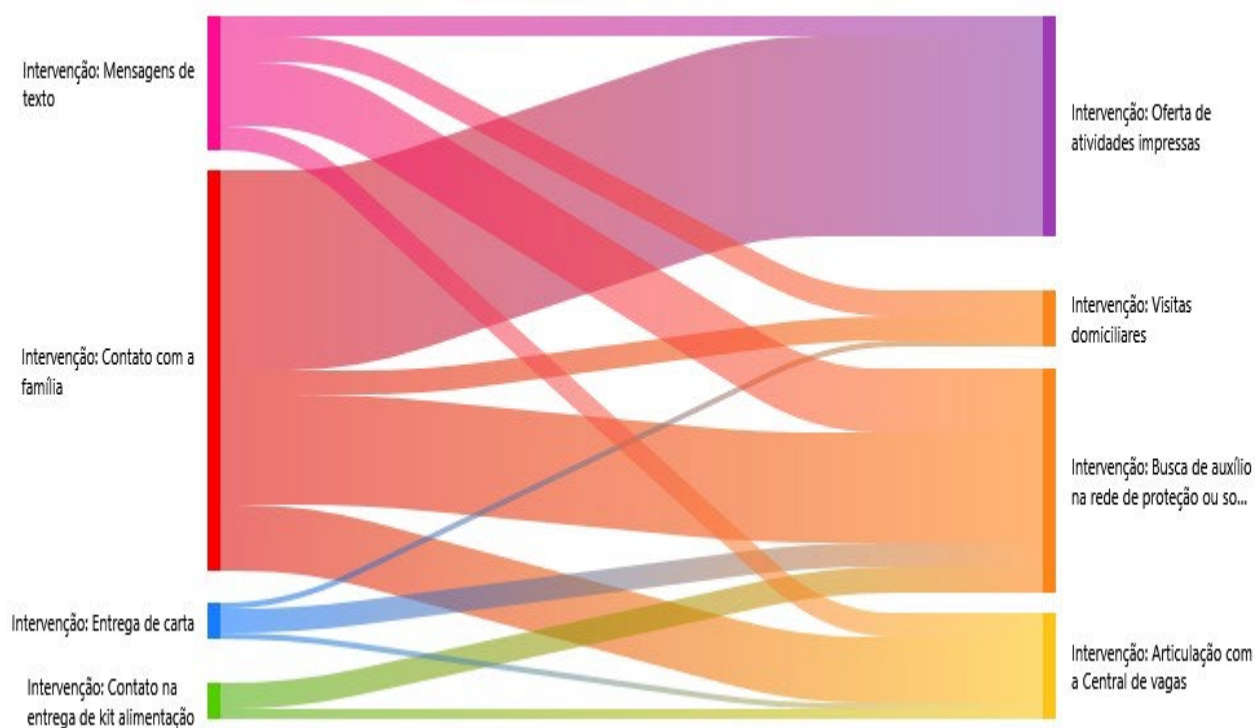


Fonte: elaborado pela autora.

O fluxo representado na Figura 17 demonstra que as intervenções que apresentaram maior efetividade com o retorno dos estudantes para a interação

escolar foram o contato com a família e a busca pelo auxílio na rede. Em algumas situações, foi necessário realizar mais de uma intervenção para o resgate do aluno ao vínculo escolar. A seguir, a Figura 18 apresenta as correlações entre as intervenções.

Figura 18 - Correlações entre as intervenções – 2021

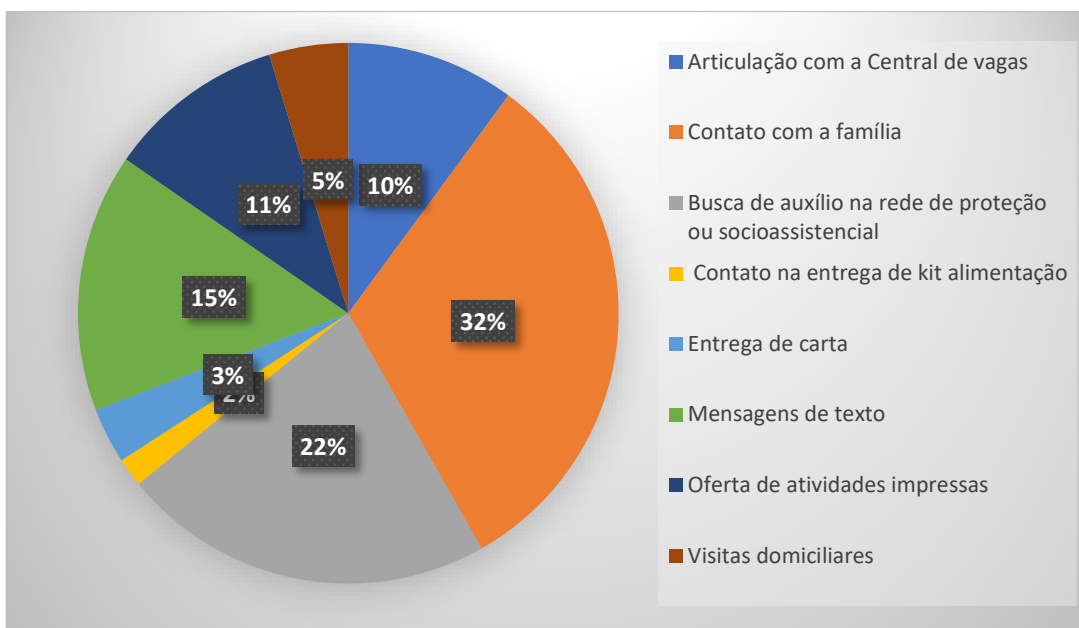


Fonte: elaborado pela autora.

O diagrama mostrado pela Figura 18 aponta que o contato com a família se correlaciona em maior proporção com a oferta de materiais impressos, seguido da busca de auxílio na rede.

Quanto às intervenções realizadas nas escolas com maior e menor abandono de cada região, observaram-se os dados apresentados a seguir, nos Gráficos 9 e 10.

Gráfico 9 - Intervenções realizadas nas escolas com maior abandono - 2021

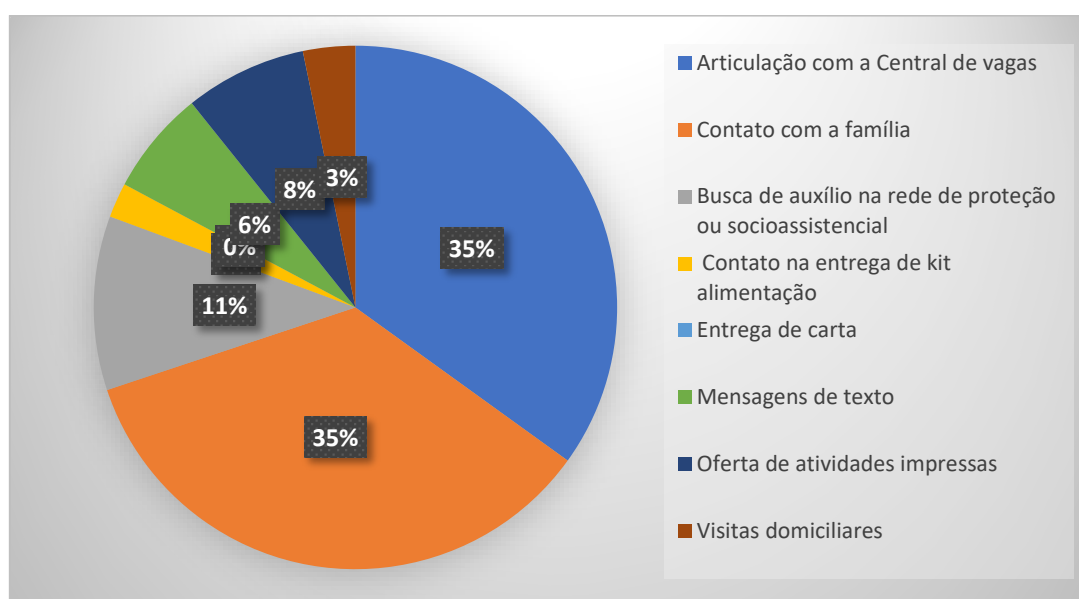


Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 9 demonstra que, nas escolas com maior índice de abandono, as duas principais intervenções realizadas foram o contato telefônico com as famílias e a busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial.

A seguir, as intervenções realizadas nas escolas com menor abandono estão demonstradas pelo Gráfico 10.

Gráfico 10 - Intervenções realizadas nas escolas com menor abandono - 2021



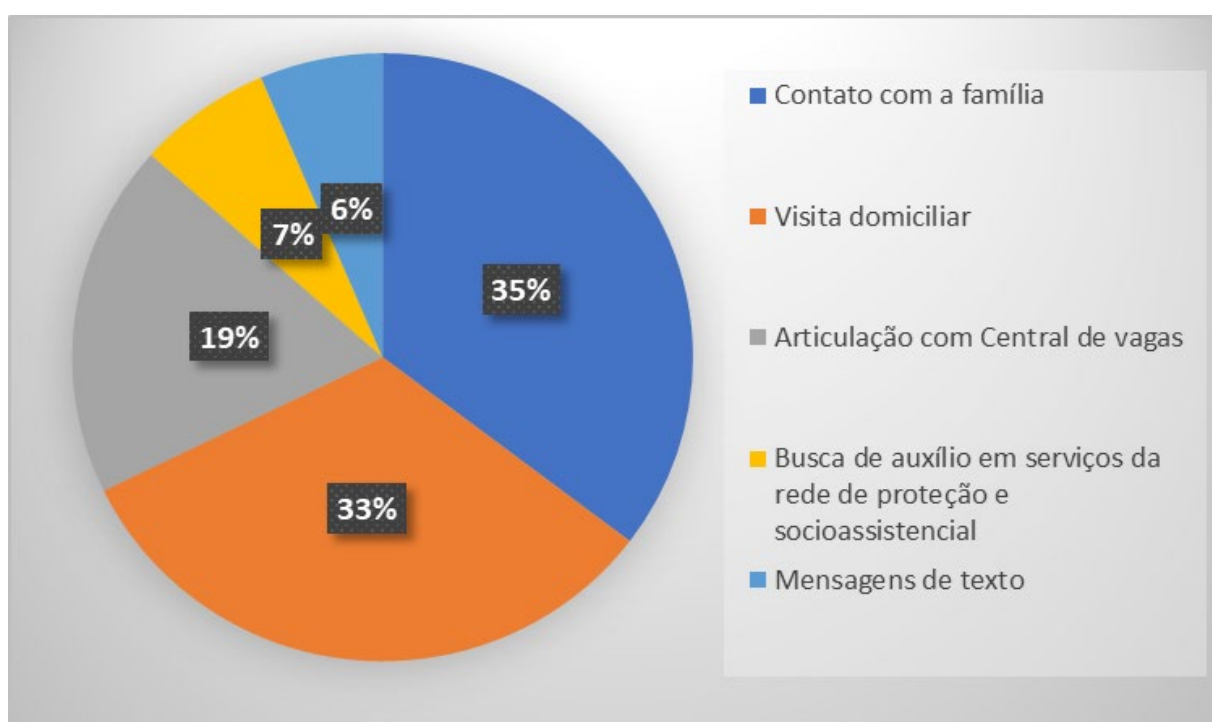
Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 10 mostra que, nas escolas com menor índice de abandono, a articulação com a Central de Vagas foi a intervenção mais frequente, além do contato com a família. Enquanto no Gráfico 9 as intervenções estão distribuídas de maneira mais homogênea, indicando uma maior diversidade nos desafios enfrentados, no Gráfico 10, as intervenções estão concentradas predominantemente em duas estratégias, sugerindo a existência de problemas específicos nessas escolas.

6.2.3 Ano de 2022

Das intervenções realizadas no ano de 2022, as que aparecem com maior frequência nos registros são o contato com a família através de ligações telefônicas (35%) e a visita domiciliar (33%), conforme exprime o Gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 - Principais Intervenções realizadas - 2022



Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar o Gráfico 11, verifica-se que os resultados mostram que o contato telefônico continua sendo a primeira alternativa de intervenção com a família, entretanto, são as visitas domiciliares que fornecem maior compreensão da situação na qual a família se encontra, assim como dos fatores impeditivos ao acesso escolar, como revela o fragmento extraído da planilha Busca Ativa 2022 a seguir: “Segundo a

mãe, a [...] não está vindo à aula, porque o pai estava sendo ameaçado de morte e como o pai fugiu eles prometeram que iriam atrás da filha. Acionar o conselho tutelar”.

Nos registros, é possível perceber que, a cada situação, é atribuído um encaminhamento, levando em consideração a realidade de cada um, como pode ser visto na citação presente na planilha Busca Ativa 2022: *“[...] fomos fazer VD e encontramos [informação oculta] e sua mãe em casa. Ela ganhou bebê, e por este motivo não foi mais à aula. Encaminhar os estudos domiciliares junto à escola”.*

A seguir, apresenta-se uma síntese analítica acerca das intervenções realizadas para o resgate dos estudantes ao vínculo escolar.

6.2.4 Análise das intervenções

Esta seção tem o objetivo de explorar o significado das intervenções realizadas nos anos de 2020, 2021 e 2022, de forma integrada. Na sequência, o Quadro 10 integra as intervenções mais frequentes nas escolas nos anos de 2020 a 2022.

Quadro 10 - Intervenções por ano

Incidência	2020	2021	2022
1º	Mensagens via aplicativo	Contato com a família	Contato com a família
2º	Contato telefônico	Busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial	Visita domiciliar
3º	Busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial	Mensagem de texto	Articulação com central de vagas
4º	Visitas domiciliares	Oferta de atividades impressas	Busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial

Fonte: elaborado pela autora.

A análise das intervenções implementadas nos anos de 2020, 2021 e 2022 para enfrentar o desafio do abandono escolar revela uma adaptação estratégica ao longo do tempo, refletindo a dinâmica das circunstâncias e dos desafios enfrentados.

Em 2020, diante da rápida necessidade da transição para o ensino remoto, as mensagens via aplicativos e o contato telefônico surgiram como estratégias iniciais. Essas estratégias refletiram a necessidade urgente de manter o vínculo com os estudantes, utilizando os meios de comunicação digital disponíveis. Assim, a conectividade digital tornou-se crucial em um contexto de distanciamento social imposto pela pandemia.

A pesquisa de Rocha (2022) destaca que a pandemia intensificou a necessidade de uma maior colaboração entre família e escola. Observou-se que o WhatsApp se tornou o principal meio de comunicação em virtude da familiaridade da maioria com essa ferramenta.

É importante reconhecer que a família desempenha um papel fundamental na educação, e a escola tem a responsabilidade de facilitar e encontrar maneiras de incentivar a participação dos pais, mães e responsáveis, buscando seu maior envolvimento no processo educacional dos filhos. Todavia, segundo a pesquisa de Rocha (2022, p. 72),

[...] todo o processo educativo, durante a pandemia, ocorreu de forma experimental para a escola, assim como para as famílias, que além de estarem sendo colocadas em um papel nunca antes desempenhado por elas, obrigou-as, de um momento para outro, a se tornarem o principal elo entre a escola e as crianças.

No ano seguinte, em 2021, observa-se uma continuidade no contato com as famílias como principal intervenção, evidenciando o reconhecimento do papel fundamental da mediação familiar no acompanhamento dos estudantes. A busca de auxílio na rede de proteção ou socioassistencial, mencionada anteriormente em 2020, ganhou maior ênfase em 2021, persistindo nas menções em 2022. Isso aponta para a compreensão da necessidade de envolver diversos atores na garantia do direito à educação, reconhecendo os desafios socioeconômicos enfrentados pelos estudantes. Segundo Silva, (2021, p. 204):

Mesmo os motivos sendo de ordem alheia à atuação direta da escola, espera-se dessa instituição uma atuação político pedagógica na qual os fatores relacionados ao “mundo do aluno” estejam incluídos e que seja capaz de congrega em sua estrutura de funcionamento e gestão a ação intersetorial com a rede de proteção como meio de garantir o direito à educação.

Outro aspecto foi a oferta de atividades impressas, que refletiu uma tentativa de superar barreiras tecnológicas, como a falta de acesso à internet, computadores ou celulares.

No ano de 2022, a continuidade do contato com as famílias permaneceu como uma prioridade, reforçando a importância do vínculo entre educação e família. A visita domiciliar destaca-se como uma estratégia de destaque, enfatizando a necessidade do contato presencial para alcançar as famílias e compreender mais profundamente o contexto dos estudantes.

Apesar das visitas domiciliares ainda receberem uma resistência no processo de busca ativa, Klein (2018, p. 160) verificou em sua pesquisa que

[...] o dilema da busca ativa como um conjunto de tarefas a serem realizadas pela equipe da escola, dentre elas a visita domiciliar, demandou a participação do sindicato para fazer a defesa da função do trabalho docente e das condições para operacionalização do programa.

Também no estudo de Rodrigues (2019, p. 92) verificou-se que

[...] as conselheiras tutelares também citam esse fato na entrevista, no sentido de que, muitas vezes, a escola não faz as visitas por relatar a falta de profissionais e de veículo, e salientam que, nesse caso, os responsáveis pela educação deveriam trabalhar essa questão.

Em realização ao excerto anterior, tem-se que as visitas em São Leopoldo ocorrem em sua maioria realizadas pelos profissionais do núcleo Busca Ativa vinculado a SMED.

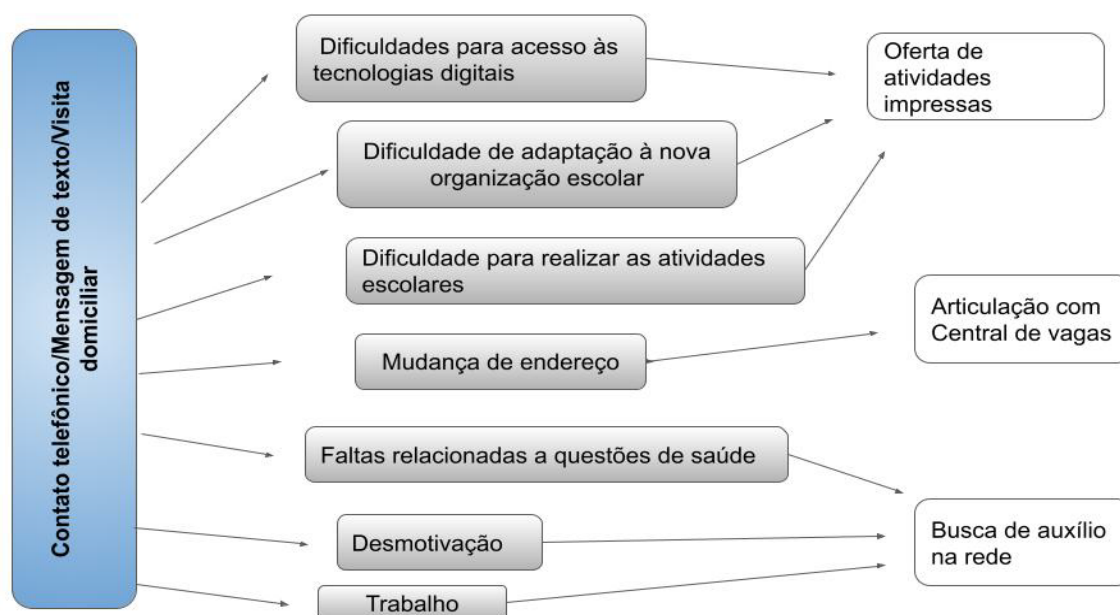
A articulação com a central de vagas sinaliza uma preocupação com a realocação de vagas, reconhecendo a mudança de endereço como um dos fatores significativos para o abandono escolar, conforme mencionado no estudo de Silva (2021, p. 215):

[...] as famílias, quando buscam se estabelecer nos novos territórios, nem sempre procuram imediatamente as escolas ou as coordenadorias de ensino. Mesmo quando têm essa preocupação, não dominam estratégias, tecnologias (como no caso da matrícula digital, por exemplo) e conhecimentos locais, e não possuem as redes sociais necessárias para garantir seu acesso. Vários relatos limitavam-se a expor locais de origem, tempo de chegada no novo território e em afirmar a não consecução de uma vaga na nova vizinhança.

Além disso, Silva (2021) complementa citando casos em que a criança perdeu a vaga devido a uma ausência temporária da escola, muitas vezes relacionada a uma mudança. Isso indica um processo de exclusão resultante da desvinculação pelo sistema educacional – que não acompanha o destino dessa criança, havendo necessidade de articulação intersetorial para a reversão rápida dessa situação.

A seguir, a Figura 19 mostra o fluxo que integra os principais motivos identificados ao longo do tempo às intervenções realizadas.

Figura 19 - Fluxo entre motivos e intervenções



Fonte: elaborada pela autora.

O processo de busca ativa inicia-se a partir ação de ir ao encontro da família, seja pelo contato telefônico, seja pelas visitas domiciliares. O fluxo representado pela Figura 19 mostra que o contato com a família é uma intervenção de mediação que auxilia na identificação dos motivos pelos quais os estudantes se afastam da escola. Além disso, desempenha um papel essencial na busca de alternativas e na mobilização de outros atores para superar as barreiras enfrentadas pelos estudantes.

A pesquisa de Silva (2021, p. 271) constatou que,

[...] diante de uma situação de infrequência crônica, não bastava 'chamar a família à escola' ou 'notificar o Conselho Tutelar'. Isso, em muitos casos, incorria numa simples resolução procedimental que cumpria o protocolo escolar, porém levava o caso ao esquecimento.

Silva (2021) ainda destaca a necessidade de melhorar a comunicação entre escola e famílias populares, atendendo às demandas familiares. Em uma dinâmica que, por vezes, segue uma hierarquia, a escola tem a tendência de afastar crianças e adolescentes que não atendem aos critérios burocráticos ou meritocráticos, rotulando-os como inadequados para o ambiente escolar. Conseqüentemente, esses estudantes deixam de ser considerados como "problemas" pela escola e são incluídos em um grupo de casos relegados a uma trajetória de baixa escolarização ou mesmo à não escolarização.

A eficácia da busca ativa reside na habilidade de diagnosticar a realidade das famílias, dos territórios e dos motivos que levam crianças e adolescentes à infrequência ou ao abandono escolar. Assumindo o papel de mediadora, a Busca Ativa atua como interlocutora entre as políticas educacionais internas e externas à secretaria. Essa atuação impulsiona a colaboração da rede intersetorial, destacando a importância da intersetorialidade para superar as barreiras tanto internas quanto externas à escola, que resultam em situações de exclusão (Silva, 2021a).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fase conclusiva da escrita desta dissertação, retoma-se a temática proposta sem a intenção de apresentar respostas definitivas, mas sim, de refletir sobre os resultados obtidos. A escolha pelo tema do abandono escolar representou uma volta às experiências pessoais e profissionais. Ao longo da pesquisa, a autora deparou-se, em diversos momentos, com conflitos pessoais e ideológicos, ora procurando distanciamento na posição de professora e gestora, ora aproximando-se disso.

Importante salientar que, em nenhum momento, a pesquisadora se desvincula da identidade de Daiane, sujeito, professora e gestora, pois a compreensão empregada na reflexão do processo de investigação emerge da constituição dessas diversas facetas. Nesse sentido, reconhecer as fragilidades de uma política da gestão da qual faz parte não é uma tarefa simples. Neste momento, pondera-se sobre os resultados, buscando abrir novos caminhos para futuras investigações, visando contribuir com a academia e orientar os planejamentos das políticas educacionais a serem implementadas.

Diante do exposto, retoma-se a questão central abordada nesta pesquisa, que é investigar quais foram os efeitos da política pública da Busca Ativa Escolar no enfrentamento ao abandono e à evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo durante o contexto pandêmico da covid-19 no período de 2020 a 2022.

A condução da pesquisa foi orientada por três objetivos específicos: a) caracterizar o contexto educacional e as taxas de abandono e evasão escolar na rede municipal de ensino; b) mapear e descrever as políticas e as práticas instituídas na rede municipal de São Leopoldo, que podem se articular à Busca Ativa e contribuir para a permanência escolar, prevenção e enfrentamento ao abandono e a evasão escolar; e c) analisar a efetividade da Busca Ativa como política de prevenção e enfrentamento ao abandono e evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo.

A caracterização do contexto educacional e das taxas de abandono e evasão escolar na rede municipal de ensino foi realizada com base nas informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, além dos dados do INEP referentes à reprovação, distorção idade/ano e abandono escolar de 2012 a 2022. Os dados de reprovação e distorção idade/ano foram apresentados considerando tanto a reprovação quanto a distorção

idade/ano como parte do ciclo do abandono escolar, ou seja, um indicador implica no outro.

Ao examinarem-se os dados, torna-se evidente que, embora as taxas de reprovação e distorção idade/ano apresentem uma tendência mais pronunciada de queda, com uma redução significativa ao longo dos últimos dez anos, a taxa de abandono manifesta alterações mais discretas, denotando uma maior estabilidade. Essa dinâmica é resultado da complexidade intrínseca dos fatores que permeiam o fenômeno do abandono escolar. Portanto, para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno e uma análise mais eficaz da política de enfrentamento, tornou-se crucial entender as raízes dos motivos que levam os estudantes a se desvincularem da escola.

Para análise da efetividade da política Busca Ativa, foram coletadas, no banco de dados da Busca Ativa, informações provenientes de planilhas e entrevistas realizadas com equipes diretivas, referentes ao período de 2020 a 2022. Os dados levantados foram divididos em duas categorias: motivos do afastamento; e intervenções realizadas.

Na categoria dos motivos, os resultados apontaram que, durante a pandemia, houve uma convergência de motivos responsáveis pela desvinculação da escola, como a falta de acesso às tecnologias e ferramentas digitais atrelada às constantes mudanças de domicílios, necessitando realocação das vagas ou adequação do transporte.

Assim como a instabilidade residencial, outro fator que se destacou – externo à escola – relaciona-se às questões de saúde do estudante ou de seu familiar, demonstrando a urgência de que a política educacional possua uma constante articulação com as políticas públicas de atendimento de saúde por meio dos programas relacionados à saúde da família e outros serviços públicos.

O trabalho também é evidenciado como uma das razões para o afastamento escolar, demonstrando que a necessidade de contribuir para o sustento familiar muitas vezes entra em conflito com a continuidade dos estudos. Por fim, a desmotivação pode ser considerada um reflexo dos diversos desafios enfrentados pelas famílias – no âmbito pedagógico, social ou emocional.

Os motivos identificados durante a pesquisa revelam a exclusão educacional como uma das consequências da vulnerabilidade social das famílias e justificam o desafio que é a reversão das taxas de abandono.

Em parte, essa situação foi exacerbada pela pandemia de COVID-19, que agravou a vulnerabilidade social, mas não se limitam ao contexto pandêmico. Essas situações evidentemente extrapolam as competências específicas da escola. No entanto, questiona-se como as escolas podem intervir diante de desafios sociais tão intrincados e, ao mesmo tempo, garantir o direito à educação e ao aprendizado dos alunos que vivenciam circunstâncias vulneráveis. Os indicadores de abandono evidenciam que essa questão ainda permanece uma incógnita, já que, ao comparar as taxas em níveis municipal, estadual e nacional, percebeu-se a necessidade de ampliar a capacidade das instituições escolares em lidar com desafios, incluindo aqueles relacionados a fatores externos à escola.

Ao analisar a categoria de intervenções realizadas pela Busca Ativa, destaca-se o contato com a família como um esforço para assumir o papel mediador diante das demandas familiares, ressaltando a urgência de aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação entre a escola e as famílias. Além da mediação com as famílias, a articulação com a Central de Matrículas e a busca de auxílio na rede intersetorial demonstram a tentativa de mediar com setores e políticas tanto internas quanto externas à Secretaria de Educação, evidenciando a necessidade de políticas intersetoriais integradas.

O mapeamento das políticas implementadas pelo município que podem se articular com a Busca Ativa no enfrentamento ao abandono foi realizado com base na análise de documentos normativos internos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, bem como em decretos e leis que orientam a aplicação das políticas educacionais, entre as quais se identificaram seis, quais sejam: os programas Mais Educa São Leo; Acelera; Educação para as Relações Étnico-raciais; Conviver; Núcleo de Apoio à Pesquisa e Processo de Inclusão (NAPPI); e Programa de Sustentabilidade na Cidade (PESC).

Os programas Mais Educa São Leo, Acelera, Educação para as Relações Étnico-Raciais e a assessoria do NAPPI desempenham um papel direto na promoção da inclusão e permanência de crianças e adolescentes que, historicamente, enfrentam processos de exclusão educacional. Por outro lado, os programas Conviver e PESC concentram-se, de forma mais intensa, na promoção da escola como um espaço acolhedor.

Tais políticas são importantes porque incidem principalmente em questões estruturais da sociedade, que, ao serem reproduzidas no ambiente escolar, culminam

na segregação e exclusão de estudantes por raça, gênero, credo, condição econômica, sensorial, cognitiva etc. No entanto, em se tratando de políticas que atuam com a transformação de paradigmas sociais, os efeitos não são imediatos e devem operar de maneira integrada como forma de potencializar a efetividade. Nesse sentido, um dos maiores efeitos imediatos da política Busca Ativa foi impulsionar a articulação entre as políticas, culminando na concretização do Centro Municipal de Educação Inclusiva Paulo Freire, que ocorreu no decorrer desta pesquisa.

A criação do CEMEI Paulo Freire é resultado da necessidade de integrar as políticas com o objetivo de fortalecer o enfrentamento à exclusão escolar, demonstrando mais uma vez a necessidade da intersetorialidade entre as políticas para o enfrentamento das desigualdades. Nessa perspectiva, ao integrar o Centro, a política de enfrentamento ao abandono Busca Ativa Escolar colabora com a expansão do conceito de inclusão educacional, não apenas sob a ótica da educação especial, como também dentro de um contexto de educação inclusiva que reconhece as diversas facetas das diferenças, incluindo aspectos étnicos, sociais, culturais, de gênero, intelectuais, físicos e sensoriais. Esse reconhecimento é crucial para a mobilização de políticas que atuem no enfrentamento às desigualdades.

Diante do exposto, esta pesquisa aponta para a necessidade de as políticas educacionais atuarem de forma articulada internamente e principalmente com as políticas da assistência social e saúde, de modo a operar no enfrentamento às múltiplas facetas da exclusão escolar.

Como limitação na pesquisa, identificou-se a ausência dos indicadores de reprovação e abandono durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021. Também não se identificaram informações no banco de dados referentes a questões intraescolares como motivos do afastamento.

Sugere-se como continuidade da pesquisa aprofundar a análise das relações intersetoriais entre as políticas governamentais e outras organizações do território, focando especificamente em como essa relação desempenha um papel crucial na promoção e garantia do direito à educação. Também investigar de que maneira as diversas esferas no território colabora para superar barreiras enfrentadas pelos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, e pode fornecer caminhos a serem trilhados para a efetividade do enfrentamento ao abandono.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ALMANACK Escolar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., 1935.
- AMADO, J. **A revolta dos Mucker**: Rio Grande do Sul, 1868-1898. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- ARAÚJO, A. C. de.; SILVA, C. N. N.; MENDES, J. de S. Introdução. In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C. de.; MENDES, Josué de Sousa (org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília, DF: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.
- ARAÚJO, C. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: ARGOLO, Fernanda; RUBIM, Linda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 33-50.
- ARROYO, Miguel González. O direito à educação e a nova segregação social e racial: tempos insatisfatórios? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15-47, jul./set. 2015.
- BAGOLIN, I. P.; SALATA, A.; MATTOS, E. J. **Pobreza Social no Brasil: 2012-2021**. In: PUCRS Data Social: Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho. Porto Alegre: PUCRS Data Social, 2022. Disponível em: https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2023/02/Estudo-Pobreza-Social-19.01_final.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de: Janete Bridon, Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLARDO, W. S. **Trajetória da burocracia educacional**: recrutamento e recursos de poder. 2015. 393 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2015.
- BELLO, E., B., G.; LIMA, M. M. A. B. O fim das ilusões constitucionais de 1988?. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2019.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer CNE/CP nº 9/2020**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 8 jun. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 12.435 de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral**. Brasília: MEC, 2009. (Série Mais Educação).

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa saúde na escola**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. 6. ed. Brasília, DF: SVS, 2005.

BUSCA Ativa Escolar. **Estrutura e funcionamento da estratégia**. In: BUSCA Ativa Escolar. [S. l.], 2023.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo-projetos em disputa. **Trabalho necessário**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 1-26, 2022.

CARDOSO, G. **A mídia na sociedade em rede**: filtros, vitrines, notícias. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CARVALHO, M. S. *et al.* Desigualdades socioeconômicas e COVID-19: uma revisão sistemática da literatura nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 151-170, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.26532020>.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálisis*, v. 24, n. 2, maio/ago. 2021.

CASTRO, M. G. O golpe de 2016 e a demonização de gênero. In: ARGOLO, F.; RUBIM, L. (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. xx-xx.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os Parâmetros para a Institucionalização e Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA), 2006.

COVID-19: painel coronavírus. *In*: CORONAVÍRUS Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

CRUZ, A. A. da. **As contribuições do Programa Bolsa Família para redução do abandono escolar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: [alinealbuquerquecruz.pdf](#). Acesso em: 22 out. 2022.

DANTAS, L. M. V. *et al.* Afiliação no sexto ano do ensino fundamental sob o olhar dos alunos. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 51, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. *E-book*.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, [s. l.], v. 22, 2016.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. D. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. *In*: DORE, R.; ARAÚJO, A. C. de; MENDES, J. S. (org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 379-414.

DREHER, M. N. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FEUERWERKER, L. M.; COSTA, H. Intersetorialidade na rede Unida. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 22, dez. 2000.

FOLLMANN, J. I.; PINHEIRO, A. Afrodescendentes em São Leopoldo: memória coletiva e processos de identidade. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 141-152, 2011.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 34, n. 100, p. 29-41, 2020.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, p. 1059-1079, 2009.

GHOHE, S. L. S.; VIEL, V. C. Formação docente em tempos incertos: Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade – PESC. *In*: EDEA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS MULTIPLAS CRISES: QUE MUNDO QUEREMOS, 12., Rio Grande, 2020. **Anais eletrônicos** [...]. Rio Grande: Edea, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em educação*, [s. l.], n. 1, 2014.

GONÇALVES, M. E.; RIOS-NETO, E. L.; CÉSAR, C. C. A evasão escolar no ensino fundamental e sua associação com a pobreza. **Revista Desenvolvimento Social**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-22, 2020.

GRÜTZMANN, I.; DREHER, M. N.; FELDENS, J. A. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

HOOKS, B. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

INFORMAÇÃO e gestão da atenção básica. *In*: E-GESTOR. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua**: taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi de 14,7%. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31475-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-no-primeiro-trimestre-de-2021-foi-de-147>. Acesso em: 01 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101780.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopses estatísticas**: 2007 – 2019. Brasília, DF: Inep, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores educacionais**: 2009 – 2019. Brasília, DF: Inep, 2009.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Livraria

Francisco Alves, 1963.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão da política de saúde e as organizações do terceiro setor. **Revista Gestão & Tecnologia**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2003.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 4, n. 6, 2000.

KLEN, R. A. D. **Política de enfrentamento à evasão escolar no Paraná (2005-2017)**: análise das inter-relações entre formuladores e atores no contexto da produção e da prática na Rede Estadual de Ensino em São José dos Pinhais. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LEITE JÚNIOR., Jaime Daniel; FARIAS, Magno Nunes; MARTINS, Sofia. Dona Ivone Lara e terapia ocupacional: devir-negro da história da profissão. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [s. l.], v. 29, 2021.

LEMKE, R. A.; SILVA, R. A. N. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2010.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 46, n.159, p.38-62, jan./mar. 2016.

LIMA, A. P. T.; PEREIRA, M. D. F. S. Educação x pandemia: Os desafios do ensino remoto. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 68803-68815, 2021.

LIMEIRA, L. C. **Direito à educação básica no distrito federal**: a complexa relação entre sua compreensão e a atuação de diferentes atores sociais. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2018.

LOSADA, G. **Todos os nomes na escola**: a (in)visibilidade dos alunos—uma discussão sobre o acesso e a permanência no Ensino Fundamental. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MACHADO, M. C. G. O decreto de Leônicio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 90-103.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000 – 2006): mapeamento e problematizações. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 40, jan./abr. 2009a.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. **Análise de políticas educacionais**: breves considerações teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2009b.

MAINARDES, J; GANDIN, L, A. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. *In*: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. (org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MAINARDES, J; MARCONDES, I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MARINHO, D. S. de B.; PIMENTEL, G. S. R. Política educacional e o direito à educação: estudo da efetivação na rede pública municipal. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 1172-1188, 2021.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. *In*: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, M. C. D. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, 2012.

MINAYO, M. C. D. S., e SANCHEZ, O. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementariedade. Brasília, DF: Editora, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, L. F. de. Educação não formal e educação ambiental: uma experiência no âmbito comunitário. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 11-26, 2017.

MONARI, A. C. P. *et al.* Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc Em Revista**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2021.

MORENO, B. S. **Secretarias estaduais de educação e gestão de redes de ensino durante a pandemia da Covid-19**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MOROSINI, M. C. **Educação não formal e espaços de aprendizagem na cultura digital**. São Paulo: Atlas, 2017.

MOTA JUNIOR, W. P. D.; MAUÉS, O. C. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 39, 2014.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

MURTA, A. C. D.; CARVALHO, L. M. A. de. Como compatibilizar tributação e cidadania no cenário de crise fiscal. **Revista Meritum**, [s. l.], v. 12, n. 1, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, J. B. A. Correção do fluxo escolar: um balanço do programa acelera Brasil (1997-2000). *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], v. 116, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Coronavírus (COVID-19): relatório de situação**. Genebra: OMS, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. [S. l.]: OPAS, 2023.

PARENTE, M. M. D. A.; LÜCK, H. **Mecanismos e experiências de correção do fluxo escolar no ensino fundamental**. 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. Perdizes: Cortez, 2022.

PINHEIRO; R. P.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 2006.

PRADO, N. C. **Programa agente da educação no município de Salvador – Bahia: um estudo sobre a percepção dos agentes da educação no enfrentamento à evasão no ensino fundamental – 2015-2017**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania), Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. **Comitê define toque de recolher a partir das 23h e fechamento de praças e parques**. São Leopoldo, 21 dez. 2020a. Facebook: Prefeitura de São Leopoldo. Disponível em: <https://www.facebook.com/saoleopoldo/posts/pfbid0Qr2u45J8tg61jfV7S2JxHiEM6NUYMe5DfiVa88a5soarftgtiTw1bRqs1wVV9EtUl>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. **Guarda Municipal realiza ação de conscientização em praças e parque**. São Leopoldo, 31 maio 2020b. Facebook: Prefeitura de São Leopoldo. Disponível em: <https://www.facebook.com/saoleopoldo/posts/pfbid02BVQTML4YXxNf8RoHnFDz5Ttv94HirU8Xmahgwpvzxc9b12AJAUuMGxSvBhP5nBcJl>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. **Prefeito Vanazzi anuncia retorno de atividades escolares de modo não presencial, a partir de 19 de agosto**. São Leopoldo, 14 ago. 2020c. Facebook: Prefeitura de São Leopoldo. Disponível em: <https://www.facebook.com/saoleopoldo/posts/pfbid02cgrY3RvbyRveh5SmfJUR55M44nk6EVtKJuEykLXjiFeDSLPHYWGfvGJB6yNLdzRjml>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. **Prefeitura distribui cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade**. São Leopoldo, 27 abr. 2020d. Facebook: Prefeitura de São Leopoldo. Disponível em:

<https://www.facebook.com/saoleopoldo/posts/pfbid02rNp52pr9DsK2DtckhBe3LmX6DHmqMHsz7S6Bto9C3sXiYeAJpEC21JT3xhu4La71l>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. **Rede de ação solidária inicia a semana com mais de 100 famílias contempladas**. São Leopoldo, 5 ago. 2020e. Facebook: Prefeitura de São Leopoldo. Disponível em: <https://www.facebook.com/saoleopoldo/posts/pfbid0Yi6SDBRsvUPpraK4r1gn5bGUsmweNrdTSiHdwjiv9hBr9CAgPsxPN2DntnTC6p8Yl>. Acesso em: 14 nov. 2023.

REDE SOLIDÁRIA DE SÃO LEO. **[Reunião sobre distribuição de cestas básicas]**. São Leopoldo, 9 jun. 2020. Facebook: Rede Solidária São Leo. <https://www.facebook.com/redesolidariasaoleo/posts/pfbid02uBrz8B2ZSJqiN8TKP3BVFpZAIwVxsGzdiwzjp3ziwLVyVK6BhskKZZxKBNjNinXJl>. Acesso em: 14 nov. 2023.

RIBEIRO, L. M. A colonização alemã em São Leopoldo e a influência na educação. **Revista de História da Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, 2005.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio**: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. PR, 2010.

ROCHA, P. K. D. **A relação família-escola e a infância em tempos de pandemia**. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Organizacionais) – Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Organizacionais, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2022.

RODRIGUES, K. A. **O programa de aviso por infrequência de aluno (APOIA)**: um estudo de sua efetividade no enfrentamento à evasão escolar em Chapecó, SC. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES. 1997.

SÁ, A. L.; NARCISO, A. L. Ensino remoto em tempos de pandemia: os desafios enfrentados pelos professores. *In*: ENCONTRO VIRTUAL DE DOCUMENTAÇÃO EM SOFTWARE LIVRE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE, 9., 2020. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº 9476, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre Medidas Temporárias de Prevenção ao Contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19) no âmbito da Administração Pública Municipal de São Leopoldo. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 9.863, de 10 de julho de 2023**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar no Orçamento do Município no valor de R\$ 1.150.000,00 (Um milhão, cento e cinquenta mil reais) tendo como fonte o excesso

de arrecadação do MDE. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 2023a.

SÃO LEOPOLDO. **Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de São Leopoldo – 2021-2030**. São Leopoldo: PMSL, 2019.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Normativo do Acelera**. São Leopoldo: SMED, 2023b.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Mais Educa São Leo**: manual pedagógico: diretrizes e orientações. São Leopoldo: SMED, 2023c.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político-Pedagógico**. São Leopoldo: SMED, 2023d.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**. Brasília, DF: Enap. 2006.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: EST Edições, 1993.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA FILHO, R. B.; LIMA ARAÚJO, R. M. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por Escrito**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SILVA, B. A. R. D. A concepção empresarial da educação integral em tempo integral. *Educação & Realidade*, [s. l.], v. 43, 2018.

SILVA, J. V. G. da S. **Educação é um direito**: uma sociologia da exclusão escolar na cidade do Rio de Janeiro. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021a.

SILVA, K. R. **Do afastamento ao impeachment**: o jornalismo na construção de narrativas sobre Dilma Rousseff e os efeitos de sentido ao público leitor. 2021. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021b.

SILVA, Monica Ribeiro. **Direito à educação, universalização e qualidade**: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. *Jornal de Políticas Educacionais*, [s. l.], v. 9, n. 17/18, 2015.

SILVA, W. P. D. **Violência e educação**: impacto da violência sobre o fluxo escolar. 2020. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOUZA B. de, I. M. F.; OLIVEIRA M., A. M. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. **Revista Liberato**, v. 15, n. 23, p. 93-102, 2014.

SOUZA, C. M. P de.; PEREIRA, J. M.; RANKE, M. D. C. J. Reflexos da pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [s. l.], v. 5, 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [s. l.], v. 30, jul./dez. 2020.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: LeYa, 2016.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

THEODOULOU, S. Z. The contemporary language of public policy: a starting point. *In*: THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. (org.). **Public policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

TORRES, M. M. **Busca Ativa**: política de assistência. *In*: FERNANDES, R. M. C. HELLMANN, A. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). **[Recado do presidente da Undime sobre a volta às aulas presenciais]**. Brasília, DF, 12 maio 2020. Facebook: Undime. Disponível em: <https://www.facebook.com/undime/posts/pfbid02AGduHzzawxRxvUfQU39D4VKjUwMgaaTTXgALDij3htYitCr2tHZzTueUCXWVMT2jl>. Acesso em: 22 set. 2023.

UNICEF Brasil, Cenpec Educação. **Enfrentamento a cultura do Fracasso Escolar – Reprovação, abandono e distorção idade/série**. Jan. 2021. Disponível em [enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf](#) (unicef.org). Acesso em 06/04/2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Cenpec Educação. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Brasília, DF: Unicef, 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Busca ativa escolar: a implementação no município**. coordenação Andréia Peres. 2. ed. Brasília, DF: Unicef, 2022.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 908-937, 2016.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. O Conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2014.

WERLE, F. O. C. **O nacional e o local**: ingerência e permeabilidade na educação brasileira. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES SELECIONADAS
AGRUPADAS POR CATEGORIAS

Políticas educacionais de enfrentamento ao abandono

Nº	Autor(es)	Título	Referência	Ano	Tipo
1	Aline Albuquerque da Cruz	As contribuições do Programa Bolsa Família para redução do abandono escolar	Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública	2017	Dissertação
2	Rosana Aparecida Deaklen	Política de enfrentamento à evasão escolar no Paraná (2005-2017) : análise das inter-relações entre formuladores e atores no contexto da produção e da prática na Rede Estadual de Ensino em São José dos Pinhais	Universidade Federal do Paraná Programa de Pós-graduação em Educação	2018	Dissertação
3	Luciana Cordeiro Limeira	Direito à educação básica no distrito federal: a complexa relação entre sua compreensão e a atuação de diferentes atores sociais	Universidade Católica de Brasília, Brasília Programa Stricto Sensu em Educação	2018	Tese
4	Katia Aparecida Rodrigues	O programa de aviso por infrequência de aluno (apoia): um estudo de sua efetividade no enfrentamento à evasão escolar em Chapecó, sc	Universidade Federal da Fronteira Sul Programa de Pós-Graduação em Educação	2019	Dissertação
5	Nadjane Crisóstomo Prado	Programa agente da educação no município de Salvador – Bahia: um estudo sobre a percepção dos agentes da educação no enfrentamento à evasão no ensino fundamental - 2015-2017	Universidade Católica do Salvador Pró - reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania	2019	Dissertação
6	Delyana Santana de Britto Marinho; Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	Política educacional e o direito à educação: estudo da efetivação na rede pública municipal	Revista Educação e Políticas em Debate 10(3):1172-1188	2021	Artigo
7	Julia Ventura Gomes da Silva	Educação é um direito: uma sociologia da exclusão escolar na cidade do Rio de Janeiro	Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais	2021	Tese

Fonte: elaborado pela autora.

Abandono e evasão escolar

Nº	Autor(es)	Título	Referência	Ano	Tipo
1	Raimundo Barbosa Silva Filho; Ronaldo Marcos de Lima Araújo	Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências	Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48.	2017	Artigo
2	Gorete Losada	Todos os nomes na escola: a (in)visibilidade dos alunos – uma discussão sobre o acesso e a permanência no ensino fundamental	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação em Educação	2017	Dissertação
3	Maria Elizete Gonçalves; Eduardo L.G. Rios-Neto; Cibele Comini César	Evasão Escolar no Ensino Fundamental e sua associação com a pobreza	Revista Desenvolvimento Social, v. 1, n. 2, p. 1-22	2020	Artigo
4	Wander Plassa da Silva	Violência e educação: impacto da violência sobre o fluxo escolar	Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Economia.	2020	Tese
5	Lys Maria Vinhaes Dantas; Olivia Maria Costa Silveira; Vlândia Jamile dos Santos Jucá; Georgina Gonçalves dos Santos	Afiliação no sexto ano do Ensino Fundamental sob o olhar dos alunos	Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 2	2021	Artigo

Fonte: elaborado pela autora, 2023

Educação na Pandemia

Nº	Autor(es)	Título	Referência	Ano	Tipo
1	Celestina Maria Pereira de Souza; Jhonata Moreira Pereira; Maria da Conceição de Jesus Ranke	Reflexos da pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência	Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5	2020	Artigo
2	Priscila Kely da Rocha	A relação família-escola e a infância em tempos de pandemia	Universidade Nove de Julho. Programa de	2022	Dissertação

			Mestrado em Gestão e Práticas Organizacionais		
3	Bianca Sampaio Moreno	Secretarias estaduais de educação e gestão de redes de ensino durante a pandemia da covid-19	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação	2022	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora, 2023

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Idade:
2. Sexo: () M () F () Outros
3. Formação:
4. Possui especialização, mestrado ou doutorado? Qual
5. Quanto tempo de magistério na escola?

Com relação ao processo de busca ativa realizado durante o período pandêmico:

1. Quais as estratégias realizadas para resgatar os estudantes afastados da escola durante a pandemia?
2. Como era realizado o monitoramento da interação do estudante durante o período pandêmico?
3. A escola procurou auxílio na rede socioassistencial, CRAS, UBS, ou outro, para obter mais informações sobre a família da criança/adolescente evadida? Se sim, qual auxílio e com que instituição?
4. Foram realizadas visitas domiciliares às famílias das crianças/estudantes fora da escola? Se sim, como ocorreu o processo de visitação? Como foi a recepção por parte das famílias?
5. Pela sua experiência, quais os motivos que contribuíram para que as crianças e os adolescentes ficassem fora da escola durante a pandemia? E anterior a pandemia?
6. Após o retorno do/a estudante, quais foram as ações implementadas para que não voltassem a evadir?
7. Na sua escola, quantas pessoas estavam envolvidas no processo de Busca Ativa? Quem eram as pessoas?
8. Quais os desafios encontrados no processo de busca das crianças/adolescentes?
9. Quais as ações obtiveram mais êxito?
10. Quais as ações que tiveram maior dificuldade de serem executadas?
11. Existem ações de Busca Ativa que não foram possíveis de colocar em prática? Quais?

12. A planilha compartilhada em drive, pelo Núcleo Busca Ativa da SMED era adequada? Facilitava o processo? Caso você julgue a planilha deveria contemplar outros aspectos, o que você alteraria?

13. O que você mudaria no processo de Busca Ativa?